



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM E BIOCÊNCIAS - DOUTORADO**

LAND MARY FREITAS PERES DE OLIVEIRA

**Impacto gerado pelos afastamentos por doenças dos professores do ensino
fundamental I no município de Boa Vista/RR**

Orientadora:
Profa. Dra. Joanir Pereira Passos

**Rio de Janeiro/RJ
2020**

LAND MARY FREITAS PERES DE OLIVEIRA

**Impacto gerado pelos afastamentos por doenças dos professores do ensino
fundamental I no município de Boa Vista/RR**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Biociências, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências.

Área de Concentração: Enfermagem, Biociência, Saúde, Ambiente e Cuidado.

Linha de Pesquisa: Bases moleculares, celulares, fisiológicas e ambientais do cuidado em saúde.

Orientadora: Profa. Dra. Joanir Pereira Passos.

Rio de Janeiro/RJ

2020

Catálogo informatizada pelo(a) autor(a)

0253 Oliveira, LAND MARY FREITAS PERES
Impacto gerado pelos afastamentos por doenças dos
professores do ensino fundamental I no município de
Boa Vista/RR / LAND MARY FREITAS PERES Oliveira. --
Rio de Janeiro, 2020.
141

Orientadora: Joanir Pereira Passos.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação
em , 2020.

1. Análise Orçamentário. 2. Licenças Médicas. 3.
Professores. 4. Ensino Fundamental. I. Passos,
Joanir Pereira , orient. II. Título.

LAND MARY FREITAS PERES

Impacto gerado pelos afastamentos por doenças dos professores do ensino fundamental I no município de Boa Vista/RR

Tese submetida à avaliação da Banca da Defesa Final do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Biociências (PPGENFBIO – Doutorado), do Centro de Ciências Biológicas e da saúde, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito final para obtenção do título de Doutor em Ciências.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Joanir Pereira Passos

Presidente – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Dr. Ricardo de Mattos Russo Rafael

Primeira Examinador

Prof. Dra. Aline Ramos Velasco

Segunda Examinador

Profa. Dra. Renata da Silva Hanzelmann

Terceiro Examinador

Prof. Dr. Roberto Carlos Lyra da Silva

Quarta Examinador

SUPLENTES

Prof. Dra. Nébia Maria Almeida de Figueiredo

Primeiro Suplente

Prof. Dra. Érika Almeida Alves Pereira

Segunda Suplente

DEDICATÓRIA

Dedicada a Professora **Joanir Pereira Passos** em seu momento singular e pela força de enfrentar o adoecer; porque este estudo trata de professores em desvio de saúde.

AGRADECIMENTOS

À Deus, fonte eterna de amor, misericórdia e sabedoria, por me dá forças quando fraquejei, coragem quando tive medo, discernimento quando tive dúvidas e fé quando desacreditei, para perseverar nessa longa caminhada.

Agradeço ao meu marido Laércio Alves de Oliveira pela paciência, incentivo e amor comigo, principalmente nos momentos mais difíceis.

Agradeço a minha mãe Evenilde Freitas Peres, pela criação, pela força e pelo amor durante essa caminhada e principalmente pelos ensinamentos de vida.

Agradeço a minha vovó Laura Joaquina Peres (in memoriam), que sempre acreditou em mim, me incentivou todos os dias e nos minutos finais me deixou, mais dizendo você é a doutora da família, minha doutora.

Agradeço a minha querida orientadora, Dr.^a. Joanir Pereira Passos, pelo carinho, atenção, paciência e confiança, mesmo com a longa distância, transmitindo-me seus vastos conhecimentos e me possibilitando alcançar os objetivos e, sobretudo, por acreditar no meu potencial.

Agradeço à Universidade Estadual de Roraima e ao Magnífico Reitor Regys Odlare Lima de Freitas, por ter proporcionado esse Dinter através do convênio com a UNIRIO.

Agradeço à Prefeitura Municipal de Boa Vista e a Prefeita Teresa Surita e ao Secretário de Educação Arthur Henrique Brandão Machado, pela atenção e presteza nos dados para conclusão da pesquisa.

Agradeço aos professores do PPGENFBIO, principalmente os que não mediram esforços em vir até Roraima para ministrar suas aulas: Dr.^a. Joanir Pereira Passos, Dr.^a. Nébia Maria Almeida de Figueiredo, Dr.^a. Teresa Tonini, Dr. Carlos Roberto Lyra da Silva e Dr. Roberto Carlos Lyra da Silva.

Agradeço em especial à professora Dr.^a. Nébia Maria Almeida de Figueiredo, pelo carinho, amizade e força durante todo o processo, bem como aos professores Dr. Carlos Roberto Lyra da Silva e Dr. Roberto Carlos Lyra da Silva pela atenção, carinho e paciência.

Agradeço à amiga Gloria Maria, pela amizade, atenção, carinho, companheirismo e paciência comigo durante toda essa caminhada e, também, à amiga Iris Anita pelo apoio e incentivo de sempre.

Agradeço aos queridos acadêmicos do Curso de Ciências Contábeis pelo apoio e paciência nesse período.

Agradeço aos amigos pelas palavras de apoio e carinho.

Enfim, sem citar nomes, agradeço aos que, direta ou indiretamente, de alguma forma, contribuíram para este momento tão importante da Defesa da Tese.

A todos vocês... meu muito obrigada!

RESUMO

OLIVEIRA, Land Mary Freitas Peres. **O impacto gerado pelos afastamentos por doenças dos professores do ensino fundamental I no município de Boa Vista/RR.** 2020. 141f. Tese (Doutorado em enfermagem e Biociências) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Rio de Janeiro, 2019.

O estudo apresentou como tese que os afastamentos **dos professores do ensino fundamental I** por licenças médicas, geram custos excessivos, comprometendo a eficiência alocativa nos recursos do FUNDEB e, conseqüentemente causam grande impacto no orçamento do município de Boa Vista/RR. Elencou-se como objetivos: Avaliar o impacto orçamentário dos afastamentos de professores do ensino fundamental I sobre o orçamento do FUNDEB no município de Boa Vista/RR; Identificar as principais causas prevalentes das licenças médicas / afastamento dos professores do Ensino Fundamental I, no município de Boa Vista/RR; Realizar uma análise orçamentária do impacto dos afastamentos por doença dos professores efetivos do ensino fundamental I, do município de Boa Vista/RR; Identificar as escolas que mais tiveram professores do ensino fundamental I, afastados por licenças médicas no município de Boa Vista; Trata-se de um estudo de natureza documental, descritiva e abordagem quantitativa do tipo Análise Orçamentária dos afastamentos dos professores do ensino fundamental I do município de Boa Vista/RR por motivo de doença. Considerou-se o horizonte temporal de quatro anos, compreendidos entre o período de janeiro de 2015 a dezembro de 2018. O município de Boa Vista/RR dispõe de cerca de 3.228 professores que atuam na Educação Básica e foram utilizados como amostra 676 prontuários de professores afastados por motivo de doença de suas atividades laborais. O resultado da amostra dos professores investigados demonstrou que a maioria, 90,38%, é do sexo feminino, a faixa etária é de 31 a 40 e a média de tempo de serviço de 1 a 5 anos. Entre os motivos atribuídos as licenças médicas/afastamentos dos professores do ensino fundamental I destacou-se os Psiquiátricos, Cardiológicos, Cirúrgicos, Fonoaudiológicos, Ginecologia, Neurológico, Oncológico, Ortopédico. Os afastamentos por licenças médicas dos professores do ensino fundamental I dos anos de 2015 a 2018 totalizaram 53.473 dias de trabalho perdido a um custo de R\$7.352.994,07. O Estudo apontou que os afastamentos por licenças médicas dos professores do ensino fundamental do município de Boa Vista/RR é um problema real que afeta diretamente o desempenho do aluno, a dinâmica escolar, o ambiente de trabalho e trouxe prejuízo financeiro ao erário público, comprometendo, inclusive, a qualidade da gestão pública.

Palavras-Chaves: Análise Orçamentário; Licenças Médicas; Professores; Ensino Fundamental.

ABSTRACT

Oliveira, Land Mary Freitas Peres. The impact generated by work leave due to illnesses of elementary school teachers in the municipality of Boa Vista / RR. 2020. 141p. Thesis (Doctorate in Nursing and Biosciences) - Center for Biological and Health Sciences, Federal University of the State of Rio de Janeiro - UNIRIO, Rio de Janeiro, 2019

The study presented as thesis that the work leave of elementary school teachers due to medical leave results in excessive costs, compromising the location efficiency of FUNDEB resources and, consequently, having a great impact on the budget of the municipality of Boa Vista / RR. It was listed as aims: To assess the budgetary impact of the work leave of teachers from elementary school I on the FUNDEB budget in the municipality of Boa Vista / RR; Identify the main prevalent causes of medical leave / work leave of teachers from Elementary School, in the municipality of Boa Vista / RR; Carry out a budget analysis of the impact of sick leave on the part of effective elementary school teachers, in the municipality of Boa Vista / RR; Identify the schools which had more teachers from elementary school I, on sick leave in the municipality of Boa Vista / RR. This is a documentary, descriptive, retrospective study and a quantitative approach of Budget Analysis type of work leave of elementary school teachers in the municipality of Boa Vista / RR due to illness. It was assumed the time horizon of four years, between the period from January 2015 to December 2018. The municipality of Boa Vista / RR has about 3,228 teachers working in Basic Education and 676 medical records of teachers on leave due to illness from their work activities were used as a sample. The sample result of the investigated teachers proved that the majority - 90.38% - is female, the age range was 31 to 40 and the average length of service from 1 to 5 years. Among the reasons assigned to medical leave of elementary school teachers stood out: Psychiatric, Cardiological, Surgical, Phonoaudiologic, Gynecology, Neurological, Oncological and Orthopedic. The work leave due to illness of elementary school teachers from the years 2015 to 2018 totaled 53,473 days of lost work at a cost of R \$ 7,352,994.07. The Study pointed out that the work leave due to illness is a real problem that directly affected student performance, school dynamics, the work environment and brought financial damage to the public purse, even compromising the quality of public management.

Key words: Budget Analysis; Medical Leave; Teachers; Elementary School.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa da área urbana da cidade de Boa Vista – Roraima	25
Figura 2 – Valores do vencimento básico do plano de cargo, carreira e remuneração (PCRR) do quadro efetivo do professor público da educação básica da prefeitura municipal de Boa Vista/Roraima	54
Figura 3 – Distribuição dos recursos do FUNDEB	60
Figura 4 – Técnicas orçamentárias e suas funções básicas	67
Figura 5 – Princípios orçamentários	68
Figura 6 – Plano Plurianual	69
Figura 7 – Lei de Diretrizes Orçamentárias	71
Figura 8 – Lei Orçamentária Anual	71
Figura 9 – Estudo da Arte	76
Figura 10 – Quantitativos das modalidades de ensino	77
Figura 11 – Quadro demonstrativo dos procedimentos	79
Figura 12 – Fluxograma das etapas do impacto orçamentário	82
Figura 13 - Composição do FUNDEB	83
Figura 14 – Número de professores do ensino fundamental I do município de Boa Vista/RR afastados entre 2015 a 2018	90
Figura 15 – Dias de afastamentos concedidos aos professores do ensino fundamental I do município de Boa Vista/RR no período de 2015 a 2018	91
Figura 16 – Caracterização das zonas urbanas do município de Boa Vista/RR	92
Figura 17 – Escolas municipais localizadas no centro de Boa Vista/RR	93
Figura 18 – Escolas municipais na zona leste de Boa Vista/RR	94
Figura 19 – Escolas municipais na zona sul de Boa Vista/RR	95
Figura 20 – Escolas municipais na zona norte de Boa Vista/RR	96
Figura 21 – Escolas municipais na zona oeste de Boa Vista/RR	97

Figura 22 – Custo real das licenças médicas e afastamentos concedidos aos professores do ensino fundamental I, do município de Boa Vista/RR,2015	99
Figura 23 – Custos real das licenças médicas e afastamentos concedidas aos professores do ensino fundamental I, do município de Boa Vista/RR, 2016	99
Figura 24 – Custos real das licenças médicas e afastamentos concedidas aos professores do ensino fundamental I, do município de Boa Vista/RR, 2017	100
Figura 25 – Custos real das licenças médicas e afastamentos concedidas aos professores do ensino fundamental I, do município de Boa Vista/RR, 2018	100
Figura 26 – BOXPLOT dos custos monetários com os afastamentos/licenças médicas concedidas aos professores do ensino fundamental I, do município de Boa Vista/RR	101
Figura 27 – Série histórica do montante de Recursos em reais repassados pelo FUNDEB ao município de Boa Vista/RR entre 2015 a 2018	102
Figura 28 – Série histórica dos gastos em reais com afastamentos de professores do Ensino básico no município de Boa Vista/RR entre 2015 a 2018	103

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados sociodemográfico dos professores do ensino fundamental I do município de Boa Vista/RR, no período de 2015 a 2018.	85
Tabela 2 – Medidas de tendência central e dispersão dos dados sociodemográficos dos professores do ensino fundamental I, do Município de Boa Vista/RR, entre os anos de 2015 a 2018.	86
Tabela 3 – Dados sociodemográfico dos professores readaptados definitivamente do ensino fundamental I do município de Boa Vista/RR, 2018.	87
Tabela 4 – Dados sociodemográfico dos professores em processo de readaptação do ensino fundamental I do município de Boa Vista/RR, 2018.	87
Tabela 5 – Medidas de tendência central e dispersão dos dados sociodemográficos dos professores readaptados definitivamente e em processo de readaptação de 2018.	88
Tabela 6 – Distribuição dos motivos de afastamento dos professores do ensino fundamental I do município de Boa Vista/RR, no período de 2015 a 2018.	89
Tabela 7 – Medidas de tendência central e dispersão do número de professores do ensino fundamental I, do município de Boa Vista/RR afastados por licenças médicas entre os anos de 2015 a 2018.	90
Tabela 8 – Medidas de tendência central e dispersão dos gastos com licenças médicas e afastamentos dos professores do ensino fundamental I do município de Boa Vista/RR entre os anos de 2015 a 2018.	104
Tabela 9 – Análise do impacto orçamentário dos gastos do total de dias de absenteísmo dos professores do ensino fundamental I do município de Boa Vista/RR entre os anos de 2015 a 2018.	105

SUMÁRIO

SEÇÃO 1 – INTRODUÇÃO

1.1 Considerações Iniciais.....	13
1.2 Afirmativa de Tese.....	19
1.3 Objetivos.....	19
1.4 Justificativa e Relevância do estudo.....	20

SEÇÃO 2 – REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Breve Histórico da Cidade de Boa Vista.....	22
2.2 Professor, Trabalho e Saúde	25
2.3 Trabalho do Professor na Contemporaneidade.....	35
2.4 Doenças e Agravos mais Prevalentes nos Professores.....	40
2.4.1 Processo de Adoecimento Docente	43
2.4.2 Estudo Empírico de Causa E Efeito do Adoecimento do Professor.....	47
2.5 Precarização do Trabalho do Professor na Educação Básica.....	51
2.6 Histórico do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB)	59
2.7 Análise Orçamentaria.....	64

SEÇÃO 3 – MATERIAL E MÉTODO

3.1 Delineamento do Estudo.....	74
3.2 Estado da Arte.....	76
3.3 Local de Estudo.....	77
3.4 População e Amostra.....	78
3.5 Procedimentos para Coleta de Dados.....	78
3.6 Organização e Análise dos Dados.....	80
3.7 Perspectiva do Estudo.....	83
3.8 Aspectos Éticos.....	84

SEÇÃO 4 – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1 Caracterização Sociodemográfica dos Participantes do Estudo.....	85
--	----

4.2 Caracterização dos Afastamentos dos Professores do Ensino Fundamental I do Município de Boa Vista/RR.....	89
4.3 Mapeamento e Análise das licenças médicas/afastamentos dos professores das escolas municipais do município de Boa Vista/RR.....	91
4.4 Taxa de Absenteísmo Custo Real das Licenças e Afastamentos dos Professores do Ensino Fundamental I do Município de Boa Vista/RR.....	98
4.5 Resultado da Análise do Impacto Orçamentário.....	102

SEÇÃO 5 –DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

5.1 Impacto Orçamentário Relacionado aos Afastamentos dos professores do Ensino Fundamental I.....	107
5.2 Análise dos Afastamentos dos Professores do Ensino Fundamental I nas Escolas Municipais no Município de Boa Vista/RR.....	108
5.3 Principais Causas de Afastamento por Motivo de Doença dos Professores do Ensino Fundamental I do Município de Boa Vista / RR.....	109
5.4 Dados Sociodemográfico.....	111

CONCLUSÕES

6.1 Considerações Finais.....	114
-------------------------------	-----

REFERÊNCIAS.....	118
-------------------------	------------

APÊNDICE 01- Carta de Anuência para Coleta de Dados na Secretária Municipal de Educação.....	132
APÊNDICE 02- Carta de Anuência para Coleta de Dados na Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas.....	134
APÊNDICE 03- Dispensa de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	136
ANEXO 01- Instrumento Elaborado para Coleta de Dados.....	138
ANEXO 02- Dados Sociodemográfico dos Professores do Ensino Fundamental I do Município de Boa Vista/RR, 2018.....	139

SEÇÃO 1 – INTRODUÇÃO

1.1 Considerações Iniciais

Na atualidade observam-se que as mudanças e interferências que impactam nossa interação com a realidade, que se dá pelo trabalho, contribuindo em algum grau com a alteração do ambiente profissional e, conseqüentemente, com a integridade física e psíquica do trabalhador, se tornaram mais perceptíveis na atualidade.

Essa percepção, de acordo com as áreas de atuação profissional, nos permite identificar em diferentes níveis e estágios processos de gestão, questões éticas e políticas públicas que são também mudanças e interferências no mundo do trabalho e que podem, em alguns casos, levar ao adoecimento dos trabalhadores e ao mesmo tempo ser o resultado da adoção de concepções e práticas interativas, participativas e democráticas.

Ressalte-se que as transformações suscitadas respondem ao tipo de relação de trabalho no regime capitalista e com viés neoliberal que, por um lado, exige qualificação e que, por outro lado, impõe rígido controle de custos e adequação orçamentária, não se restringindo somente à relação produtiva e mercantil, estendendo-se também à formação do cidadão por meio da educação pública no ensino básico.

Na década de 60, o trabalho do professor era mais reconhecido socialmente e os docentes eram mais bem remunerados; hoje, este panorama mudou. Os salários são baixos, os docentes precisam ministrar aulas extras e/ou acumular empregos para alcançar melhores padrões de vida, investir mais em capacitação, especializações e assim renovar e inovar na profissão docente (TRICOLI, 2012).

Na década de 70, uma das qualificações mais valorizadas em um funcionário era o conhecimento especializado para uma determinada função. Nessa época, o Brasil começava a investir pesado em industrialização, o importante era a produção em massa, saber fazer, saber produzir (TRICOLI, 2012).

Nos anos 80, os ventos da influência japonesa trouxeram a obsessão pela produtividade com qualidade. Não bastava, ao trabalhador, saber produzir, ele teria que fazer mais rápido, melhor, mais barato e com qualidade. Maior produção com um

custo menor continua sendo o objetivo principal, na maioria dos segmentos produtivos, sem maior preocupação com a saúde de quem produz (TRICOLI, 2012).

No início dos anos de 90, de modo mais específico após a Conferência Mundial sobre “Educação para Todos”, ocorreu um amplo processo de reformas educacionais em todo o mundo, estimulado por organismos multilaterais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) e Banco Mundial, visando fazer com que a educação fosse direcionada a novas funções, como a redução da pobreza (TROJAN, 2008).

No Brasil, as ideias neoliberais foram iniciadas na década de 90 como procedimento de preparação da reforma estatal. E, como efeito dessa redefinição do Estado, ocorreu a precarização dos setores sociais, em especial da educação. Particularmente, por conta do significativo corte de verbas e maior controle de gastos.

No contexto do ideário neoliberal, a educação, ao mesmo tempo em que foi precarizada pelas reformas neoliberais, também foi adaptada aos novos padrões de exploração do trabalho, passando a ser vista como chave para melhorar as condições de vida da população (TOLEDO; RUCKSTADTER, 2011).

A demonstração real desse quadro pode ser visualizada por meio de dados proporcionados por Passos (2012), revelando que o governo federal propôs investimento de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) até 2020, para financiar as metas presumidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE). Contudo, esse mesmo estudo indica que este valor será insuficiente para garantir o mínimo de qualidade para o setor, que necessitaria de investimentos da ordem de 10,4% do PIB.

Aqui destacamos o professor como o profissional de interesse deste estudo, que continua sendo responsabilizado pelo sucesso ou insucesso escolar, uma constante em nossa realidade social, em que problemas com princípios, fundamentos e causas sociais são vistos como responsabilidade de determinados indivíduos, nesse caso os professores (PASSOS, 2012, p. 25).

Essa responsabilidade é fato observado e constatado diariamente em nossa sociedade capitalista, considerando que a transferência da “culpa”, pelo insucesso do sistema educacional, ao indivíduo é uma estratégia necessária e frequentemente

utilizada neste tipo de sociedade como forma de caracterizar a realidade existente e manter o equilíbrio social (PASSOS, 2012, p. 26).

Vivemos numa época de mudanças significativas em muitos aspectos de nossa sociedade, incluindo o modo como percebemos e vemos a realidade e de como dela participamos e contribuímos para suas mudanças e reconstruções. Essas mudanças são marcadas por uma forte tendência à adoção de concepções e práticas interativas, participativas e democráticas (PASSOS, 2012, p. 26).

Seguindo essa tendência, nossa sociedade passou a valorizar e dar maior importância à Educação, conforme se observa na Constituição Federal de 1988 no seu artigo 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

A Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei 9.394/96), no Art. 13º, destaca que os professores se encarregarão de participar da elaboração do projeto político-pedagógico da escola; planejar, preparar, participar e executar o plano de trabalho, de acordo com a proposta pedagógica da escola; cuidar pela aprendizagem dos alunos; comprometer-se em organizar um plano de recuperação para os alunos de menor rendimento na aprendizagem; assegurar os dias letivos e as horas-aula estabelecidos, participar do planejamento, avaliação e desenvolvimento profissional; colaborar e elaborar ações escolares designadas à família e a comunidade escolar (BRASIL, 1996).

A LDB, ainda em seu Art. 22, declara que “A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 1996).

Partindo dessas ideias e analisando a importância e a contribuição do educador para colocar em prática o que determinam as leis, fica claro o quanto se perde com o adoecimento de parcela considerável dessa classe profissional. A consequência do adoecer do educador acaba afetando diretamente a qualidade no exercício das suas funções e o papel desempenhado por ele, tarefa importantíssima em qualquer sociedade (ARANHA, 2006).

O trabalho docente excede a sala de aula, acumula-se com as atividades administrativas, de gestão participativa, pesquisa, extensão e, ainda, exige-se uma formação específica para atender às exigências do mercado de trabalho. Tais exigências e atributos representam aumento nas responsabilidades do professor e aumento na carga de trabalho deste profissional, contribuindo para o seu adoecimento (MELEIRO, 2012, p.19).

Para Meleiro (2012), o trabalho do professor da educação básica, em sua maioria, está comprometido por causa da ausência de materiais e recursos educacionais para a realização das atividades típicas deste ciclo educacional, visto que “impede a presença da criatividade que demanda recursos financeiros”. Some-se a isso, ainda, a cobrança pelos resultados educacionais estipulados.

Tais fatos geram descontentamento e falta de perspectiva de crescimento na carreira, exteriorizados pelos índices e pesquisas que demonstram “queda de desempenho, frustração, alteração de humor e consequências físicas e mentais” (MELEIRO, 2012, p. 19).

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o cenário educacional brasileiro, a partir da década de 90, ampliou seu alcance, aumentando o acesso à educação básica. Nesse contexto, houve a ampliação no número de vagas na rede de educação básica, dando mais oportunidades de acesso à educação aos jovens brasileiros.

A partir da década de 90, o percentual da população em idade escolar, com acesso à educação básica, chegou a 78%, sendo que a maioria desses alunos fazia parte do quadro de alunos das escolas públicas municipais (ARANHA, 2006, p. 36).

Dentre os estudantes da rede pública, os alunos matriculados na Educação Básica estão em maior número. De acordo com o Censo Escolar de 2017, foram registradas 2.187.894 matrículas em creches; 3.864.463 na pré-escola; 12.076.354 nos anos iniciais do ensino fundamental. No estado de Roraima, as matrículas chegaram a 79.037, sendo 45.294 nas escolas municipais da capital Boa Vista, divididas em 102 escolas na área urbana, 12 na área indígena e cinco (5) na zona rural de acordo com dados do INEP (2017).

Sobre o trabalho na vida dos indivíduos assume múltiplos significados. Por um lado, faz o ser humano se sentir feliz e realizado; por outro, por inadequações e

excessos, pode se transformar em um elemento de sofrimento, tornando-se nocivo à saúde.

Estudos realizados em todo o mundo apontam que os educadores correm o risco de sofrer esgotamento físico e mental, levando-se em consideração as dificuldades materiais e psicológicas associadas ao exercício da docência. No ambiente de trabalho, os processos de desgaste do corpo e da mente são determinados pelo tipo de trabalho e pela forma como o ele está organizado (DELCOR et al., 2004).

Partindo do ponto de vista de que ser saudável, entre outros aspectos, significa ter a possibilidade de avaliar a realidade, reconhecendo e dando visibilidade a suas potencialidades a partir do que já se possui para construir um cenário melhor, portanto ser saudável não significa estar acima dos problemas cotidianos, mas conseguir problematizar uma situação, percebendo como o entorno atua sobre ela (AMORIM, 2012).

A educação é uma área que possui características particulares, geradoras de sofrimento, estresse e de alterações do comportamento dos que nela trabalham, devido à tensão do próprio ambiente escolar e às relações que se operam nele. Dentre elas, as relações competitivas, de poder, de relacionamento com a comunidade e com o próprio conhecimento abordado e trabalhado nesse ambiente (AMORIM, 2012).

No Censo Escolar (2018) divulgado em janeiro de (2019) pelo Ministério da Educação apontou que os professores da educação básica representam cerca de 2,2 milhões de trabalhadores no Brasil e, considerando os fatores históricos, essa categoria se apresenta 80% são do sexo feminina, atualmente, vem apresentando doenças relacionadas ao trabalho, afetando sua qualidade de vida.

No Brasil, de acordo com os dados do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - APEOESP (2006), observa-se um grande número de professores readaptados, direcionados para as atividades administrativas, por afastamentos temporários ou permanentes, sendo afetados por uma ou mais doenças da área da psiquiatria, neurologia, otorrinolaringologia, reumatologia ou, mesmo, por sucessivas licenças de saúde, por razões diversas.

O Ministério da Educação, objetivando incrementar o desenvolvimento e valorização da educação básica, criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do

Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, mantido durante o período de 1996 a 2006. A partir de janeiro de 2007, passou a se denominar Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), com prazo de vigência até 2020.

No tocante aos recursos financeiros do FUNDEB, pelo menos 60% (sessenta por cento) desse montante deve ser aplicado no pagamento dos salários dos profissionais do magistério da educação básica, em efetivo exercício na rede pública. E os demais 40% (quarenta por cento) dos recursos devem ser gastos com a manutenção e o desenvolvimento da educação básica, vinculados legalmente à aquisição, à construção e à manutenção de instalações escolares, bem como, às despesas inerentes ao custeio da educação, como serviço de vigilância, de limpeza, material de consumo e outras aplicações, conforme o previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996) (NACIF, 2010).

Apesar do recurso do FUNDEB, as condições de trabalho continuam precárias, dado o aumento das demandas sociais marcadas pelo número excessivo de alunos por turma, precarização do espaço escolar, aumento da violência e subcontratações, afetando e impactando o trabalho do professor (COSTA, 2014).

Quando as expectativas dos professores não são alcançadas, eles desenvolvem esgotamento físico e emocional, cada vez mais comum no meio educacional, causado pelo trabalho de alta exigência que indica maior prevalência de cansaço mental e nervosismo, com conseqüente aparecimento de diversas doenças (CODÓ; GAZZATTI, 1999; MÉSZÁROS, 2012).

Somado a isso, o professor, na maioria das vezes, utiliza parte do seu tempo livre com trabalhos extraclasse, que representam uma sobrecarga de trabalho, não remunerada, que ocorre inclusive em feriados, fins de semana e nas férias, retirando do professor a convivência com seus familiares, amigos ou mesmo a possibilidade de realizar outros tipos de atividades físicas, culturais e sociais, comprometendo, portanto, sua saúde e causando o adoecimento (MÉSZÁROS, 2012, p. 46).

Os professores, via de regra, estão constantemente preocupados com o aprendizado dos alunos, com a elaboração das aulas, com a correção dos trabalhos e provas, atividades extracurriculares, previstas ou não no calendário escolar, com os prazos e metas, o que pode provocar o deslocamento para um segundo plano, ou

mesmo abandono, da preocupação com sua qualidade de vida, podendo prejudicar sua saúde (MÉSZÁROS, 2012, p. 48).

Para o docente, o trabalho se torna estressante dada a correria do dia a dia, a própria agitação dos ambientes escolares, os prazos, as metas, as duplas jornadas de trabalho, as dificuldades que envolvem seu cotidiano que, por vezes, não permitem que estes profissionais consigam dispor de tempo para cuidar de suas atividades pessoais e da sua saúde, acarretando em afastamentos por licenças médicas (MÉSZÁROS, 2012, p. 48).

Nesse contexto, parte-se do pressuposto que os afastamentos dos professores por motivo de doenças ocasionam ausências não previstas na organização do trabalho que, conseqüentemente, geram alto custo social e impacto financeiro na administração pública municipal.

Diante do exposto levanta-se a seguinte questão de pesquisa: **Quanto custa monetariamente os afastamentos de professores do Ensino Fundamental I, por motivo de doenças para município de Boa Vista/RR?**

1.2 Afirmativa de Tese

Assim, lança-se como afirmativa de tese: Os afastamentos dos professores do ensino fundamental I por licenças médicas, geram custos excessivos, comprometendo a eficiência alocativa nos recursos do FUNDEB e, conseqüentemente causam grande impacto no orçamento do município de Boa Vista/RR.

1.3 Objetivos

Pretende-se que este estudo alcance os seguintes objetivos:

- **Objetivo Geral:**

Avaliar o impacto orçamentário dos afastamentos de professores do ensino fundamental I sobre o orçamento do FUNDEB no município de Boa Vista/RR.

- **Objetivo Específicos:**

- 1) Identificar as principais causas prevalentes das licenças médicas / afastamento dos professores do Ensino Fundamental I, no município de Boa Vista/RR;
- 2) Realizar uma análise orçamentária do impacto dos afastamentos por doença dos professores efetivos do ensino fundamental I, do município de Boa Vista/RR.
- 3) Identificar as escolas que mais tiveram professores do ensino fundamental I afastados por licença médica no município de Boa Vista/RR.

1.4 Justificativa e Relevância do Estudo

Neste estudo, busca-se contribuir para o planejamento orçamentário, proveniente dos recursos do FUNDEB, para a folha de pagamento dos professores do Ensino Fundamental I, afastados por licenças médicas, no município de Boa Vista – RR.

O principal objetivo da análise orçamentária é estabelecer, acompanhar e comparar os resultados, tomando ações corretivas ou preventivas de planejar e projetar, receitas e despesas (SILVA,2013).

Neste foco, a contabilidade aplicada ao setor público é o ramo da contabilidade que estuda, interpreta, controla e registra as informações da administração pública (SILVA, 2013). A análise orçamentária representa uma importante ferramenta para os gestores municipais, uma vez que os auxiliam no processo de tomada de decisão relacionada à aplicação eficiente de recursos.

Acredita-se ainda que o estudo permita apontar dados, ao gestor municipal, sobre os pontos críticos relativos ao adoecimento dos professores, com vista ao desenvolvimento de estratégias preventivas para a minimização de agravos à saúde destes profissionais.

Evidencia-se que o absenteísmo, gerado por licenças médica e afastamento, deve ser abordado na perspectiva da saúde do trabalhador, uma vez que reconhecemos os agravos à saúde no contexto de professores doentes e adoecidos.

E ainda, existirão contribuições que possibilitaram avaliações de ações de promoção e prevenção à saúde dos professores e, com isso subsidiar tomadas de decisão frente a implementação e/ou aperfeiçoamento de Programas de Atenção à Saúde dos Trabalhadores em educação.

A relevância do estudo está não apenas na identificação das doenças, nem também as doenças que mais adoeceram ou afastaram os professores da sala de aula, mais sim as que mais ocasionam afastamentos aos docentes do município de Boa Vista, como também as doenças que mais oneram a folha de pagamento e conseqüentemente o recurso do FUNDEB, sendo base para preceder outros estudos de análise orçamentária, priorizando estudos de intervenção voltadas às questões identificadas como as que mais influenciam à saúde dos professores, na perspectiva da saúde do trabalhador, como também aquelas que geram um maior custo.

Espera-se colaborar no estado da arte em relação à temática e no fundamento de novas pesquisas, fortalecer a produção científica da Linha de Pesquisa Bases Moleculares, Celulares, Fisiológicas e Ambientais do Cuidado em Saúde do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Biociências e do Laboratório de Pesquisa: Enfermagem, Tecnologias, Saúde e Trabalho (PENSAT), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

SEÇÃO 2 – REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Breve Histórico da Cidade de Boa Vista

Boa Vista é a capital e o município mais populoso do estado de Roraima. Situa-se na margem direita do Rio Branco, sendo a única capital brasileira localizada totalmente ao norte da linha do Equador. A cidade possui atualmente, segundo dados do Censo 2010 do IBGE, com uma população aproximada de 285 mil habitantes.

A cidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima, faz parte da subdivisão Fronteira de Integração da porção ocidental da Amazônia. Encontra-se na mesorregião Norte de Roraima, na microrregião de Boa Vista. Possui clima equatorial com média de temperatura de 27,4°C, vegetação típica de savana e duas estações bem definidas: a chuvosa (inverno), entre abril e setembro, e a seca (verão), entre outubro e março. Localiza-se na margem direita do rio Branco, dentro da bacia hidrográfica de mesmo nome (STAEVIE, 2017, p. 70).

Para Souza (2010) Boa Vista é uma cidade de dimensões modestas se relacionadas às demais capitais do Brasil, sendo considerada, no contexto local, a cidade mais bem estruturada do estado, no qual exerce uma centralidade extrema, pois hegemoniza a estrutura de serviços públicos e privados e as atividades econômicas, é o centro administrativo, político, econômico e cultural do estado.

Para compreensão da composição atual da capital Boa Vista destaca-se a criação das Fazendas no Vale do Rio Branco. De acordo com Ramalho (2012), no século XVIII, onde foram criadas pela coroa portuguesa as chamadas “Fazendas do Rei”. Essas fazendas, dentro do território de Roraima compreendiam: São Bento; São José (instalada próximo ao Forte São Joaquim) e São Marcos (instalada ao norte do vale, entre os rios Uraricoera e Tacutu). Esse projeto tinha como objetivo a pecuária e o desenvolvimento econômico e populacional do chamado Vale do Rio Branco. A partir do século XIX novas fazendas particulares foram sendo agregadas ao longo do rio Branco, dentre elas destacamos a Fazenda Boa Vista. Fundada em meados de 1830, na margem direita do rio Branco, é tida como o embrião da cidade de Boa Vista.

Desta forma, em sua contextualização histórica, Boa Vista foi fundada foi fundada pelo capitão Inácio Lopes de Magalhães, que, de acordo com Silva (2007), a cidade iniciou a partir de um povoado que surgiu próximo ao Forte São Joaquim, que posteriormente, sediou a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo e depois a sede do município de Boa Vista do Rio Branco.

Fato também evidenciado por Brasil (2005), que destacou que a fazenda Boa Vista, localizada a margem direita, foi escolhida para iniciarem as construções de moradias, formando assim a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo do Rio Branco, 1858.

Assim, Silva segue a mesma ideia destacando:

A história nos relata que após a construção do referido forte de São Joaquim, dos aldeamentos e da instalação das fazendas nacionais, fundaram-se as fazendas particulares, entre elas, no ano de 1830, pelo Capitão Inácio Lopes de Magalhães, oficial do Forte de São Joaquim, cuja sede foi denominada Boa Vista, inspirado pela boa visão do local escolhido, de onde o oficial podia apreciar as águas prateadas do rio Branco (SILVA, 2007, p 105).

Galdino et al. (2017) também frisa que Boa Vista teve sua gênese e origem na fazenda particular denominada Boa Vista, fundada em 1830 por Inácio Lopes de Magalhães, situada exatamente à margem direita do rio Branco, onde surgiu o primeiro núcleo urbano e, por conseguinte, fluiu a ocupação humana nesta área para todos os lados.

Em 9 de julho de 1890 a freguesia foi elevada à categoria de vila, sede de um novo município denominado Boa Vista do Rio Branco, criado pelo então governador da Província do Amazonas, Augusto Ximenes Villeroy. A área municipal da vila de Boa Vista foi desmembrada do antigo município amazonense de Moura (MENESES, 2017).

Silva (2007) conclui que em 09 de julho de 1930, a freguesia foi modificada para município de Boa Vista do Rio Branco, desmembrado do município de Moura, estado do Amazonas. A freguesia foi elevada à categoria de vila, com a denominação de Vila de Boa Vista do Rio Branco, tendo limites a partir da cachoeira do Bem-Querer no rio Branco para o Norte até a fronteira com a Venezuela e Guiana, o mesmo da freguesia.

Portanto, a cidade iniciou-se a partir da Fazenda Boa Vista, expandindo-se pela margem do rio, formando uma vila e posteriormente a cidade constituída. Com a criação do Território Federal de Roraima, em 1940, a cidade foi escolhida para ser a capital (IBGE, 2019).

Silva (2007) resume a historiografia da cidade de Boa Vista como sendo a gênese do estado de Roraima:

A área do município de Boa Vista pode ser considerada a gênese do estado, de vez que foi nesses campos gerais, ao longo dos rios Branco, Tacutu e Uraricoera, que se instalaram as missões religiosas e militares de aldeamento

indígena, assim como o Forte de São Joaquim e as primeiras fazendas nacionais e particulares. Posteriormente, se fundou a freguesia de Nossa Senhora do Carmo, onde se instalou o município de Boa Vista (SILVA, 2007, p. 105)

Assim, a instalação da sede administrativa do novo Território Federal iniciou um período de restauração do espaço urbano de Boa Vista. Conforme Souza (2010), a antiga cidade, localizada às margens do rio Branco, se impõe um plano urbanístico planejado em 1946 e que completa ao longo das décadas seguintes. A execução desse planejamento urbano teve como realizadora a firma carioca RIOBRAS, do Engenheiro Civil Darcy Aleixo Derenusson.

Nesta visão, a nova capital receberia um traçado com o fim promover a integração urbana. Ressalta-se que sua elaboração foi no formato radial concêntrico, onde o planejamento teria no centro a praça circular, e reuniram-se os três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – e de onde partiam as radiais, extremamente largas, para norte, sul e Oeste”. Idealizado pelo então Governador do Território do Rio Branco Capitão Êne Garcez dos Reis, o traçado urbano dado novo centro urbano teve Belo Horizonte como inspiração (VERAS, 2009).

Esse plano radial-concêntrico é a configuração centralização do poder, geometricamente na trama urbana, de onde partem todas as forças indutoras do crescimento da cidade (VERAS, 2009). Destaca-se que o comércio local se desenvolveu a partir da área administrativa, polarizando todas as atividades urbanas. Veras (2009) ainda destaca que esse sistema tem como vias principais as radiais que partem do centro e se prolongam para acompanhar o crescimento da cidade.

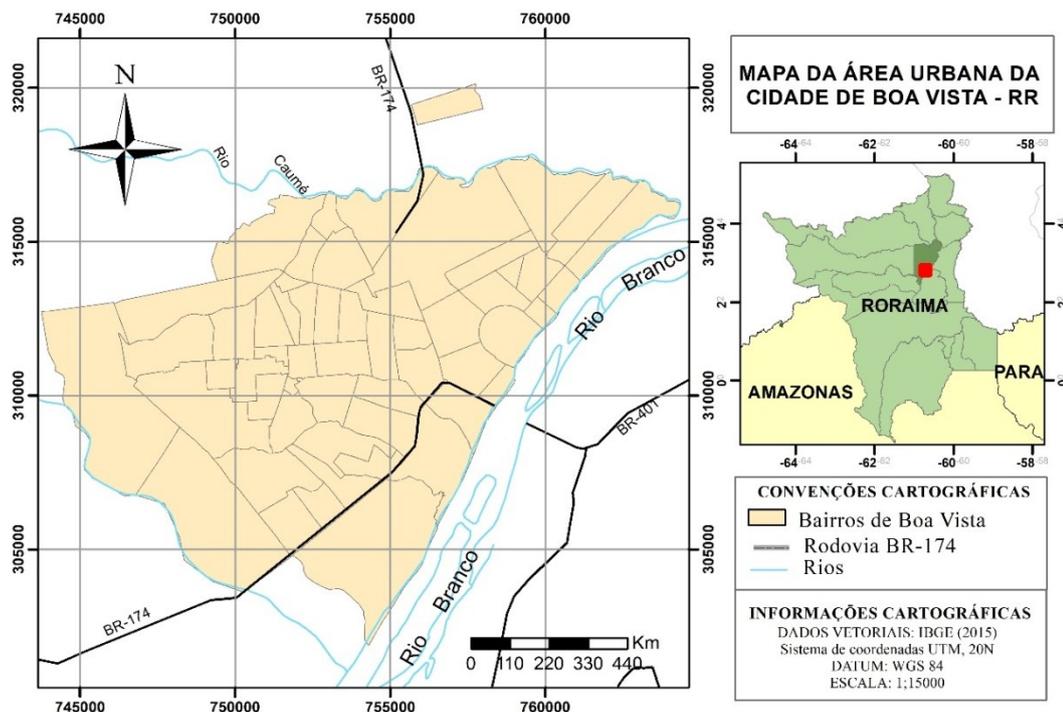
Para Freitas (1993) *apud* Souza (2010), esse planejamento de cidade tipo Boa Vista, sistema radial-concêntrico tem seus limites. Ele cresce até um determinado limite e daí não pode mais crescer. E no nosso projeto de leque o crescimento deveria ir até a avenida grande circular, daí para frente tinha que ser feito novo plano e não foi feito.

Conforme Nascimento (2016), somente a partir da transformação do Território Federal de Roraima para Estado em 1988 que a cidade de Boa Vista passou a ter sua independência político-administrativa, tornou-se capital do Estado, o que promoveu a elaboração e a execução de projetos de desenvolvimento urbano, como a criação de

novos bairros, saneamento básico em alguns trechos da cidade e melhoria no sistema viário.

Fato evidenciado nas palavras de Veras (2009) que destaca a independência político-administrativa da cidade de Boa Vista a partir de 1988, momento em que o prefeito adquiriu autonomia para exercer suas 38 funções públicas sem interferência do governador, o que favoreceu a incidência de projetos voltados para o desenvolvimento urbano, como a criação de novos bairros, saneamento básico em alguns trechos da cidade, melhoria no sistema viário, dentre outros. Atualmente, a capital de Roraima possui 57 bairros, localizados nas cinco zonas da cidade.

Figura 1- Mapa da área urbana da cidade de Boa Vista - Roraima



Fonte: MENESES, 2017

2.2 Professor, Trabalho e Saúde

Ao considerar a temática proposta, há que se fundamentar a Saúde, o Trabalho e o Professor em consonância com a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 1984), que aponta a não garantia das condições de trabalho do professor, de seus direitos, da legislação incipiente e assevera que a profissão de docente deve ser

reconhecida como eixo central da sociedade, posto que os docentes são os responsáveis pelo preparo do sujeito enquanto cidadão.

A Constituição Federal (CF) de 1988 traz em seu art. 196 o preceito de que “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. Portanto é dever do Estado, pois o cidadão-Professor é sujeito-cidadão e, de fato, deve ser protegido pelo Estado de forma prioritária, tendo em vista a proteção deste sujeito-cidadão responsável pelo preparo dos demais cidadãos.

Nesta direção, a OIT (1984) corrobora com tais argumentos ao declarar que as condições de trabalho, sobretudo do docente, não têm atendido às metas traçadas pela OIT e nem mesmo às metas propostas pelos próprios entes que a gerem, tampouco houve efetivação de avanços significativos nessa direção. E a comunidade escolar continua a exigir que o professor atinja metas de um ensino eficazes, mesmo sem se preocupar com a saúde dele.

Quanto ao Município de Boa Vista-RR, para explicitar os preceitos das metas traçadas, deve-se analisar a avaliação do processo educacional em estudo, de acordo com os aspectos tratados na Resolução Nº 07/2001- CME/BV – Conselho Municipal de Educação/Boa Vista-RR (2001), que é de suma importância para o estudo, por se tratar da realidade local do professor da Prefeitura Municipal de Boa Vista – RR.

O art. 2º da Resolução Nº 07/2001- CME/BV declara:

- a) Ser voltada para os objetivos trabalhados no decorrer do período, verificando o desenvolvimento do aluno, acompanhando o processo de construção do conhecimento do mesmo e estabelecendo um diálogo educador-educando-contexto de aprendizagem;
- b) A avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- c) Possibilidade de aceleração de estudos com alunos em atraso escolar;
- d) Possibilidade de avanço nos cursos e nas séries, mediante verificação do aprendizado;
- e) Aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- f) Obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos.

Esta resolução municipal concretizada basicamente nos aspectos que envolvem o discente, a partir de uma abordagem que privilegia a compreensão do processo de Produção do Conhecimento centrado em uma explícita sobrecarga

atribuída ao docente, nos permite constatar que a melhoria do ambiente de trabalho e a saúde do professor não estão entre as metas propostas.

O professor da Rede Municipal de Boa Vista – RR ainda deve se adequar ao compromisso com a educação integral, com o conseqüente aumento de sua jornada de trabalho, direta ou indiretamente, formal ou informalmente, sem qualquer preocupação institucional com sua qualidade de vida. Nesse sentido, a BNCC¹ determina:

O impacto será igual para todas as escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, independentemente da carga horária: os currículos e Projetos Políticos Pedagógicos – PPPs – deverão incluir, obrigatoriamente, os aprendizados determinados pela Base Nacional Comum Curricular - BNCC. O documento foi elaborado levando-se em consideração a carga horária regular (BNCC, 2017).

Quanto ao compromisso da educação integral, inserida na história educacional brasileira, suas primeiras referências remontam à década de 1930, incorporadas ao movimento dos Pioneiros da Educação Nova e em outras correntes políticas da época, porém nem sempre com o mesmo entendimento sobre o seu significado. O professor da educação básica deverá, em sua formação continuada, buscar o novo entendimento sobre o significado da educação integral na contemporaneidade (BNCC, 2017).

O compromisso atual com a educação integral pensa também o professor enquanto sujeito do processo? E para responder a esta indagação, a BNCC (2017) preceitua:

A sociedade contemporânea impõe um olhar inovador, moderno, liberal e inclusivo no processo educativo: o que aprender, para que aprender, como aprender, como ensinar, como promover redes de aprendizagem colaborativa e como avaliar o ensino e aprendizado. No novo cenário mundial, reconhecer-se em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, analítico-crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável, requer muito mais do que o acúmulo de informações. Requer o desenvolvimento de competências e habilidades para aprender a aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento, habilidade e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades (BNCC,2017).

¹ Base Nacional Comum Curricular (**BNCC**) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.

Nesse contexto, a BNCC afirma, de maneira precisa, o seu comprometimento com a educação integral. Reconhece, assim, que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual/cognitiva ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança (BNCC, 2017). O estranhamento se deve à constatação de que em nenhum momento a Base Nacional Comum Curricular, documento que ainda busca aprimoramentos, trata sobre a saúde e o trabalho do professor.

O trabalho do professor vem passando por inúmeras transformações no decorrer do tempo, como por exemplo:

A organização do novo Ensino Fundamental com nove anos de duração, e, conseqüentemente, da proposta pedagógica, implica na necessidade imprescindível de um debate aprofundado sobre essa proposta, sobre a formação de professores, sobre as condições de infraestrutura e sobre os recursos didático-pedagógicos apropriados ao atendimento e o essencial: a organização dos tempos e espaços escolares e tratamento, como prioridade, o sucesso escolar (BRASIL, 2009, p. 11).

Entretanto, quando a escola não efetiva integralmente sua função social, não democratiza o saber escolar, não inclui o docente entre suas prioridades, fortalece a manutenção do sistema vigente, nesse caso o capitalista desumano, pois acentua a relação entre dominante-Estado e dominado-Professor, produzindo mecanismos de exclusão do docente, gerando as inúmeras desmotivações por parte dos docentes.

Levando em consideração as transformações que ocasionam mudanças estruturais no trabalho e sua relação com a saúde do professor, faz-se necessário a elaboração de políticas voltadas ao docente por parte do Estado. Na mesma medida que o professor não deve apenas se preocupar com o nível de desenvolvimento conceitual do aluno, pois a educação não está restrita ao ensino, vai além dos muros da escola e se apresenta como premissa para que o aluno assuma atitudes na vida, a fim de garantir uma articulação entre a escola e a comunidade (SAVIANE, 2011).

O Estado, em decorrência das diversas reformulações na legislação educacional e das inúmeras atribuições dos docentes, como participar da gestão e do

planejamento escolares, deve se preocupar com seu ambiente de trabalho e com sua saúde física e mental.

Nesse cenário e espaço em que os professores estão postos na atualidade, eles estão obrigados a buscar, por sua própria conta, autonomia intelectual, formação e requalificação continuadas, além de enfrentar aumento da carga de trabalho e pouca ou nenhuma motivação financeira, ou preocupação com seu ambiente de trabalho ou sua saúde.

Num contexto assim, esses profissionais estão vulneráveis a muitas doenças relacionadas a seu trabalho, dentre elas Vieira (2012, p. 1) apresenta:

Uma das principais doenças relacionadas ao trabalho são os sintomas osteomusculares também denominado de lesões por esforços repetitivos (LER) ou distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT) sendo a segunda causa de afastamento do trabalho no Brasil. Os fatores etiológicos são de natureza multifatorial, destacando-se os fatores biomecânicos presentes na atividade de exigências repetitivas e desenvolvidas em ambientes planejados ergonomicamente inadequados, além das características individuais, do estilo de vida e das condições de trabalho. Ao se remeter à interferência dessas condições na qualidade de vida dos docentes faz-se necessário a definição desse conceito. Sendo assim, a Organização Mundial da Saúde (OMS) define qualidade de vida como “a percepção individual de sua posição na vida, no contexto da cultura e sistema de valores em que vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações”.

Vários fatores estão relacionados às condições de trabalho em que o professor se encontra, sobretudo, os professores da rede municipal de educação de Boa Vista-RR. É sabido que não há uma atividade laboral para o docente que seja significativa o suficiente para evitar os distúrbios adquiridos pelos professores. Assim, a saúde e a qualidade de vida desses trabalhadores seguem em descaso e nada se faz nessa vertente social além da hierarquização e burocratização das relações encontradas no âmbito profissional.

Os aspectos abordados surgem gradualmente como sintomatologia dolorosa que adquirem com o passar dos anos de docência e que afetam diretamente seu estilo de vida, interferindo em alguns domínios de sua qualidade de vida, impedindo-os de realizar ações inerentes ao seu cotidiano. O ato de ensinar possui características particulares que geram estresse e alterações do comportamento dos que com ele trabalham.

Outros fatores também estão relacionados às condições encontradas pelos professores no ambiente de trabalho, ou seja, estão sempre sujeitos à deterioração progressiva da sua saúde mental:

No início do século XX, começaram a aparecer os estudos sobre os fenômenos psicossociais e que ao longo desse período iriam trazer grandes outros estudos sobre satisfação no trabalho, estresse, qualidade de vida, bem-estar, burnout e saúde do trabalhador (ZANELLI; BORGES-ANDRADE; BASTOS apud REIS et al., 2014, p.18).

Às condições de trabalho é que levam ao fracasso do professor, tanto os fatores físicos quanto os psicológicos geram o adoecimento do professor. Por fim, ressalta-se a importância do papel de um psicólogo frente às demandas educacionais da escola e do professor, uma vez que este profissional possui importantes ferramentas para agir como facilitador entre discentes, docentes, comunidade e escola.

A produtividade no setor de trabalho está relacionada ao aproveitamento que se faz do tempo, obtendo os resultados com o mínimo de esforço possível. Para Carvalho e Serafim (1995), a produtividade no ambiente de trabalho constitui a mentalidade do progresso, do aperfeiçoamento constante. É a motivação em não se contentar com a situação atual, exigindo do profissional um esforço contínuo, utilizando novos métodos e novas técnicas na busca por melhores resultados.

A satisfação do trabalho e a produtividade devem estar associadas à qualidade de vida do docente, fato que vem sendo discutido desde a década de 1920. Mendonça (2016) destaca que a educação é um importante pilar para o crescimento e desenvolvimento de um país, e que o docente, em qualquer das modalidades de ensino que atue, necessita estar feliz com seu trabalho para que consiga resultados positivos.

Nessa relação, o profissional em educação tenta constantemente inovar e obter resultados satisfatórios no exercício da sua função. Situação que foi intensificada com a universalização da educação no Brasil.

De acordo com Gouvêa (2016), a partir da década de 1990, as forças de trabalho dos professores aumentaram, e uma nova etapa da educação surgia e com ela, a exigência de uma produtividade maior.

Mendonça (2016, p. 12) descreve que as reformas educacionais ocorridas no Brasil trouxeram novas exigências aos professores, resultando em maior responsabilidade desse profissional pelo desempenho da escola e do aluno,

intensificando o trabalho do docente com a obrigação de responder a tais exigências em menos tempo.

Esses fatores acumulados, no decorrer dos anos, foram refletindo na vida do trabalhador em educação. A intensa necessidade de produtividade do professor resultou no adoecimento de muitos deles, levando à precarização do trabalho.

As más condições e sobrecarga de trabalho desses profissionais têm sido alvo de constantes pesquisas. Gouvêa (2016) enfatiza que dentre os fatores de sobrecarga de trabalho as questões referentes à jornada semanal e a necessidade de tempo para planejamento se destacam.

A perda da produtividade é notificada por Carvalho (2017) que relaciona esse fator com os problemas no desempenho das atividades, como, por exemplo, as dificuldades no cumprimento dos prazos e o déficit de concentração, impedindo que o trabalhador pense com clareza, podendo ficar passivo de erros, não sendo capaz de concluir as exigências do setor de atuação.

Para Figueiredo (2016, p. 23), “o processo de produtividade e qualidade muda o comportamento dos funcionários, os problemas em relação à quantidade, prazos e custos ficam em segundo plano”.

Situações como essas demonstram que a perda da produtividade geralmente está relacionada aos problemas físicos e mentais dos profissionais, que mesmo diante das situações adversas continuam exercendo suas atividades, porém com baixa produtividade e desempenho reduzido (CAVALHO, 2017). Percebe-se que as cargas de trabalho atuam direta e indiretamente na saúde do profissional.

Atualmente, com a dinâmica atual da educação nacional, deparamo-nos com educadores sobrecarregados pelo trabalho que realizam. Para relacionar a produtividade com a sobrecarga, é preciso estabelecer um ponto de equilíbrio para que a saúde mental e física deste profissional seja preservada, prevenindo os problemas de saúde apresentados ao longo dos anos por grande parte dos educadores.

Pereira (2013) aponta que no Brasil, especificamente, reformas na educação pública afetaram o cotidiano e a saúde do professor a partir da virada do milênio. Essas mudanças implicaram na vida cotidiana desses profissionais, que tiveram que mudar sua dinâmica de trabalho.

E, ainda, destaca que com os profissionais públicos das universidades ocorreram alterações no âmbito da carreira: no critério de aposentadoria e progressões funcionais, normas de avaliação individual, corte de alguns benefícios, como quinquênios, anuênios e licenças-prêmio. Além da remuneração do professor, que ainda é um problema para todos os setores em que atuam (PEREIRA, 2013).

De acordo com Oliveira et al. (2012), os professores constituem uma categoria profissional que sofre permanentemente processos de desvalorização da sua força de trabalho. Essa desvalorização está associada às defasagens salariais entre redes de ensino, além das condições de realização de trabalhos que são expostos. Todos esses fatores desmotivam o profissional, o que afeta sua produtividade e conseqüentemente sobrecarga de trabalho.

O sistema econômico que temos também é um fator que intensifica o processo de sobrecarga. A busca por aumento de salário faz com que o professor acumule mais de um emprego, o que afeta sua produtividade e conseqüentemente problemas de saúde da área mental e corporal. De acordo com Duarte e Prudente (2016), a disposição do professor para as atividades inerentes a sua função varia de acordo com o tempo e acúmulo de trabalho, o que pode ocasionar indícios da perda no desempenho profissional.

Esses profissionais executam seu trabalho em sala de aula, com exposição de conteúdo em contato direto com o aluno, com a criação de formas objetivas e subjetivas de avaliação, mas também em tarefas administrativas, burocráticas de atendimento e, muitas vezes auxiliando os discentes até mesmo com questões pessoais de orientação profissional, quando necessário (DUARTE; PRUDENTE, 2016, p. 45).

Os professores possuem uma carga horária de atividade extensa e ainda existem os acúmulos que se agregam à profissão. O profissional em educação acaba utilizando mais tempo do que lhe é atribuído na função, por englobar outras atribuições ligadas à profissão que atuam. Todos esses fatores afetam sua produtividade no trabalho e passar mais tempo no trabalho pode refletir em situações de estresse constante.

A rotina dos trabalhadores de modo geral tem assumido uma característica cada vez mais acelerada. São diferentes exigências que implicam na capacitação, desenvolvimento de habilidades e tarefas em geral (DUARTE; PRUDENTE, 2016). O docente atua, muitas vezes, em mais de uma instituição para complementar o salário,

são quatro, oito e até doze horas de trabalho, fora os horários retirados para planejamento das atividades. Essas situações estão constantemente relacionadas às questões financeiras.

Conforme Santos (2006) *apud* Duarte e Prudente (2016), os baixos salários são o maior entrave para a produtividade e qualidade do trabalho, uma vez que o professor é obrigado a realizar um maior esforço para ampliar sua carga horária, a fim de conseguir acesso a bens e serviços produzidos na sociedade. Em contrapartida, o profissional consegue adquirir esses bens, mas não possui tempo para usufruir.

Assistimos a um grupo de profissionais em um ciclo de trabalho intenso, sem acesso a qualidade de vida almejada. A sobrecarga de trabalho traz benefícios materiais, entretanto, em contrapartida, tem causado o adoecimento de grande parte desses professores.

O estresse é um dos fenômenos presente na vida dos professores. Para Mendonça (2016), na docência o estresse está relacionado com a baixa valorização da profissão, que muitas vezes é a última alternativa na escolha dos jovens ingressantes no nível superior, pois eles sabem que irão enfrentar os baixos salários, desrespeito dos alunos com o professor, precariedade dos prédios escolares, falta de materiais didáticos e o aumento da violência dentro das escolas.

Com base na situação apresentada, a exaustão mental e emocional, a fadiga e depressão são alguns dos sintomas emocionais que, além dos físicos, estão cada vez mais se intensificando na vida dos professores. Borsoi e Pereira (2013) destacam que houve um aumento de doenças adquiridas pelos professores, principalmente problemas de ordem psicoemocionais, e estes estão relacionados à excessiva carga de trabalho nos últimos anos. Nesse sentido:

O professor passou a assumir um leque de tarefas, não só qualitativamente distintas, mas também, e principalmente, impactantes em termos quantitativos. É nessa nova dimensão do trabalho que faz com que o docente não consiga estabelecer limites para sua jornada de trabalho, sendo forçado a invadir o tempo da vida privada com demandas laborais... (BORSOI; PEREIRA, 2013, p.1218).

A sobrecarga dos professores inviabiliza o tempo de descanso e lazer, além daquele dedicado à vida familiar e social, pois situações diárias os empurram a uma busca constante por resultados e conseqüentemente aumento da produtividade, resultando no adoecimento desses profissionais.

O excesso de tarefas burocráticas: diários de classe, agendas a serem preenchidas, acompanhamento de resultados individuais, planejamento, correção das atividades, adequação do material didático, elaboração e execução de projetos, além das demandas cotidianas da escola, são fatores que sobrecarregam o professor.

Este profissional em educação atua na escola, geralmente, por 20 horas semanais, entretanto, esse tempo não é suficiente para que ele realize toda a demanda que lhe é atribuída. Ressalta-se que o resultado de cada aluno é de total responsabilidade do professor, que precisa elaborar meios para que sejam alcançadas as metas estabelecidas pela unidade escolar a cada início de ano.

Conforme Rocha e Fernandes (2008), o excesso de tarefas burocráticas, a falta de autonomia e infraestrutura do ambiente escolar, as relações conflitantes com alguns alunos e seus familiares e, principalmente, a baixa remuneração, tornam evidente o quadro crônico de depreciação e desqualificação social, com reflexos na saúde física e psicológica dos professores.

Rocha e Fernandes (2008) ainda enfatizam que essas situações causam mal-estar aos professores e, em muitos casos, desestabilizam seu equilíbrio psicossomático, gerando diversas doenças que influenciam sua qualidade de vida.

Mendonça (2016) enfatiza que a profissão de professor atualmente é muito estressante, consequência da sobrecarga de trabalho, com jornadas longas e raras pausas para descanso e refeições, com ritmo de trabalho intenso e desgastante que frequentemente se inicia pela manhã e se estende até a noite, cumprindo jornada dupla e/ou tripla de trabalho diário.

Atuar como docente requer muita atenção e concentração, exigências impostas pela especificidade de se trabalhar com o conhecimento e a aprendizagem, além da percepção de que este contexto não se restringe apenas à sala de aula.

O trabalho do professor, em qualquer das modalidades de ensino que ele atue, requer desse profissional a constante preocupação em encontrar novas formas e métodos de ensinar, de despertar a curiosidade e o interesse por aprender. Apesar de o foco ser o ensino e a aprendizagem, não se pode esquecer que o profissional precisa ser mais bem remunerado, que sua carga horária seja adequada e que contemple todas suas áreas de atuação, ou seja, a desempenhada em sala de aula e a extraclasse.

2.3 Trabalho do Professor na Contemporaneidade

As publicações mais recentes que tratam da temática não tem relação com as novas promulgações nas mudanças do contexto educacional atual, porém são comuns trabalhos sobre docente na atualidade, no entanto pouco se pensa nas mudanças contínuas para atuação do professor contemporâneo, o que pode gerar para as mesmas dificuldades em se adequarem às mudanças sociais e locais, conforme sua atuação profissional lhe exige.

Para tanto, é necessário que se pense no professor na contemporaneidade, principalmente no viés Educação Básica, onde na maioria das vezes lhe dão com públicos de faixa etária que requer maior preocupação no sentido de se pensar como agir de maneira diferenciada com cada um desses alunos, ou seja, requerem-se ações no sentido de reorganizarem o trabalho docente na contemporaneidade devido à sobrecarga de trabalho já mencionada nos capítulos anteriores, e um exemplo bem sucedido para reverter o quadro de sobrecarga, são ações que contraponham para que os mesmos consigam atender as necessidades atuais (COSTA, 2013).

Porém, cabe aqui destacar que além da necessidade de o professor se adequar as mudanças contínuas, será necessário também, colocar em primeiro plano a vertente de determinar o que precisa ser analisado e a sua relação com o professor na contemporaneidade, assim determinar propostas para entendimentos multideterminados e multidisciplinares.

A vertente de determinar essa tão complexa temática que tem seus maiores problemas nos dias atuais, pois a realidade posta na contemporaneidade sobre a atuação do professor deve sobrepujar metodologias e políticas públicas voltadas para tal situação. Assim, incorpora-se o bojo de ações no pensar no coletivo (MAZON, 2017).

Nesse interim, o trabalho do professor na contemporaneidade requer que o campo interdisciplinar deva ser articulado com as legislações vigentes que protejam e respaldam os mesmos em seus direitos e deveres. Outrossim, para modernizar a maneira de como tratar antes de ocorrer as intempéries no ambiente escolar. Cabe neste sentido, reverem aspectos inerentes à sociedade contemporânea os quais não

podem se sobrepuser, e sim, acompanhar o desenvolvimento socioeconômico e tecnológico.

Ao considerar as modernizações deverão surgir novas opções metodológicas que diminuam o desgaste gerado no decorrer da atuação docente na atualidade, atualidade hoje reduzida a modelos sociais e políticos limitados.

Essas limitações devem constitui-se e vislumbrar um todo, ou seja, problemáticas da comunidade acadêmica que se encontra o professor, por isso, um espaço pluri-institucional, onde todos devam pensar no bem estar comum, onde se deve entender que o trabalho docente na contemporaneidade deve ser visto como determinante crucial para a qualidade da Educação.

Os caminhos benéficos para essa nova roupagem que deve auxiliar o professor na contemporaneidade requer deles ser um docente que se permeia pelo empoderamento e sua concretude nas necessidades do trabalho docente contemporâneo.

Com uma adjetivação em propostas de empoderamento, os docentes seguem em sua rotina diária a imponente valorização do bem estar do sujeito professor em detrimento das práticas de gestão muitas vezes indignas dos órgãos que as administram. Em outras palavras, a chamada possibilidade de ser professor com futuro ameaçado, pois terão problemas de adaptação as exigências atuais para com eles. Porém, o professor na contemporaneidade para acompanhar com êxito sua carreira profissional nos dias de hoje precisa se a ter a possibilidade de um pleno exercício com proposições conforme suas realidades (MAZON, 2017).

Seguindo a vertente do pleno exercício, Minayo (1997), o caminho para se seguir e pensar no professor contemporâneo requer uma saída dos problemas, ou seja, o pano de fundo devem ser os elementos sociais – professores e políticos – os órgãos que reconhecem legalidades processuais para refletir o professor contemporâneo, compreendendo as reflexões, devem sobremaneira, considerar contradições relevantes quando se trata do professor na contemporaneidade. Esse caminho mostra-se de suma importância nas organizações como um possível espaço de atuação para refletir e executar ações no sentido de se promover inovações para

que o professor na contemporaneidade tenha uma atuação fidedigna aos seus direitos e deveres gerando uma qualidade que se almeja.

Menezes (2010) corrobora, o professor na contemporaneidade deve buscar juntamente com os pares que os representam uma relação de propósito histórica e social para então compreender a determinação dos fenômenos, nesta pesquisa que serão avaliados, dentre outros, os fenômenos globais, principalmente os locais para análise concreta de fato e de direito. No entanto, os aspectos culturais, biológicos, psicológicos e gerais ao contexto social em que será analisado o docente na contemporaneidade ganharão uma concretude no sentido de aprimorar e beneficiar o professor com estratégias para o alcance de adaptação de tão significativas e rápidas mudanças da atuação docente nos dias atuais.

Nesse contexto Dejours (1997) suas elaborações aludem-se aqui nesse capítulo com intuito de tão somente e corroborar com a estratégia de pesquisa que também será de campo para uma análise concreta desta tese. Em suas publicações Dejours (1997), sistematiza e formula as ações a serem tomadas em conjunto com os entes, porém não aleatoriamente e sim com uma base de apoio social que se dá pelo que se apregoa em seus escritos como segue respectivamente: à psicodinâmica do trabalho, a associação entre organização, forças produtivas, aspectos psicológicos e elementos sociais do trabalho.

Nessa mesma vertente, Dejours (1997) busca-se com isso aprimorar e compreender que os docentes precisam ter equilíbrio psíquico para lida com as transformações atuais, mesmo que em situações degradantes as quais se formula pelo trabalho docente na contemporaneidade. À luz desse contexto, sabe-se que o trabalho degradante do docente resulta em sofrimento, onde se inicia processos não favoráveis a sua atuação na atualidade.

Ainda consoante Dejours (1997), a mecanização a robotização corrente na atualidade afetam o psíquico e terá em seus moldes o trabalho docente na compressões e imposições exercidas pelas organizações de trabalho, associadas às exigências de adaptação à cultura e valores organizacionais, levam o trabalhador ao sofrimento e exaustão, este exemplo serve para atender que sobrecarga de trabalho é própria do modelo administrativo atual para o trabalho do docente na contemporaneidade.

Entretanto, é a partir de 1990, é possível por meio do processo histórico e cultural buscar aperfeiçoamentos das políticas públicas, no entanto apesar de há quase três décadas sabermos que a vertente a seguir é um processo histórico, nada se vê de relevante, pelo contrário o que se vê são taxas se elevando pelo absenteísmo docente devido à falta de capacitação do professor, dentre outras. Para os mesmos conseguirem lidar com tão repentinas mudanças Assunção (2009) diz que, as políticas públicas educacionais e seus condicionantes para a universalização e seus valores precisam ser vistos desde 1990, pois com um processo de precarização, os professores de hoje são penalizados pela falta de políticas inovadoras que requer lidar com fatos reais, ou seja, a intensificação de proposta que pense o professor atual e sua atuação com o passar dos anos.

Brant (2004) nos ajuda a entender que esse processo de precarização ocorre porque, a necessidade de o Estado satisfazer a vontade da população em atender os alunos, por mais que gere a proposição de que a Educação é acessível a todos, por outro lado os impactos para o professor contemporâneo são inúmeros para atender ao público alvo, o qual é devastador devido à sobrecarga e o quantitativo da clientela por turma. São sabidas poucas observações e as considerações são ínfimas em se tratando dos impactos sofridos pelo docente contemporâneo.

Além das necessidades vigentes, Brant (2004) diz que, requer-se a modernização das legislações vigentes e da infraestrutura para beneficiar o trabalho docente contemporâneo no sentido de rever novas metodologias para um trabalho menos desgastante, bem como, um efetivo maior de professores capacitados para tal exercício.

Porém, cabe aqui destacar os maiores fatores dos processos de adaptação do professor contemporâneo, tais como: precarização das condições do trabalho docente, ao quantitativo hoje existente, pois este não atende as estratégias em sua totalidade para uma educação de qualidade, ruídos, estresse, com isso um futuro incerto. Neste sentido, a concretização da Estratégia para modernização do trabalho docente na contemporaneidade deve ser pensada na ênfase social a qual não pode deixar de buscar auxílio nas legislações vigentes, a exemplo da BCCN – Base Nacional Comum Curricular que traz inúmeras melhoras para a educação, porém não se vê o pensar no professor contemporâneo para atender tal demanda, no entanto,

com isso será necessário o aprimoramento das políticas públicas pelo poder público (COSTA, 2013).

É preciso entender a relação entre o trabalho docente contemporâneo e a qualidade na Educação? Indiscutivelmente sim, pois são vitais para o entendimento no tocante a implementação autônoma e independente das políticas queensem o professor contemporâneo e a articulação para melhor condução de suas atividades. E nesse interim, o profissional docente deve ser convocado para ajudar a melhor pensar a sua participação nos estudos sobre sua atuação contemporaneamente falando, assim corroborar na tão importante missão para sua atuação com qualidade e assim não prejudicar os seus assistidos, dessa maneira pode-se vislumbrar o melhorar do sistema de ensino como um todo (COSTA, 2013).

Por sua vez, não podemos deixar de mencionar que na contemporaneidade as legislações trabalhistas contam com inúmeras mudanças e não se vê vislumbrar uma ótica positiva ao bem estar do professor contemporâneo, o que torna esta tese de doutorado de suma relevância, pois se verifica em documentos relacionados às inovações ao trabalho docente, poucas ou quase nenhuma referência sobre tal processo de se pensar o professor contemporâneo, pelo contrário as exigências são muitas para fazer-se cumprir seu papel no contexto de mudanças sociais atual.

Por fim, a ideia de que os atores envolvidos façam parte do processo de melhorias para condução das atividades docentes na contemporaneidade, quer seja por meio de importantes estratégias para atuação de qualidade dos mesmos. Requer-se assim, que os órgãos garantam contribuir para melhorar a maneira de condução das aulas e o pensar no aluno contemporâneo que são eles, Nativos Digitais, com isso uma maior destreza do professor que se dá por formação inicial e continuada. Responde - se a indagação acima mencionada da seguinte maneira: crê-se que é necessário considerar a necessidade de integração de todos os atores envolvidos por meio do diálogo e dos entes representantes para assegurar a atuação docente contemporânea (MINAYO, 1997).

Infere-se por meio da preocupação e articulação entre contemporaneidade e subjetividades que evidenciam o contexto atual da sociedade vigente, entende-se que as investigações devem ser articuladas com o ambiente escolar. Destarte, as investigações devem se dá sobremaneira com públicos-alvo específicos. Diante de

tais argumentos percebe-se a necessidade de estudos sobre o professor na contemporaneidade.

2. 4 Doenças e Agravos mais Prevalentes nos Professores

Diversas pesquisas têm detalhado as condições às quais os professores, em especial da educação básica, são submetidos, e muitas delas apontam os principais fatores que afetam a saúde desses profissionais. A pesquisa de Neves (1999) apresenta os principais problemas de saúde encontrados nessa categoria profissional: ansiedade, tensão, nervosismo, depressão, angústia, insegurança, esgotamento, estresse, irritabilidades, frustrações, falta de ar, pressão baixa, tonturas, labirintite, perturbações de caráter digestivo, problemas respiratórios e alergias.

Além desses problemas, a saúde do professor também é afetada por outras exigências típicas do exercício do magistério, como manter-se acordado até altas horas, ou até a madrugada, corrigindo atividades avaliativas, e, ainda, ser obrigado a levantar-se cedo para iniciar sua rotina diária, favorecendo assim o surgimento das perturbações do sono, como insônia e seus agravantes.

Há problemas como: ansiedade, tensão, nervosismo, depressão, angústia, insegurança, esgotamento, estresse, irritabilidades, frustrações, falta de ar, pressão baixa, tonturas, labirintite, perturbações de caráter digestivo, problemas respiratórios e alergias, que são mais rotineiros em grupos de professores que lecionam em dois ou três turnos de trabalho diário, relacionadas às irregularidades nos horários para se alimentarem, no excesso de tempo de permanência em pé, ou em assentos não ergonômicos, ao excesso do número de alunos em sala de aula e à excessiva carga horária diária (NEVES, 1999).

No Brasil, na maioria das vezes, as jornadas de trabalho estabelecem em torno de 40 a 60 horas semanais, sendo raros os casos em que parte desse tempo (em geral 10% ou 20%) é dedicada ao trabalho extraclasse. Com isso, muitas das atividades intrínsecas ao ensino são realizadas no período extraclasse, em seu horário de descanso.

Essa sobrecarga de horas extras, sem remuneração, tem efeitos particularmente nocivos sobre as condições de trabalho e de saúde dos professores,

uma vez que torna mais acentuadas as condições já estressantes do trabalho do professor.

As atividades extraclases, que ocorrem inclusive durante os fins de semana e até mesmo nas férias, representam uma sobrecarga de trabalho, as quais retiram do professor a oportunidade de descansar e confraternizar com seus familiares, amigos ou mesmo de realizar outros tipos de atividades, como as físicas, culturais e sociais, comprometendo assim sua saúde física e psicológica.

De acordo com Amado (2000), as licenças médicas mais comuns nesse grupo de profissionais, cujos diagnósticos variaram entre transtornos neuróticos, estado de ansiedade, gastrite, duodenite, depressão neurótica, hemorroida não especificada com outras complicações, outras doenças dos intestinos e peritônio, amigdalite aguda, infecção das vias respiratórias superiores, doenças do esôfago e do estômago, tem o estresse como sendo o fator que mais afeta a saúde dos professores.

Amado (2000) ainda ressalta que os professores se queixam, com bastante frequência, do excesso de alunos em sala de aula, o mau comportamento deles, a falta de estrutura escolar, a falta de apoio da comunidade e da família e as cobranças diárias por resultados positivos no ensino/aprendizagem. Fatores que despertam ansiedade e angústia, que estão associados aos sintomas de desânimo e depressão, que estão entre os principais motivos de afastamentos de professores de seus trabalhos e classificados como problemas psicológicos ou psiquiátricos.

Também outros elementos devem ser considerados, como ritmo acelerado de trabalho e jornada excessivamente exaustiva. Além de variáveis presentes na dimensão de sala de aula, como temperatura do ar (seca ou úmida), temperatura das superfícies (paredes, tetos e solos), ruídos e poeira (pó de giz), que também contribuem para o aparecimento dessas patologias (AMADO, 2000).

O autor enfatiza ainda que o trabalho do professor é diferente do trabalho dos demais trabalhadores, pois, além da sobrecarga de funções e papéis, que lhes é imposta tradicionalmente e costumeiramente, há ainda, por parte da maioria desses profissionais, o sentimento de ansiedade e frustração quanto aos resultados que a sociedade espera e cobra de seu trabalho.

Vale destacar que as licenças e afastamentos dos professores das unidades escolares, por motivo de adoecimento, não são fenômenos recentes, pois existem registros de sua recorrência já por várias décadas (LAPO; BUENO, 2007).

Outro fator diagnóstico é a síndrome de “*burnout*”, resultado do esgotamento e perda de interesse pela atividade de trabalho. Esse tipo de sintoma geralmente aparece em pessoas que trabalham em prestação de serviço e que lidam diretamente com pessoal, como é o caso do professor.

Conforme Codó (1999) *apud* Campos (2009), o termo “*Burnout*” está associado ao conceito de fadiga – exaustão – *stress* no magistério. Para Baião e Cunha (2013), as possíveis repercussões da dupla jornada de trabalho sobre a saúde também são diversificadas: sobrecarga psicológica, fadiga física ou Burnout; tempo insuficiente para lazer e descanso, horas de sono e alimentação.

De acordo com A Organização Mundial de Saúde (OMS), depressão é um transtorno mental comum, caracterizado por tristeza, perda de interesse, ausência de prazer, oscilações entre sentimento de culpa e baixa autoestima, além de distúrbios do sono ou do apetite. A depressão também é caracterizada pela sensação de cansaço e falta de concentração (OMS, 2019).

Outra situação recorrente nos dados de afastamento são as doenças relacionadas à voz do professor. De acordo com Schuster e Schroeder (2017), os estudos realizados na década de 90, vinculados à saúde do professor, estão relacionados com o adoecimento físico, de modo que grande parte dos pedidos de afastamentos estava ligado a fatores relativos aos distúrbios da voz, especificamente à calosidade das pregas vocais e disfônicas.

Atualmente vem se evidenciando, também como causa de adoecimento dos docentes, o transtorno de ansiedade, que conseqüentemente está relacionado ao estresse e à depressão. Barlow e Durand (2008) o definem como uma condição orientada para o futuro, caracterizada pela preocupação relativa à percepção de não poder controlar ou prever eventos potencialmente aversivos; há presença de sintomas corporais de tensão física; e o desvio do foco de atenção para esses eventos potencialmente aversivos ou às respostas afetivas eliciadas por eles.

Percebe-se então que existem muitos fatores que ocasionam o adoecimento dos professores, situações emocionais, psíquicas e físicas que são resultado do exercício laboral executado por eles. Enfim o exercício do magistério, seja pelas condições de trabalho ou pelas atribuições profissionais, é a principal causa de adoecimento dos professores atualmente.

2.4.1 Processo de Adoecimento Docente

No capítulo anterior foi vista a centralidade designada ao educador na contemporaneidade, porém o processo de não se adaptar as exigências atuais pode acarretar o processo de adoecimento do mesmo. Como foram discutidas as legislações vigentes e as que estão por aprovar que trazem novas exigências aos professores, o que acarreta processos de adoecimentos sobre sua saúde física e mental, tendo grandes demandas na atualidade.

Nessa mesma relação os processos de adoecimentos estão intrinsecamente relacionados com a intensificação e exigências a serem cumpridas na execução de seu trabalho. Às inúmeras mudanças levam os docentes a um rápido processo de adoecimento, muitas vezes, levam ao abandono de sua atuação docente e por fim até mesmo a sua morte, fatores que levam a este cume são adquiridos no ambiente escolar donde advêm suas inúmeras implicações sobre sua atuação em sala de aula.

Neste quadro, é preciso buscar por justiça social no sentido de recapitular as últimas décadas, sendo mais preciso a década de 1990 para se pensar recompor a Promoção da Saúde Coletiva, assim buscar prevenir os processos de adoecimento que o ambiente escolar estressante lhes oferece. Trata-se da década de 1990, pois as reformas são sistêmicas e inúmeras para pensar numa educação de qualidade, ficando assim de fora o pensar no processo de adoecimento do docente.

Para tanto, busca-se pensar num atendimento educacional para os docentes que estão na linha de frente e assim mante - lós na escola, com isso é relevante políticas descentralizadas para se pensar no bem comum e atender determinadas demandas evitando com isso o sofrimento do professor o qual se ancora no fracasso educacional e seu adoecimento.

Com relação a esse novo esboço que traz as legislações que exigem sobremaneira dos docentes um grande esforço, é preciso que fique entendido que deve haver uma associação a práticas de ensino que alterem que modifiquem o atual sistema de relações que caracteriza atualmente o ensino cujo impacto gera inúmeras sequelas e acabam por provocar adoecimentos do professor.

Neste aspecto, é preciso refletir de como o professor pode transmitir informações e não sofra com tamanha demanda o que acarreta no seu adoecimento. É preciso acreditar que se deva caminhar para inovação na aula supondo sempre uma ruptura com o estilo didático imposto pela epistemologia positivista, direcionado “para um conhecimento fechado, acabado, conducente a uma didática da transmissão que, regida pela racionalidade técnica, reduz o estudante a um sujeito destinado a receber passivamente esse conhecimento e por fim sem articulação metodológica. Com a falta de reflexões as necessidades atuais, o professor se estressa e não conduz com motivação suas aulas, refletindo os índices negativos em seus alunos e os processos de adoecimento em sua saúde devido frustrações pela falta de alcance em suas metas” (VEIGAS, 2008 p. 175 apud ALTHAUS, 2009, p.104).

Para Veiga (2008, p.175 apud Althaus, 2009 p.104):

A aula é parte do todo, está inserida nas escolas que, por sua vez, está filiada a um sistema educacional que também é parte de um sistema socioeconômico, político e cultural mais amplo [...] A aula dada pelo professor é a concretude do trabalho docente propriamente dito, que ocorre com a relação pedagógica entre professor e aluno. Ela é o lócus produtivo da aprendizagem, que é, também, produção por excelência. O resultado do ensino é a construção do novo e a criação de uma atitude questionadora, de busca e inquietação, sendo local de construção e socialização de conhecimento e cultura.

Consoante citação acima mencionada traz-se Amaral (2000, p. 143 apud Althaus, 2009 p. 105), se referindo à escolha da Didática, ela justifica-se pelo seu objeto de estudo: o ensino, e suas relações com o trabalho pedagógico, evita-se assim o adoecimento dos docentes, portanto é preciso que a partir do contexto atual, os aspectos para melhorias sejam registrados e o processo de adoecimento seja evitado, sobre a temática Amaral 2000,

Diferentemente do que se propõe no ensino de alguma coisa, não temos aí o problema da especificidade do saber, delimitada em bases epistemológicas: delinea-se, com base no diferente, o que perpassa todas as situações. O papel da Didática, no caso, é o de percorrer os diferentes campos,

auscultando as diferentes experiências, para levantar as semelhanças e promover o enriquecimento do próprio campo e dos outros campos (Amaral, 2000, p. 144).

Logo, precisamos pensar no que esse tipo de ação pode contribuir de maneira positiva na formação dos alunos e como os professores podem evitar o adoecimento no ambiente laboral, professores do futuro e, conseqüentemente, com boa qualidade de saúde haverá qualidade do ensino.

Torna-se necessário refletirmos em um docente que deixe de agir como “detentor do saber” e “transmissor de conteúdo/conhecimento” e faz de sua sala de aula um espaço que proporcione a aprendizagem significativa, servindo de mediador entre o conteúdo e os alunos, tornando o espaço de formação um meio propício para o desenvolvimento da criatividade, da construção, da interação e da organização, com isso evita-se sua sobrecarga que gera estresse contínuo e fragiliza sua saúde, com isso seu adoecimento.

Além disso, deve existir a superação entre a dicotomia teoria-prática, tão vivenciada nos espaços acadêmicos. É necessário entender que não existe essa separação entre teoria e prática e sim que uma não existe sem a outra e que a relação que se estabelece entre elas é muito rica, além de necessária. A partir desses pressupostos, é preciso entender que o professor tem a necessidade de preparar suas aulas, o que requer tempo, onde na maioria das vezes o mesmo não o tem, pois para complementar sua renda se sobrecarrega de turmas, essa sobrecarga impacta em um trabalho docente de péssima qualidade que também acarreta em um precoce diagnóstico de problemas da saúde física e mental.

Portanto, as ações do docente devem levar em conta todo o cenário que envolve a sala de aula, servindo, além de facilitador do conhecimento e da aprendizagem, de motivador em todo o processo educativo. Além disso, suas experiências devem servir de exemplos que possam enriquecer sua prática docente, levando em conta também todas as suas construções e vivências anteriores neste processo que irão influenciar diretamente nas práticas pedagógicas, este é um exemplo prático de que o professor deva estar envolvido em propostas para melhorar sua qualidade de vida e assim evitar processos de adoecimentos, pois com as ricas experiências positivas ou negativas trazidas por eles serão benéficas para evitar esse

quadro de inúmeros docentes em processo de adoecimento ou já afastados por doença.

Ao mesmo tempo em que se almeja uma educação de qualidade como temos nos escritos atuais, é preciso evitar que os professores adoçam e assim de fato promover essa tão sonhada educação de qualidade, para isso é preciso que todos os atores sociais se mobilizem.

Oliveira (2007) reporta as políticas educacionais que devem ser pensadas à saúde do professor, pois se apresentam na atualidade com grande absenteísmo do docente, assim, no sentido de se buscar evitar esse quadro, as necessárias atitudes são as de: desenvolvimento, no sentido de buscar a formação dessa força de trabalho, e ao mesmo tempo com políticas sociais, já que o absenteísmo é gigantesco e estão dirigidos pelo ambiente escolar que gera o processo de adoecimento do docente, é necessário apontar que há uma mínima assistência à saúde do professor ou nenhuma.

Cabe aqui destacar, que no contexto latino-americano consoante corrobora (Birgin, 2000; Tiramonti, 2001; Oliveira, 2004; 2007) têm demonstrado que o processo de adoecimento do professor se dá pela falta de igualdade social, o que traz inclusões de metas exigidas ao docente. O professor vem a cada dia adoecendo mais e mais. Bem como, sabe-se que os professores em processo de adoecimento a cada dia se expande, pois há restrição de recursos, esta tem efeitos diretos em suas aulas e em sua formação inicial e continuada. A adaptação à realidade requer formação, remunerações dignas com as exigências para com eles, o que evitaria ou diminuiria os riscos a sua saúde do professor, que hoje fragilizada em meio tamanhos descasos.

Ao considerar as dimensões da intensificação do processo de adoecimento o que vincula ao adoecimento do docente, categoria esta que envolve tanto os sujeitos nas suas complexas dimensões, experiências e identidades quanto às condições em que as atividades são realizadas no ambiente escolar.

Em síntese, o processo de adoecimento vivido pelo professores das escolas brasileiras como um todo, além de comprometer a saúde desses importantes entes da sociedade que a transformam, colocar em risco a saúde desses

transformadores, e isso é colocar em risco todo um País em seu mais amplo contexto, pois a educação que traz melhorias a um país.

2.4.2 Estudo Empírico de Causas e Efeito do Adoecimento do Professor

O trabalho do professor é compreendido como uma atividade continua e repetitiva, divididas em tarefas e submetida a intensos ritmos de trabalho (SOUZA; LEITE, 2011). Sua intensidade se deu em consequência dos anseios pessoal deliberado pelo sistema capitalista, que impulsionou, a partir da Revolução industrial e se intensificou na idade moderna.

No momento histórico atual, há que se ressaltar que a atividade produtiva tem passado por um conjunto de mudanças significativas, as quais visam à reprodução do próprio sistema capitalista, que precisa se reinventar e se renovar, ainda que embasado sob a mesma lógica, qual seja, de exploração e acumulação. (OLIVEIRA et. al, 2017, p. 610).

Essa descrição aponta as mudanças que foram ocorrendo ao longo dos anos, destacando a lógica do sistema capitalista, que conduz o trabalhador a uma intensificação maçante da atividade laboral. Destaca-se, em aspectos gerais, que o trabalho pode ser entendido como a relação do homem com a natureza para a produção de valores de uso necessários à subsistência humana (SOLDATELLI, 2011). Nesse sentido, para que exista o ser social é necessário a existência do trabalho.

Damm Forattini e Lucena (2015, p. 33) também compreende esse processo como atrelado ao sistema capitalista atual:

Como centralidade da vida humana, o trabalho, compreendido em atividades produtivas e improdutivoas, permeia as relações carregadas de atribuições e responsabilidades objetivas, tanto quanto de cargas subjetivas, traz consequências diretas sobre a significação da vida em sociedade. Os parâmetros que a sociedade capitalista estabeleceu para os formadores de ciências e educadores são os mesmos para os processos produtivos, ou seja, metas quantitativas, produtivismo atrelado à ascensão na carreira, avaliação de resultados como método de reconhecimento e remuneração além de estrutura precária e massificada de políticas e práticas de ensino. A discussão é ampla principalmente sobre os aspectos vivenciais do trabalho improdutivo, intelectual e cognitivo levado a uma esfera de produtivismo e “coisificação” do saber a serviço do capital. (DAMM FORATTINI; LUCENA, 2015, p.33)

Assim, todo contexto relacionado ao trabalho está configurado em uma ideologia capitalista, na busca pela ascensão profissional e melhor remuneração constante. Fato evidenciado no trabalho de Carvalho (2014), que aponta o conceito

de organização do trabalho escolar quanto o de organização escolar como relevantes na compreensão das mudanças ocorridas no sistema educacional e que culminaram no processo de precarização do trabalho docente, estão compreendidos numa perspectiva econômica.

Em meio a esse cenário globalizado, o trabalhador sofre com cada mudança e busca se enquadrar no meio. Assim, a saúde do professor tem sido afetada, pois, apesar de propiciador de identidade e veículo de sociabilidade, em condições inadequadas o trabalho implica em adoecimento (OLIVEIRA et. al, 2017).

Essa lógica é também relacionada ao trabalho do professor. Conforme a Organização Internacional do Trabalho – OIT, a profissão docente é uma das mais desgastantes, pois possui um alto risco físico e mental (DAMM FORATTINI; LUCENA, 2015).

Em análise a educação no Brasil, percebe-se um sistema educacional massificado apressadamente nas últimas décadas, não dispõe ainda de uma capacidade de reação rápida para atender às novas demandas sociais. Nesse contexto, para compreensão da causa e efeito do adoecimento dos professores foram realizados estudos que possibilitam uma visualização do contexto geral.

Na última década, de acordo com Gasparini (2005), o trabalho docente tornou-se, por demanda do sindicalismo, tema de vários estudos e de investigações, incentivando a formação de grupos e de redes de pesquisadores organizados a fim de conhecer as causas do adoecimento e afastamento dos profissionais em educação.

Em referência a causa, vários autores apontam o mal-estar docente como um fenômeno atual. Soldatelli (2011) descreve que vários estudos sobre o processo de adoecimento da classe trabalhadora têm sido realizados nos últimos anos, e de acordo com sua percepção, os problemas causados à saúde em decorrência das condições de trabalho têm apresentado um grande interesse e preocupações em diferentes especialistas.

Para Esteve (1999 apud Souza; Leite, 2011) o mal-estar docente é um fenômeno social do mundo ocidental, desencadeada pela desvalorização, associadas às constantes exigências profissionais; a violência; a indisciplina, entre outros fatores

que acabam por promover uma crise de identidade em que o professor passa a se questionar sobre a sua escolha profissional e o próprio sentido da profissão.

Já Reis (2017), relata que o cotidiano escolar está envolto por uma série de práticas de gestão e de avaliação em que os professores se veem condicionados a integrarem novas práticas e novos saberes no exercício de sua função. Nessa perspectiva os profissionais que se sentem obrigados a se inserirem em um contexto docente com novas exigências pedagógicas e administrativas, resultando em uma sensação de insegurança e desamparo, tanto subjetivamente, como em relação as condições de trabalho inadequadas.

Carvalho (2014) se junta na mesma afirmação, destacando o trabalho dos professores em uma lógica capitalista, que conseqüentemente culmina em precárias condições de trabalho na escola. Assim, os docentes assumem várias atribuições que extrapolam a função pedagógica e se veem impossibilitados em atender a estas demandas, gerando mal-estar docente, se enquadrando como incompetentes diante das dificuldades de demandas e da contínua crítica social, por não conseguirem atender essas novas exigências.

Percebe-se diante do contexto, que o trabalho do professor, tem sofrido relativa precarização e diferentes fatores têm contribuído com essa realidade no trabalho docente. O arrocho salarial, não cumprimento da lei n° 11.738 que instituiu o piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica brasileira, contratos temporários de professores, instabilidade do emprego no magistério público, perda de garantias trabalhistas e previdenciária (REIS, 2017).

Em análise às causas do adoecimento dos professores, Gasparini (2005) mostrou em sua pesquisa que não é possível analisar isoladamente os fatores, entretanto, se analisados em conjunto, mostram coerência entre os seus achados e permitem a elaboração de hipóteses de pesquisa que mostram a associação entre o adoecimento dos educadores com as características das escolas e as condições de trabalho vividas em suas dependências. Desta forma, Gasparini mostrou em seus dados que dentre os diagnósticos de afastamentos, merecem destaques os transtornos psíquicos, doenças respiratórias, as doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo.

Para Bastos (2009) existem diferentes questões que desencadeiam o adoecimento dos profissionais em educação, com destaque para o stress, depressão e agravos emocionais, processos de ansiedade, angústia, desânimo e apatia. Também são fatores o choro compulsivo, irritabilidade, cansaço extremo, agitação, baixa concentração e queda no desempenho profissional. Bastos ainda destaca os transtornos relacionados ao uso abusivo da voz, revelados através da rouquidão constante, dor na garganta, sensação de falta de ar, alterações no timbre, intensidade e altura da voz, e até perda temporária de voz.

Uma das consequências do trabalho docente que mais afetam esse grupo é a Síndrome de Burnout. Para Damm Forattini e Lucena (2015), o Burnout, geralmente é confundido com stress, entretanto possui sintomas que acomete gravemente o indivíduo em três dimensões:

1. Exaustão emocional: trata-se da incapacidade em dar de si em valores afetivos;
2. Despersonalização: o indivíduo é acometido de sentimentos negativos, cinismo, agressividade e coisificação das relações;
3. Distanciamento da rotina, das pessoas e da organização: Desmotivação, ou seja, anestesia das habilidades para a realização do trabalho.

Conforme Bastos (2009) todos os fatores que conduzem ao adoecimento do professor estão ligados à sobrecarga e às condições de trabalho na escola, especialmente a dupla jornada, os baixos salários, a intensificação das funções e das atividades docentes, as novas formas de regulação do trabalho escolar e a avaliação sistêmica do desempenho dos alunos. Fato também evidenciado por Schwalm (2013), que enfatiza que “os professores da rede pública, nas últimas décadas, têm sofrido uma intensificação no trabalho. Além das funções habituais que são prescritas a este trabalho, nos últimos anos, outras funções passaram a ser incorporadas, contribuindo para um excesso das funções fixadas”.

As mudanças no processo ensino-aprendizagem, o aumento do número de alunos por sala e o novo perfil sociocultural dos alunos, que emerge após os processos de democratização do acesso à escola fundamental, a ausência de efetiva participação da família na escolaridade dos filhos, dificuldades de relacionamento

interpessoal na escola e problemas na gestão escolar também são causas de adoecimento dos professores (BASTOS, 2009, p.12).

Nesta perspectiva as principais causas do adoecimento dos profissionais de educação estão ligadas ao sistema e ritmo atual em que vivem as pessoas. Os efeitos são visualizados no quantitativo de profissionais doentes anualmente.

2.5 Precarização do Trabalho do Professor na Educação Básica

Ao abordar o currículo diferenciado, tomando por base as escolas de Educação Básica, sobretudo as do Município de Boa Vista – RR, conforme se aborda na temática aqui apresentada, contextualizando com as condições econômicas e sociais locais, para compreender os aspectos que tornam as vastas demandas e consequências advindas das novas práticas curriculares, determinadas pela Legislação Educacional vigente no país e no município em questão, constatamos a precarização e insuficiência estrutural e socioeducativa para o trabalho docente nestas escolas.

Para entender os aspectos desta precarização e insuficiência estrutural e socioeducativa, Silva (2008, p. 53) constata que a consolidação de um novo padrão produtivo inicialmente precariza significativamente o trabalho docente, pois a responsabilidade do Estado é transferida para a Sociedade/Professor.

Dentre os problemas relacionados à precarização do trabalho docente estão aqueles relacionados à falta de condições necessárias de formação inicial e continuada, bem como à abrangência prevista para o ensino fundamental I, que torna essa dimensão precária frente à relação de dependência da realização de políticas públicas necessárias à sua efetivação, conforme se observam, nos dias atuais, os efeitos negativos da falta de disponibilização dessas condições.

Neste sentido, há também a escola à qual cabe cumprir o atual currículo reformulado, sendo cobrada internamente pelos próprios parâmetros curriculares e externamente pela visão de que ela deve estar em condições de receber avaliações externas, por órgãos fiscalizadores. E o fato de realizar avaliações visa ao aperfeiçoamento do trabalho pedagógico.

Porém a precarização se dá também pela necessidade de mais professores no quadro de magistério da educação básica do ensino fundamental I, conforme constata Siniscalco (2003) ao afirmar que o Brasil é um jovem em matéria de docentes da educação primária.

Ao abordar essa questão, cabe considerar o plano de carreira dos professores da prefeitura municipal de Boa Vista - RR, que deveria fazer a junção das normas que regulamentam a relação da capacidade funcional do docente com o Estado, porém não se encontra nesse documento a previsão de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB:

(...) Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) do magistério público da cidade de Boa Vista, município da capital do Estado de Roraima, instituído recentemente pela Lei nº 1.611, de 02 de fevereiro de 2014, em substituição à Lei nº 1.145, de 20 de maio de 2009, que anteriormente regulava a carreira.

O intuito de propor essa reflexão visa ressaltar a importância que deve ser dada aos diálogos entre o PCCR e o FUNDEB. Nessa perspectiva, a estrutura da remuneração e da carreira dos professores boa-vistenses visa contribuir para revelar a diversidade de realização das políticas que declaram “Valorizar os Docentes” e melhorar os mecanismos de financiamento da educação. Por exemplo, as que instituíram as reformas educacionais, a partir de meados da década de 1990, o FUNDEF (Lei nº 9.424/96); o FUNDEB (Lei nº 11.494/2007); o Piso Salarial Profissional Nacional (Lei nº 11.738/2008); e as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública (Parecer CNE/CEB nº 9/2009).

Indubitavelmente, conforme essas normas, a remuneração do docente não se dá somente pela avaliação funcional, se dá prioritariamente pela qualificação desses profissionais, de acordo com a Lei Municipal nº 1.611/2014:

(...) A promoção por titulação é um direito do profissional da educação prevista no Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações do Professor Público da Educação Básica, Lei Municipal nº 1.611/2014. O benefício é concedido ao professor mediante a sua titulação acadêmica, e de acordo com os resultados da avaliação de desempenho funcional, o tempo de serviço, aliados à comprovação da formação em curso de nível superior em licenciatura plena, em curso de especialização, e curso de mestrado e doutorado.

Em síntese, o professor também está precarizado pelo salário recebido sem considerar o tempo real de dedicação às suas funções, sobretudo quando esse tempo é duelado com uma melhor qualificação, a exemplo de um mestrado com duração de dois anos e de um doutorado com duração de quatro anos.

Ainda neste mesmo sentido, em matéria publicada pelo jornal americano *Washington Post*, em 21 de julho de 2018, traça-se um mapa com os salários anuais pagos a professores em cada estado americano. Em Nova York, por exemplo, um professor ganha por ano US\$ 75.279, enquanto no Rio de Janeiro, o estado brasileiro que melhor remunera seus professores, um profissional da mesma categoria tem um vencimento anual de R\$ 35.204,64. Já em Boa Vista, como foi anunciado em entrevista, em 15/01/2015, informou-se que o reajuste feito pelo MEC, que corresponde a 13,01%, passa a valer a partir daquele mês para professores que trabalham 40 horas semanais. O novo valor do piso nacional será de R\$ 2.140,33, totalizando um salário anual de aproximadamente R\$ 25.683,96.

Siniscalco (2003) traz essa relação para atestar a dura realidade do Brasil e de Boa Vista – RR: a situação nacional e local é mais precária em comparação com outros países, inclusive aqueles com pior situação social que o Brasil.

A precarização ainda se dá mais fortemente aos professores celetistas, ou seja, aqueles não concursados, pois a situação salarial melhora com o passar dos anos de atividade para os concursados. Tal fato não ocorre ao docente advindo de processo seletivo, de contratação temporária. Os adicionais por tempo de serviço e/ou qualificação são concedidos apenas aos servidores efetivos. Em outras palavras, mesmo diante desse quadro a posição do Brasil é inferior em comparação a incentivos dados por outros países.

O último processo seletivo, para contratação de docentes temporários, da prefeitura municipal de Boa Vista, para atuar na Educação Básica, contou com a demanda de 630 vagas, sendo que esses professores estarão em situação de precarização, tendo em vista as diferenças remuneratórias em relação aos docentes do quadro efetivo, pois a luta por melhorias salariais e estabilidade gera um imenso custo à educação municipal (CMBV, 2018), conforme se constata:

(...) O salário inicial é de R\$ 2.140,33, para carga horária semanal de 25 horas. Aqueles que têm licenciatura plena em pedagogia estão aptos às carreiras de professor de educação básica - pedagogos (550) vagas e professor de educação física (80) vagas.

A citação supracitada serve para entender como se torna maior a precarização quando a reivindicação passa a ser entre os docentes efetivos e os temporários, pois buscam equiparação com os do quadro dos docentes efetivos (concursados), sendo que os celetistas (temporários) não têm os mesmos direitos. Segue a Figura 2 com as respectivas de remunerações para esclarecimentos.

Figura 2 - Valores do vencimento básico do plano de cargos, carreira e remuneração (PCCR) do quadro efetivo do professor público da educação básica da prefeitura municipal de Boa Vista - Roraima

VALORES DE VENCIMENTO BASE PARA O MAGISTÉRIO - NÍVEL MÉDIO

CARGO	CATEGORIA OU CLASSE	REFERÊNCIA														
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
MAGISTÉRIO NÍVEL MÉDIO	I	1650,00	1.732,50	1.819,13	1.910,08	2.005,58	2.105,86	2.211,15	2.321,71	2.437,79	2.559,68	2.687,67	2.822,05	2.963,16	3.111,32	3.266,88
	II	1980,00	2.079,00	2.182,95	2.292,10	2.406,70	2.527,04	2.653,39	2.786,06	2.925,37	3.071,63	3.225,21	3.386,47	3.555,79	3.733,58	3.920,26
	III	2217,60	2.328,47	2.444,91	2.567,15	2.695,50	2.830,27	2.971,80	3.120,39	3.276,41	3.440,23	3.612,24	3.792,85	3.982,50	4.181,62	4.390,71
	IV	2483,71	2.607,90	2.738,29	2.875,20	3.018,96	3.169,92	3.328,40	3.494,84	3.669,58	3.853,05	4.045,71	4.247,99	4.460,40	4.683,40	4.917,58
	V	2781,76	2.921,17	3.066,88	3.220,24	3.381,24	3.550,31	3.727,82	3.914,21	4.109,93	4.315,42	4.531,19	4.757,75	4.995,64	5.245,41	5.507,69

Fonte: Lei N°1.611, de 02 de fevereiro de 2014.

A partir do entendimento deste contexto, envolvendo a remuneração dos profissionais desta categoria, que se apresenta como um dos principais fatores relacionados à precarização do trabalho docente, observa-se que este fator além de gerar tratamentos diferenciados pode gerar conflitos entre os docentes, afetando assim suas relações de trabalho e de convívio profissional e social, especialmente no que diz respeito ao acesso a bens culturais, necessários ao seu enriquecimento profissional.

Neste aspecto, a ênfase de se preocupar com o acesso aos bens culturais e também aos de consumo atual, deve-se atenção apropriada aos alunos Nativos

Digitais – conceito que pertence a crianças que nasceram depois de 1990, ou seja, alunos da realidade em tela – Educação Fundamental I.

Para tanto, cabe ao professor fazer a relação e contextualização do conteúdo curricular com as tecnologias de ensino disponíveis, sendo que poucos mediadores dispõem de aparato tecnológico compatível com os utilizados pelos alunos ou mesmo de conhecimento suficiente para utilizá-los, dificultando a utilização de novas tecnologias para o ensino e a aprendizagem e fazer a respectiva contextualização com o currículo atual.

A vertente a ser seguida permeia-se pelo pensamento da autora Maher (2006), que trata das diferentes perspectivas quanto à docência, ou seja, o professor deve considerar os vários espaços educacionais, considerando o cotidiano de forma dialógica, respeitando a cultura local, em que o ensino e a aprendizagem vêm contribuir para a Educação Contemporânea, que deve passar por importantes modificações no cenário maior da Educação, a ser construído a partir de professores habilitados e não por professores obrigados a ministrar disciplinas não compatíveis com sua área de formação, o que contribui para a precarização da atividade docente.

Infere-se que a prioridade que deve ser dada à implementação do currículo atual dificilmente ocorrerá nos moldes pretendidos em virtude dos atuais ritos administrativos e legalidades processuais. Também porque, primeiramente, seria importante priorizar a atualização dos professores, tanto no campo profissional como no campo pessoal, social e cultural, incluindo sua melhoria salarial, para que eles possam custear tais atualizações.

O trabalho digno é um direito fundamental na vida de homens e mulheres, fator que pode auxiliar no incremento da saúde, cultura e bem-estar (Oliveira, 2012). Para Baião e Cunha (2013), trata-se de uma atividade de caráter social, formadora de identidade e desenvolvimento pessoal e, portanto, geradora de condições de melhoria da saúde e da qualidade de vida das pessoas.

Entretanto, o trabalho também pode se transformar em um risco à saúde. A própria Organização Internacional do Trabalho (OIT) destaca que os fatores psicossociais e o estresse, relacionados à atividade laboral, são riscos emergentes e

estão relacionados com as novas características do trabalho no mundo (MORENO et al., 2016).

O adoecimento de muitos trabalhadores está relacionado diretamente com sua exposição aos fatores inerentes à própria atividade laboral, ou ao trabalho excessivo. Conforme Brandão (2009), a palavra “doença” significa – moléstia ou enfermidade – “falta de saúde, achaque, indisposição”. Neste mesmo contexto, Bueno (1996) *apud* Brandão (2009) descreve o conceito da expressão trabalho como: “tarefa; aplicação da atividade física ou intelectual; serviço; esforço; fadiga; ocupação; emprego; trata-se do produto de uma força pela distância percorrida pelo ponto de aplicação na direção da força, exercício, obra feita ou em vias de execução”.

Por outro lado, Porto (2011) especifica que a ausência temporária ao trabalho se apresenta como uma característica histórica e até anedótica da administração pública estadual, fato conhecido desde o final do século XIX. Na Educação, é possível verificar que esse processo de reformas educacionais vem ocorrendo por meio do histórico das atividades laborais, alteradas a partir das políticas educacionais ocorridas no Brasil.

(...) As transformações sociais, as reformas educacionais e os modelos pedagógicos derivados das condições de trabalho dos professores provocaram mudanças na profissão docente, estimulando a formulação de políticas por parte do Estado (GASPARINI et al., 2005, p. 191).

Nestes termos, o trabalho é, portanto, a atividade que envolve fatores tantos físicos quanto mentais. Nesta perspectiva, inserimos o professor, que exerce sua profissão geralmente em circunstâncias desfavoráveis, sob as quais são recrutadas suas capacidades física, cognitiva e afetiva, para atingir os objetivos da produção escolar, gerando com isso um aumento de solicitação de suas funções psicofisiológicas (OLIVEIRA, 2012).

Destaca-se que a profissão de professor se apresenta sempre como um grande desafio, pois adquirir conhecimento suficiente e transmitir esse conhecimento, em um cenário educacional como o brasileiro, em constante transformação e atualização, requer do docente determinação e coragem. Além disso, há a concepção comum e geral de que o professor deve ter vocação, pois não desempenha apenas atividades técnicas (DWORAK; CAMARGO, 2017).

Baião e Cunha (2013) intensificam essas afirmações, destacando que o trabalho docente pode ser caracterizado por baixa remuneração, superlotação em salas de aula e inadequação estrutural das instituições. Geralmente, essas situações estão vinculadas aos baixos salários, os docentes em sua maioria, muitas vezes, realizam outras atividades, estendendo assim sua carga horária.

Na mesma perspectiva, Schuster e Schroeder, (2017) enfatizam que:

(...) A realidade com que o professor se depara nas escolas pode ocasionar de início um choque, pois a complexidade das salas de aula pode exigir muito além de todo o saber construído durante os anos de sua formação profissional, de sua busca por melhorias com as especializações e cursos, ou até mesmo de sua vivência de práticas diárias nas salas de aulas (SCHUSTER; SCHROEDER, 2017, p. 5).

Desta forma, a intensidade das demandas sociais que são postas no cotidiano, as situações emocionais que são agregadas ao exercício da função de docente, além do volume de trabalho têm adoecido os professores. Em consonância com essas situações, existe ainda a insatisfação com a profissão e o estresse, que agrega ainda mais ao quadro do mal-estar docente, tanto no aspecto físico quanto no emocional. Assim, a função de professor é uma atividade que pode gerar estresse físico e mental, impactando no desempenho de sua docência.

Segundo Castro e Freitas (2015), uma das profissões mais vulneráveis a fatores de stress é a do profissional em educação. Eles estão expostos a fatores como: “alto nível de exigência, excesso de tarefas e responsabilidades, tempo limitado, sobrecarga de trabalho, falta de qualidade de vida, baixo salário, desvalorização profissional e precariedade do sistema de trabalho”.

Por isso, o profissional de educação pratica uma das atividades com maior exposição a conflitos, além de submetidos a exigências constantes, como por exemplo tarefas extraclasse, reuniões, funções administrativas, atividades adicionais, orientações de alunos problemáticos (com relatos de ameaças verbais e físicas), bem como limitação de tempo para realizar suas atividades (CASTRO; FREITAS, 2015).

O docente está inserido em um conjunto de atividades que complementam e/ou incluem-se como inerentes ao seu exercício laboral. Com o passar dos anos e as mudanças no sistema de ensino, foram se acumulando às responsabilidades destes

profissionais atribuições e atribuições que, quando em excesso, culminam em constantes adoecimentos.

Fato evidenciado por Gasparini et al., (2005, p. 191):

(...) Na atualidade, o papel do professor extrapolou a mediação do processo de conhecimento do aluno, o que era comumente esperado. Ampliou-se a missão do profissional para além da sala de aula, a fim de garantir uma articulação entre a escola e a comunidade. O professor, além de ensinar, deve participar da gestão e do planejamento escolares, o que significa uma dedicação mais ampla, a qual se estende às famílias e à comunidade (GASPARINI et al., 2005, p. 191).

Conclui-se que o resultado educacional, em um contexto geral, depende diretamente do professor. Porém esses procedimentos e responsabilidades extras, acumulados e anexados ao cotidiano do docente, constituem um excesso de atribuições que estão interferindo diretamente na sua qualidade de vida e condições de trabalho e de saúde.

Desta forma, as circunstâncias sob as quais os professores mobilizam as suas capacidades físicas, cognitivas e afetivas, para atingir os objetivos da produção escolar, podem gerar sobre-esforço ou hiper-solicitação de suas funções psicofisiológicas. E quando não se acumulam no decorrer do tempo de trabalho, sem destinação de tempo para sua recuperação, serão desencadeados ou precipitados os sintomas clínicos que explicam os índices de afastamento do trabalho por transtornos físicos e mentais (GASPARINI *et al.*, 2005, p. 52).

Essa percepção de adoecimento dos profissionais da educação está diretamente ligada à atividade rotineira. Para Luz et al. (2016), a educação escolar e o exercício docente são essenciais para a formação dos indivíduos, entretanto a docência tem sido historicamente desvalorizada, marcada pela precarização e intensificação do trabalho, na busca pelo êxito e constantes atualizações, necessárias para acompanhar o ritmo exigido de resultados e metas impostas.

O adoecimento dos professores tem levado muitos a serem afastados do cotidiano laboral, sendo que o diagnóstico mais apresentado é o de transtornos mentais. De acordo com Macaia e Fisher (2015), atualmente, no Brasil, os transtornos mentais e comportamentais (TMC) são responsáveis por parte considerável dos afastamentos do trabalho (Brasil, 2013; São Paulo, 2013). Isso porque, geralmente, entre outras diversas causas e desencadeantes envolvidos no processo, as condições

e a organização do trabalho do professor contribuem para esse quadro, favorecendo o adoecimento mental e levando o docente ao afastamento do trabalho.

2.6 Histórico do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB)

O FUNDEB surgiu, segundo Callegari (2011), com o intuito de substituir o FUNDEF, pois com a grande necessidade que se tinha de cuidar da educação básica como um todo, percebeu-se a necessidade de reformá-la, conforme explica:

Com o aumento da conscientização da necessidade de se cuidar da educação básica como um todo, aumentaram as pressões para a criação de um fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica, compreendendo todos os níveis, etapas e modalidades de ensino que a integram. E de valorização dos profissionais do magistério, não só do ensino fundamental como ocorria com o FUNDEF, mas, sim, dos profissionais do magistério de toda a educação básica.

Assim, o FUNDEB foi implantado em 2007 sob grande pressão, pois não estava claro como seria sua regulamentação, como nos diz Callegari (2011, p. 66): “o funcionamento do FUNDEB veio por meio de medida provisória, com força de lei.” Tal Medida Provisória de nº 339, de 2006, foi aprovada pelo congresso, resultando na Lei nº 11.494, de 2007, sendo sancionada em 20 de junho do mesmo ano.

Nessa perspectiva, Callegari (2011) afirma que o FUNDEB é um fundo de natureza contábil que abrange todos os estados, funcionando da seguinte forma:

No âmbito de cada Estado o FUNDEB reúne os governos em níveis estaduais e municipais. Instituído em modelagem única, o FUNDEB é singular, Estado a Estado e no Distrito Federal: os vinte sete FUNDEB implantados não correlacionam, nem interagem entre si. A identidade entre eles é tão somente no tocante à denominação, às regras de funcionamento e à finalidade.

Esse novo Fundo criado no âmbito de cada estado abrange o governo estadual e todos os governos municipais, na condição, ao mesmo tempo, de provedores e beneficiários dos recursos que o constituem, distribuindo proporcionalmente às respectivas matrículas na educação básica pública, observada as prioridades no atendimento que lhes ordena o art. 211 da Constituição Federal.

O referido fundo é composto, basicamente, pelos mesmos impostos do FUNDEF, contudo aumentou-se a porcentagem, passando de 15% no FUNDEF, para 20% no FUNDEB, conforme Figura 3.

Figura 3 – Distribuição dos Recursos do FUNDEB

Fundo de Participação dos Estados – FPE.	20%
Fundo de Participação dos Municípios – FPM.	20%
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS.	20%
Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações– IPIexp.	20%
Desoneração das Exportações (LC nº 87/96).	20%
Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações – ITCMD.	20%
Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA.	20%
Cota parte de 50% do Imposto Territorial Rural-ITR devida aos municípios.	20%

Fonte: Portal do FNDE

O FUNDEB é semelhante ao FUNDEF, a diferença entre eles está basicamente no volume de recursos movimentados e aos níveis, etapas e modalidades de ensino determinantes da função redistributivas de um e outro fundo, sendo que ele atende desde a educação infantil até o ensino médio, e não apenas o ensino fundamental (CALLEGARI, 2011).

Segundo Nacif (2010), o FUNDEB ampliou o escopo do FUNDEF que começou a valer em janeiro de 2007, com prazo de vigência até 2020, que o torna um plano de longo prazo.

Nesta perspectiva, saliente-se que a União complementa esse Fundo com dez por cento (10%) da contribuição total de Estados, Distrito Federal e Municípios a partir de 2010, e que todo esse conjunto de receitas tem por objetivo garantir um valor nacional mínimo por estudante/ano em todo Território Nacional (NACIF, 2010).

Para que aconteça toda essa aplicação de recursos na Educação, faz-se necessário destacarmos como deve ser feito o cálculo dos recursos do FUNDEB, objetivando à distribuição entre os Entes-Federativos.

A distribuição do fundo que atende à Educação brasileira tem por referência o Censo Escolar, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC) em parceria com os governos estaduais (Secretarias Estaduais de Educação) e Prefeituras municipais (FUNDEB, 2008).

Assim, as matrículas são levantadas entre os meses de março e abril, tomando-se como base os dados da última 4ª feira do mês de março de cada ano, após o que são consolidados por Estado, no âmbito das Secretarias Estaduais de Educação, processados em sistema informatizado, mantido pelo INEP e publicados no Diário Oficial da União (FUNDEB, 2008).

Após a publicação dos dados preliminares (normalmente entre os meses de setembro e outubro), os Estados e Municípios dispõem de 30 dias para apresentação de recursos, visando à retificação de dados eventualmente errados.

No final de novembro de cada ano, os dados finais do Censo Escolar são publicados em caráter definitivo (não cabendo mais recurso de retificação), as matrículas consideradas para a distribuição dos recursos do FUNDEB são aquelas apuradas pelo Censo escolar mais atualizado. Por exemplo, para a distribuição dos recursos do Fundo em 2007, tomou-se como base o quantitativo de matrículas levantadas no censo de 2006 (FUNDEB, 2008).

Nessa perspectiva, em regra geral, em relação a cada Estado é calculado um valor por aluno/ano, com base na receita do FUNDEB no respectivo Estado, no número de alunos da educação básica (regular, especial, EJA, integral, indígena e quilombola) das redes públicas de ensino estaduais e municipais, de acordo com o Censo Escolar mais atualizado e nos fatores de ponderação estabelecidos para cada uma das etapas, modalidades e tipos de estabelecimentos de ensino da educação básica, conforme Resolução Nº 1 do MEC, de 15/02/2007:

- I. creche – 0,80;
- II. pré-escola – 0,90;
- III. séries iniciais do ensino fundamental urbano – 1,00;
- IV. séries iniciais do ensino fundamental rural – 1,05;
- V. séries finais do ensino fundamental urbano – 1,10;
- VI. séries finais do ensino fundamental rural – 1,15;
- VII. ensino fundamental em tempo integral – 1,25;
- VIII. ensino médio urbano – 1,20;
- IX. ensino médio rural – 1,25;
- X. ensino médio em tempo integral – 1,30;
- XI. ensino médio integrado à educação profissional – 1,30;
- XII. educação especial – 1,20;
- XIII. educação indígena e quilombola – 1,20;
- XIV. educação de jovens e adultos com avaliação no processo – 0,70
- XV. educação de jovens e adultos integrada à educação profissional de nível médio, com avaliação no processo – 0,70.

É importante destacar, que o valor mínimo nacional, determinado anualmente, demonstra um referencial a ser analisado em relação aos recursos que devem ser transferidos a cada governo (estadual ou municipal). Desta maneira, este valor mínimo é aplicado apenas no campo Estadual onde o valor por aluno e ano, não abranger esse referencial mínimo, de maneira que a União garanta a diferença financeira existente entre esses dois valores (o mínimo nacional e o do Estado) (FUNDEB, 2008).

Para os Estados cujo valor aluno/ano estadual estiver superior ao mínimo nacional, será considerado o valor aluno/ano do respectivo Estado (FUNDEB, 2008).

Tendo em vista a complexidade da atividade de custear a Educação Básica, cabe destacar que a arrecadação dos recursos que compõem o Fundo deve ser realizada pela União e pelos Governos Estaduais, a disponibilização dos recursos gerados deve ser realizada periodicamente pelo Tesouro Nacional e pelos Órgãos Fazendários dos Governos Estaduais ao Banco do Brasil, que procede a distribuição dos recursos em favor dos Estados e Municípios beneficiários (FUNDEB, 2008).

Por conseguinte, os recursos do FUNDEB são distribuídos de forma automática (sem necessidade de autorização ou convênios para esse fim) e periódica, mediante crédito na conta específica de cada governo estadual e municipal no Banco do Brasil. A distribuição deve ser realizada com base no número de alunos da educação básica pública, de acordo com dados do último Censo Escolar, sendo computados os alunos matriculados nos respectivos âmbitos de atuação prioritária, conforme o art. 211, da Constituição Federal (FUNDEB, 2008).

Assim, Segundo o Manual de orientação do FUNDEB (2008), os Municípios receberão os recursos do FUNDEB com base no número de alunos da educação infantil e do ensino fundamental, e os Estados com base no número de alunos do ensino fundamental e médio, observados a seguinte escala de inclusão:

Alunos do ensino fundamental regular e especial considerados: 100% a partir de 2007. Alunos da educação infantil, ensino médio e educação de jovens e adultos EJA considerados: 33,33% em 2007; 66,66% em 2008 e 100% a partir de 2009.

Nesta perspectiva, fica evidente que o FUNDEB não é considerado Federal, Estadual, nem Municipal, por se tratar de um Fundo de natureza contábil, formado com recursos provenientes das três esferas de governo (Federal, Estadual e

Municipal), pois a arrecadação e distribuição dos recursos que o formam são realizadas pela União e pelos Estados, com a participação do Banco do Brasil, como agente financeiro do Fundo e, por fim, em decorrência dos créditos dos seus recursos serem realizados automaticamente em favor dos Estados e Municípios, de forma igualitária, com base no número de alunos (FUNDEB, 2008).

O FUNDEB se reveste de aspectos peculiares que transcende a sua caracterização como Federal, Estadual ou Municipal. Dependendo da ótica, o Fundo tem seu vínculo com a esfera federal (a União participa da composição e distribuição dos recursos), a Estadual (os Estados participam da composição, da distribuição, do recebimento e da aplicação final dos recursos) e a Municipal (os Municípios participam da composição, do recebimento e da aplicação final dos recursos) (FUNDEB, 2008).

Ainda segundo Carlos (2010), o controle sobre a boa aplicação desses recursos é fundamental para o desenvolvimento de uma educação básica de qualidade em todo país, tendo em vista que os referidos fundos têm suas particularidades (FUNDEF e FUNDEB).

Os Órgãos Externos atualmente responsáveis pela fiscalização da aplicação do FUNDEB são:

- ✓ **Controladoria Geral da União – (CGU)** e pelos órgãos de Controle Interno no âmbito de cada Estado, DF e Município (art. 26, I, da Lei nº11.494/2007);
- ✓ **Tribunais de Contas dos Estados, DF e Municípios**, junto aos respectivos entes governamentais sob suas jurisdições (art. 26, II, da Lei nº 11.494/2007);
- ✓ **Tribunal de Contas da União (TCU)**, em relação às atribuições a cargo dos órgãos federais, especialmente em relação à Complementação da União ao Fundo (art. 26, III, da Lei nº 11.494/2007);
- ✓ **Ministério Público (MP)**, mesmo não sendo instância de fiscalização do FUNDEB, de forma específica, exerce função fiscalizadora, no âmbito do Fundo, enquanto instituição autônoma, independente e defensora da ordem jurídica, dos interesses sociais, difusos e coletivos, cuja atuação resulta do disposto nos artigos 127 e 129, III, da CF, e no art. 29 da Lei nº 11.494/2007.

Outro Colegiado Externo, que especialmente tem responsabilidade de exercer o controle e a fiscalização do FUNDEB, é o **Conselho de Acompanhamento e Controle Social (CASCS)**, cuja função principal é proceder ao acompanhamento e controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do fundo (art. 24 da Lei nº 11.494/2007). Esse assunto será abordado de forma abrangente, pois as atribuições e desafios do referido Conselho são o foco principal do trabalho em evidência.

2.7 Análise Orçamentária

O interesse pela análise orçamentária acompanhou a elevação dos gastos com os afastamentos de professores por Licença Médicas, as pressões sobre os responsáveis pelas decisões com respeito a alocação de recursos e de outros agentes em demonstrar os benefícios econômicos (BRASIL, 2009).

Seguindo as vertentes econômica e financeira para tratar da problemática análise orçamentária, com impactos financeiros e econômicos, os quais são fatores que afetam o sistema educacional, decorrentes das Licenças Médicas por doenças dos professores do ensino fundamental da rede municipal. Neste bojo, o afastamento dos professores é visto como um dos fatores que geram inúmeros gastos ao Município de Boa Vista - RR (DELCHIARO, 2009).

Nesse cenário, a análise orçamentária é um componente de um plano financeiro estratégico que contém a previsão de receitas e despesas futuras para a administração de determinado exercício, período ou tempo. Aplicado tanto aos setores governamentais, privado, pessoa jurídica e pessoa física (DRUMMOND et al., 2015a).

O principal objetivo da análise orçamentária é estabelecer, acompanhar e comparar os resultados, tomando ações corretivas ou preventivas de planejar e projetar, receitas e despesas (SILVA, 2013).

Neste foco, a contabilidade aplicada ao setor público é o ramo da contabilidade que estuda, interpreta, controla e registra as informações da administração pública. Para Assumpção (2011, p. 24): “[...] trata-se de informações relativas à previsão das receitas, à fixação das despesas e à execução orçamentária, financeira e patrimonial nas três esferas do governo”.

Segundo o Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2018, p.25), a “contabilidade aplicada ao setor público é o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os princípios fundamentais de contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público”. Dessa forma, a contabilidade pública tem como propósito ser fonte de informações, onde será evidenciada a situação orçamentária, financeira e patrimonial de uma entidade pública (CFC, 2018).

A Resolução nº 1.128/2008, que aprovou a NBC T 16.1, diz que o objetivo e o objeto da contabilidade pública é:

[...] fornece aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social. O objeto da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o patrimônio público.

A contabilidade pública, portanto, busca informar à sociedade civil organizada, e seus respectivos órgãos de controle, como as instituições públicas utilizam seus recursos orçamentários e financeiros na execução das políticas e ações que visam o bem público.

A prestação de contas das organizações públicas e sua autoavaliação, dependem das receitas públicas, arrecadadas da população através de impostos e taxas, servirão para atender às necessidades dessa mesma população através de serviços públicos. Deste modo, o Poder Público, constituído pelos servidores e agentes públicos, será apenas a esfera administrativa desses recursos, devendo ele aplicar e demonstrar como esses recursos são gastos para o atendimento das necessidades dessa população. A demonstração dos recursos deve ser feita por meio da prestação de contas, instrumento que abrange a total transparência da utilização dos recursos públicos (FERREIRA, 2012).

Segundo a Constituição Federal (1988):

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Prestarão contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumam obrigações de natureza pecuniária.

Todo recurso público usado deve ter a sua respectiva prestação de contas associada e, quando necessária, publicada em portais de transparência. Desse modo, deverão prestar contas também as pessoas físicas – não só órgãos das esferas governamentais –, que se utiliza de recursos públicos para a realização de um serviço, como forma de demonstração dos recursos auferidos pela administração pública direta ou indireta.

A prestação de contas é definida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2004) como sendo a disponibilização, por parte dos administradores públicos, de um conjunto de documentos e informações que possibilitem a avaliação, inspeção e análise das contas referentes à utilização de um determinado recurso público, de acordo com as competências de cada órgão e/ou autoridade, assim como a periodicidade de utilização desse recurso.

Para Gimenes e Leonardo (2009, p. 4), o Tribunal de Contas da União (2008): “[...] trata a prestação de contas como uma ‘obrigação social e pública de prestar informações sobre algo pelo qual se é responsável’ e afirma que a prestação de contas é a base da transparência e do controle social”. Dessa forma, a prestação de contas constitui um instrumento relevante para a transparência no processo de gestão de entidades do setor público. Portanto, sua exposição deve ser realizada, inicialmente, aos órgãos deliberativos da entidade e aos órgãos fiscalizadores (GIMENES, LEONARDO, 2009).

A prestação de contas, além disso, possui outra prerrogativa importante no processo de desenvolvimento da Administração Pública, a autoavaliação. Cada unidade ou agente público, no momento de sua prestação de contas, deve realizar, nesse processo, uma avaliação da utilização desses recursos, tendo em vista o Princípio da Eficiência, posto pela Constituição Federal. Assim, o órgão ou agente público pode, na medida em que realiza essa autoavaliação no momento da prestação de contas, tornarem os gastos públicos mais eficientes e eficazes no desenvolvimento das próximas ações que serão desenvolvidas com recursos públicos.

A autoavaliação ou a avaliação institucional servirá de parâmetro para um diagnóstico mais apurado das receitas e despesas do órgão ou do agente público, de modo a fomentar uma análise de como tais despesas podem ser minimizadas, tendo os mesmos resultados no desenvolvimento das ações. Assim, a eficiência e a eficácia do serviço público se destacam, mostrando que o desenvolvimento da gestão pública depende desse diagnóstico e dessa análise realizada pelos órgãos e agentes públicos.

Segundo Ferreira (2012), administração pública é gestão de bens e interesses da coletividade na esfera federal, estadual e municipal, que compreende órgãos que representam o Estado na consecução do bem comum.

Neste foco, a administração Pública pode-se utilizar de algumas técnicas orçamentárias, as quais apreciam as origens e as aplicações dos recursos, cada qual com suas respectivas e peculiaridade (SILVA,2013).

Figura 4 – Técnicas orçamentárias e suas funções básicas

Técnicas Orçamentárias	Funções Básicas
Clássico ou Tradicional	Prevê a receita e fixa a despesa. Além disso, toma certos cuidados quanto à orientação das despesas por objeto de gastos, isto evidencia a maior ênfase que se dá ao que se compra. Esta técnica não antevê as reais necessidades da coletividade, renuncia os aspectos econômicos e sociais. Valendo-se da importância gasta num período anterior, delimitando deste modo as despesas para o exercício financeiro posterior.
Realizações ou Desempenho	Observa as realizações do governo. Esta técnica relaciona os objetos de gasto aos objetivos específicos com que age o governo. Apesar de identificar os objetivos não vincula ao processo de planejamento.
Programa	Integra o planejamento com o orçamento através de programas de governo, onde é identificado o conjunto de ações e recursos necessários à execução.
Base Zero	Cada administrador deve detalhar os recursos solicitados o que justificará cada uma das despesas e torna o planejamento e orçamento possíveis.

Participativo	Mecanismo governamental de democracia participativa em que permite a participação da sociedade na discussão e decisão sobre o orçamento público.
----------------------	--

Fonte: Adaptado de Mota (2009) e Silva (2013).

Na análise orçamentária, toda instituição pública deve atender aos princípios orçamentários que “visam estabelecer regras norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público” (BRASIL, 2014, p. 6).

Figura 5 - Princípios Orçamentários

Princípios orçamentários	Funções
Unidade ou totalidade	As receitas previstas e as despesas fixadas, em cada exercício financeiro, devem integrar um único documento.
Universalidade	O orçamento deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público
Anualidade	Delimita o exercício financeiro orçamentário que deverá coincidir com o ano civil: 1 de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.
Exclusividade	O orçamento não deve conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa.
Orçamento bruto	As receitas e as despesas devem ser registradas pelo seu valor total bruto, sendo vedadas quaisquer deduções.
Legalidade	Cabe ao Poder Público fazer ou deixar de fazer somente aquilo que a lei expressamente autorizar.
Publicidade	O orçamento deve ser público e amplamente divulgado para que todos possam ter acesso às suas informações
Transparência	O orçamento deve ser divulgado de forma ampla à sociedade; publicar relatórios sobre a execução orçamentária e a gestão fiscal; disponibilizar, para qualquer pessoa, informações sobre a arrecadação da receita e a execução da despesa.
Não vinculação (não afetação da receita de impostos)	É proibido vincular à receita a criação de impostos a órgão, fundo ou despesa, salvo exceções estabelecidas pela própria Constituição Federal, como a saúde

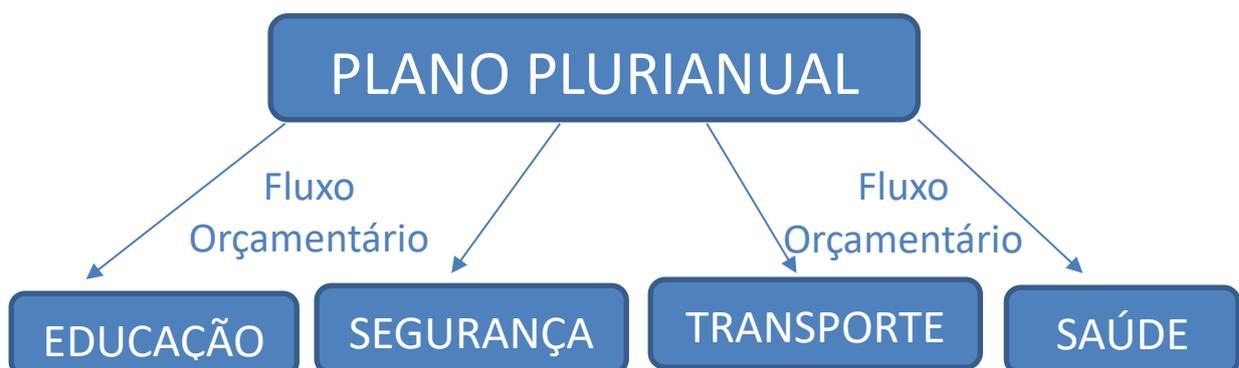
Fonte: Adaptado de Brasil (2014).

De acordo com Silva (2013), além dos princípios orçamentários, faz necessário seguir, as demais leis que possuem o Orçamento Público e estar atento às suas etapas até o momento de sua execução. O planejamento orçamentário segue algumas etapas denominadas de ciclo orçamentário, que correspondem consecutivamente a sua elaboração, estudo, aprovação, execução e avaliação, proporcional “ao período de tempo em que se processam as atividades típicas do orçamento público desde sua concepção até a apreciação final” (NASCIMENTO, 2010, p. 100).

Segundo Catapan, Bernardoni e Cruz (2013), o orçamento público objetiva alinhar as obrigações sociais e as ações de curto, médio e longo prazo das esferas governamentais, sendo elaborado por meio de três instrumentos básicos, que são o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.

De acordo com a mesma fonte, o Plano Plurianual – PPA traz as diretrizes, metas e objetivos da administração pública municipal para as despesas de capitais e outras despesas que delas decorram, bem como, para as despesas relativas aos programas de duração continuada. O PPA terá duração de quatro anos e configura-se com uma organização de médio prazo nas entidades públicas. As aplicações terão execução por períodos superiores a um exercício financeiro, só poderão ser executados se previamente inserido no PPA ou se nele incluído por autorização legal. Não havendo observância deste preceito caracteriza crime de responsabilidade.

Figura 6 – Plano Plurianual



Fonte: A pesquisadora, 2019

No PPA são especificadas as diretrizes, definidos os programas, explicitando os objetivos e ações, e estas são detalhadas em metas a serem cumpridas pelo governo (ANDRADE, 2016, p. 21)

Já na Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual e disporá sobre as alterações na legislação tributária. Com a entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal, a LDO municipal deve, também, dispor sobre (SILVA, 2000):

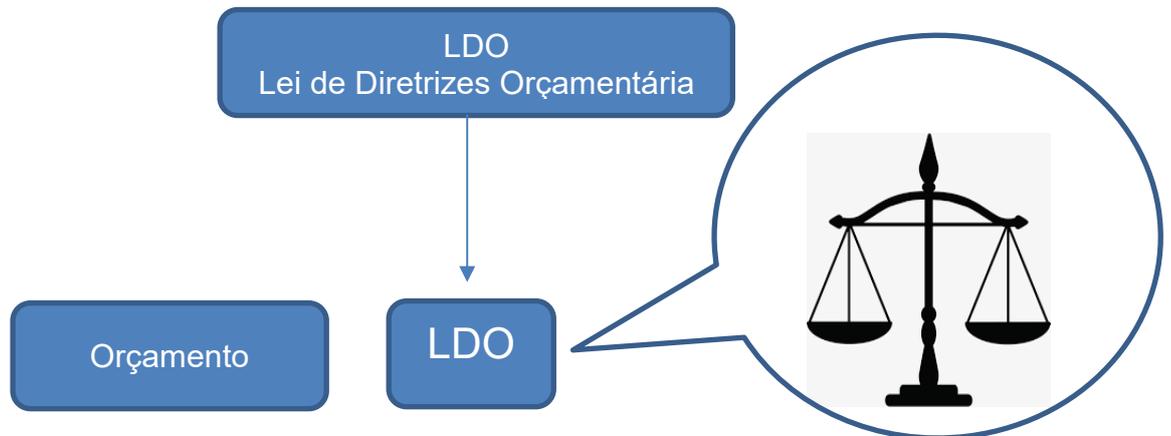
- a) O equilíbrio entre receitas e despesas,
- b) Os critérios e forma de limitações de empenho a ser efetivada:
 - Se verificando, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais;
 - Se a dívida consolidada do município ultrapassar os limites estabelecidos pelo Senado Federal;
- c) As normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos programas financiados com recursos do orçamento;
- d) As demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
- e) As metas fiscais, que constarão de anexo próprio, denominado Anexo de Metas Fiscais, acompanhado de demonstrativo;
- f) Os riscos fiscais, que constarão de anexo próprio, denominado Anexo de Riscos Fiscais.

Segundo Silva (2000), as metas fiscais, serão determinadas metas anuais, em capital novo e contínuo, relativas a receitas, despesas, resultados nominal, primário e montante da dívida pública, para três exercícios, ou seja, aquele que se refere à LDO e aos dois seguintes. O referido anexo conterá ainda:

- I. A avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;
- II. O demonstrativo das metas anuais, instruindo com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;
- III. A evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação da situação financeira e atuarial do regime próprio de previdência social dos servidores públicos, se houver, e demais fundos e programas de natureza atuarial;
- IV. A avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio de previdência social dos servidores públicos se houver, e demais fundos e programas de natureza atuaria;
- V. O demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia da receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Conforme Silva (2000), na LDO os riscos fiscais são relativos, onde serão avaliados os passivos ocasionais que são capazes de afetar as contas públicas, no qual serão tomada as providências necessárias. Geralmente esses riscos são representados por grandes demandas judiciais que poderão terminar em significativas indenizações a serem pagas pelo Município.

Figura 7 – Lei de Diretrizes Orçamentárias

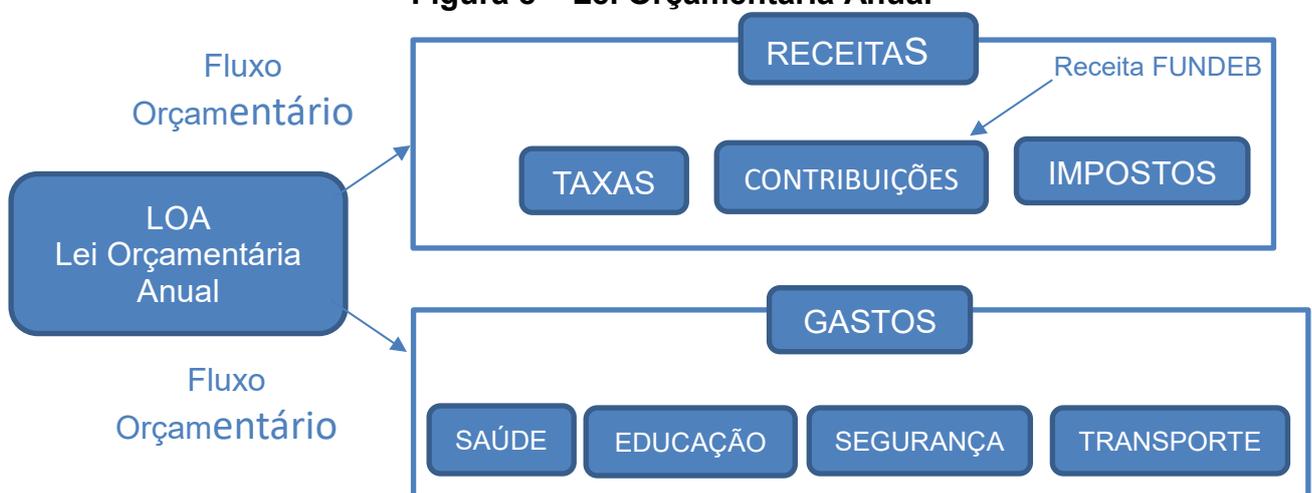


Fonte: A pesquisadora, 2019

Quanto a novos projetos, na mesma data prevista para remessa da LDO, à Câmara Municipal, o prefeito deve enviar àquela Casa, relatório contendo as informações necessárias ao cumprimento do que dispõe o art. 45 da LRF, que veda a inclusão, na lei orçamentária ou nas que autorizam abertura de créditos adicionais, de novos projetos sem que estejam adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) da Administração Pública Municipal, é neste momento que que são realizados os estudos preliminares, são definidas as metas e prioridades, fixados objetivos, recursos financeiros necessários à implantação das políticas públicas, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente. A LOA, é um instrumento muito importante de gerenciamento e análise orçamentária da administração pública (NASCIMENTO, 2010, p. 114).

Figura 8 – Lei Orçamentária Anual



Fonte: A pesquisadora, 2019

A LOA, a LDO e o PPA, portanto, formam as peças legais do orçamento federal, estadual ou municipal, sendo que as instituições públicas ligadas a cada um desses governos estão incluídas na construção desses documentos, participando, dessa forma, o orçamento público.

As Prefeituras e as Câmaras Municipais são os principais órgãos responsáveis pela definição e execução das ações que buscam beneficiar à população com bens e serviços públicos. A concretização destas ações ocorre mediante a preparação do processo orçamentário, constituindo “a iniciativa e elaboração de todos os instrumentos de planejamento é de competência exclusiva do Poder Executivo, com a aprovação sendo de competência do Poder Legislativo, após discussão e proposição de emendas” (AZEVEDO, 2013, p. 34). Às emendas ao projeto de lei do orçamento anual, a Constituição Federal de 1998, em seu artigo 166, § 3, destaca que elas só poderão ser aprovadas caso:

- I. sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;
- II. indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre: **a)** dotações para pessoal e seus encargos; **b)** serviço da dívida; **c)** transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal; ou
- III. sejam relacionadas: **a)** com a correção de erros ou omissões; ou
- IV. **b)** com os dispositivos do texto do projeto de lei.

Para definir as metas e as ações a serem realizadas no ano é relevante que tanto o Poder Executivo, quanto o Legislativo procurem estabelecer um processo de consenso com a sociedade, por meio de pesquisas, consultas, conselhos comunitários, dentre outros meios e canais de comunicação e diálogos, a fim de identificar as suas reais necessidades, para construir em conjunto um plano de ações a ser trabalhado durante um período determinado (GAETANI, GONÇALVES e BUVINICH, 2000).

No caso dos Municípios, os cálculos alusivos às estimativas das receitas deve ser públicos entre várias esferas (AZEVEDO, 2013). Primeiramente, “cada unidade gestora faz sua proposta orçamentária e encaminha-a ao respectivo órgão setorial de planejamento, que faz um apanhado de todas as unidades e consolida-as em um só Orçamento” (BEZERRA FILHO, 2013, p. 42). Estes pareceres simulam a parte

qualitativa do orçamento, formada pelos programas, objetivos, iniciativas e ações, as quais as unidades anseiam implementar ou mesmo manter (ROSA, 2011).

Após os cálculos, têm-se o valor do orçamento do ano, visto que o total das receitas se virar como limite para as despesas (ROSA, 2011). É necessário, analisar o montante das despesas obrigatórias do Município (no máximo de 60% das receitas para os gastos com pessoal – LRF; no mínimo 25% da receita em educação e no mínimo 15% para a Saúde conforme a Constituição de 1988) e que se constitui como alicerce para adaptação das demais despesas (BRASIL, 1998).

A Lei de Responsabilidade Fiscal criou regras que, adicionalmente, deverão ser obedecidas, tanto no processo de elaboração como no de execução orçamentária, apoiada no registro contábil, na preparação e divulgação dos demonstrativos que especificam.

Como se sabe, os gestores passaram a ter necessidade de informações variadas, conhecimento diversificados e a necessidade de planejamento das operações e controle, assim possibilitando uma maior qualidade no processo de tomada de decisão por parte dos gestores em diversos ambientes administrativos (PINTO, 2018).

SEÇÃO 3 – MATERIAL E MÉTODO

3.1 – Delineamento do Estudo

Trata-se de um estudo de natureza documental, descritiva e de abordagem quantitativa. Considerou-se o horizonte temporal de quatro anos, compreendidos entre o período de janeiro de 2015 a dezembro de 2018.

Segundo Gil (2012), a pesquisa descritiva tem como objetivo primordial relatar detalhadamente as características da população investigada, fenômeno ou o estabelecimento das relações entre as variáveis encontradas nos instrumentos de coleta.

Optou-se pela abordagem quantitativa, por explorar as características e dados numéricos que podem ser obtidos em determinadas situações, e fazendo uso da mensuração e estatísticas. A escolha por estudos desta natureza ocorre quando se deseja fazer um diagnóstico situacional, análise ocupacional, estudos experimentais. Os dados quantitativos podem ser medidos mais facilmente e padrões podem ser estabelecidos de uma forma mais clara e, portanto, qualquer padrão que venha a ser descoberto (CALEFFE; MOREIRA, 2012).

Quanto a abordagem, a pesquisa é quantitativa, posto que as variáveis que relacionadas na pesquisa possuem características mensuráveis permitindo atingir alguns dos objetivos através de análise de estatística descritiva, como por exemplo a porcentagens, que foram realizadas por meio do software SPSS (Statistical Package for Social Science). A pesquisa utilizou-se de gráficos, que foram elaborados no Microsoft Excel, para suas análises de dados, principalmente no que diz respeito aos dados relacionados aos repasses do FUNDEB nos anos pesquisados.

A pesquisa quantitativa possibilita a representação estatística das questões levantadas pela pesquisa, permitindo que um número maior de informações seja prospectado por meio de um estudo estruturado e com questões objetivas que permitam comparações e conclusões (PINHEIRO, 2006). A proposta da abordagem quantitativa é mensurar estes dados de maneira estruturada, por meio de pesquisa de campo e da elaboração de um instrumento de coleta com questões pré-elaboradas (MALHOTRA, 2001).

Quanto aos objetivos, a pesquisa se encaixa no caráter descritivo, uma vez que, o pesquisador se limita a descrever as características de dada população ou fenômeno sem manipulação nos mesmos. Esse tipo de pesquisa é feito na forma de levantamento com observações sistemáticas do objeto do fenômeno de estudo, no intuito de descrever as características de um grupo (SANTOS, 2002; PRODANOV, FREITAS, 2013).

Este estudo tem como propósito estabelecer uma análise orçamentária do impacto dos afastamentos, por motivo de doença, dos professores efetivos do ensino fundamental I, do município de Boa Vista - RR.

O estudo se enquadra em uma pesquisa documental, pois para a consecução da pesquisa utilizou-se de materiais que não receberam tratamento analítico, e por isso foram reestruturados de acordo com a finalidade da pesquisa. Cabe frisar que embora parecidas, pesquisas documentais e bibliográficas são diferentes, principalmente no que diz respeito a natureza da fonte e a possibilidade de reelaboração dos documentos possibilitando novas inferências, algo que é provido pela pesquisa documental (GIL,2002).

Nesta perspectiva, a pesquisa documental permite a investigação de determinada problemática não em sua interação imediata, mas de forma indireta, por meio do estudo dos documentos que são produzidos, que neste caso, foram representados em sua maioria por documentos solicitados a PMBV a respeito dos repasses do FUNDEB e aos afastamentos dos professores da rede municipal de ensino.

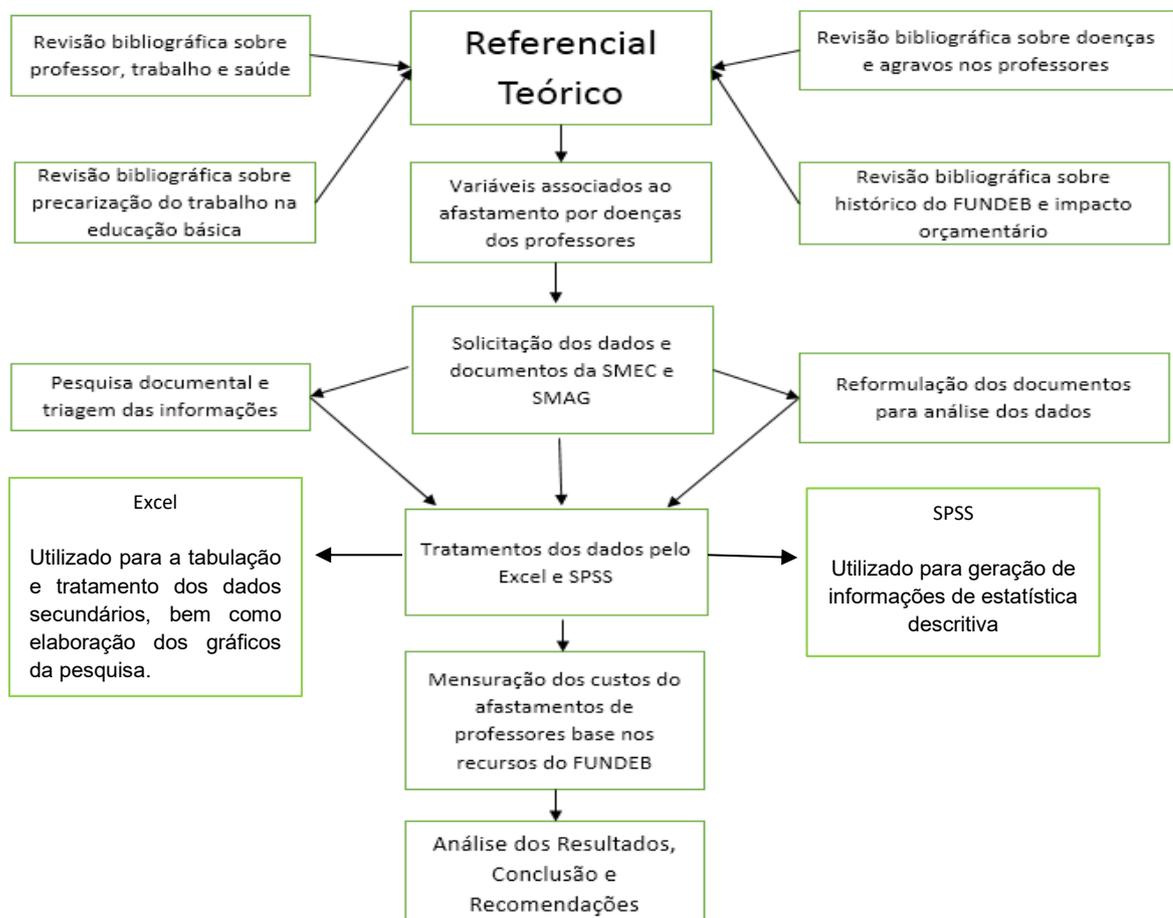
Os dados primários foram produzidos na Divisão de Saúde Ocupacional da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas-SMAG, nas fichas físicas de Controle de Licenças Médicas e Aposentadoria dos professores municipais, analisando todos os registros de afastamento superior ou igual a 30 dias, dos períodos de janeiro de 2015 a dezembro de 2018.

O custo monetário dos afastamentos dos professores, foi estimado através do custo médio anual, com projeção orçamentária ano a ano no horizonte temporal de 2015 a 2018.

3.2 – Estado da Arte

No intuito de viabilizar a pesquisa, um esquema metodológico foi elaborado para melhor entendimento das etapas e processos que compõe a presente pesquisa, conforme apresentado na figura 8. A princípio, uma pesquisa de caráter bibliográfico foi conduzida, por meio de teses, artigos e dissertações acessadas nos periódicos e plataformas científicas de maior relevância. Os temas que balizaram essa pesquisa bibliográfica foram: professor, trabalho e saúde; doenças e agravos nos professores; precarização do trabalho na educação básica; histórico do FUNDEB e impacto orçamentário. Tais temas de pesquisa deram origem ao arcabouço teórico desta pesquisa. No que diz respeito ao tratamento dos dados, o software Excel foi utilizado para a tabulação e tratamento dos dados secundários, bem como elaboração dos gráficos da pesquisa. A posteriori, o software SPSS (Statistical Package for Social Science) foi utilizado para geração de informações de estatística descritiva.

Figura 9 – Estado da Arte



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

3.3 – Local de Estudo

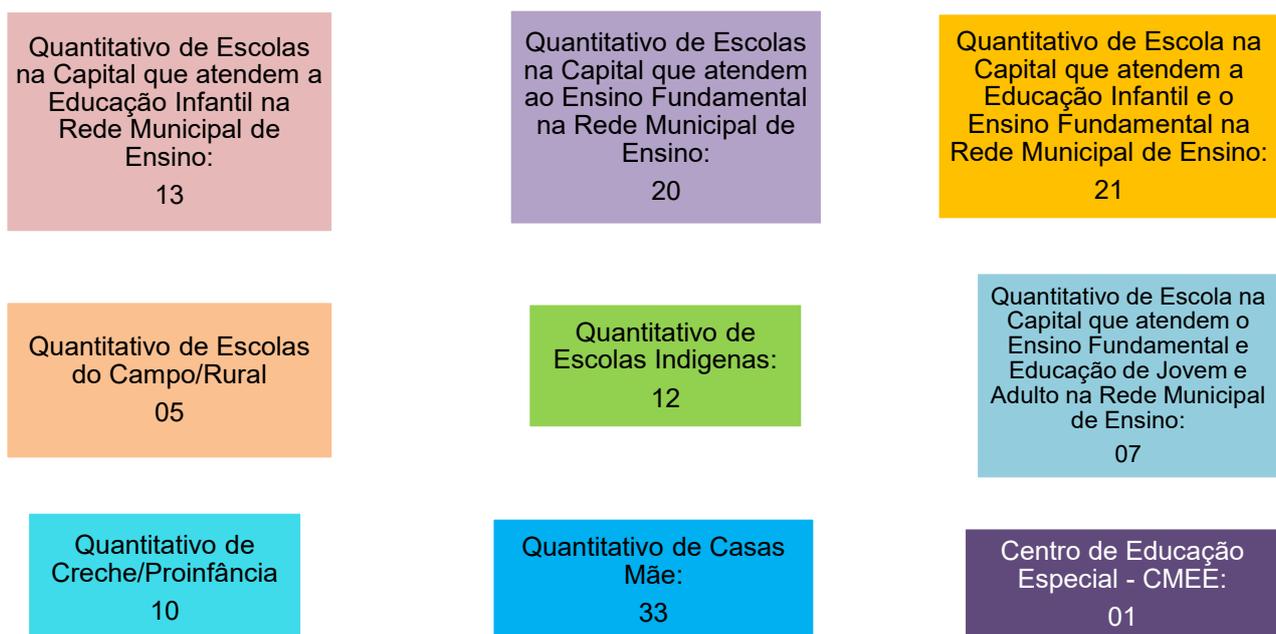
O estudo foi realizado junto a Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas- SMAG, na Divisão de Saúde Ocupacional e na Secretaria Municipal de Educação e Cultura-SMEC.

O estado de Roraima, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, possui uma população estimada de 522.6 mil habitantes e o município de Boa Vista tem estimativa de 332.020 mil habitantes (IBGE, 2017).

O censo da rede estadual registra 71.248 estudantes, sendo 45.294 da rede municipal, 3.574 representam alunos de creches municipais, 11.237 alunos do ensino pré-escolar municipal e 30.483 alunos do ensino Fundamental do município de Boa Vista - RR (INEP, 2017).

O município de Boa Vista - RR, possui um total de 122 (cento e vinte e duas) escolas na capital, 01 (um) centro municipal de educação especial, 13 (treze) escolas de educação infantil, 20 (vinte) escolas de ensino fundamental, 21 (vinte e uma) escolas de educação infantil e fundamental, 07 (sete) escolas de ensino fundamental e EJA, 10 (dez) creche e proinfância, 33 (trinta e três) casas mãe, 5 (cinco) na zona rural e 12 (doze) indígenas (SMEC, 2019).

Figura 10 – Quantitativos das Modalidade de Ensino



Fonte: Secretaria Municipal de Educação – SMEC – 2019.

3.4 População e Amostra

O município de Boa Vista – RR dispõe de cerca de 3.228 professores que atuam na Educação Básica.

Para amostra foram utilizados um total de 676 prontuários de professores afastados por motivos de doença de suas atividades laborais da rede municipal de Boa Vista – RR entre os anos de 2015 a 2018.

Estabeleceram-se como critérios de inclusão:

- a) Ser servidor público municipal efetivo ou celetista;
- b) Pertencer ao quadro de professores do ensino fundamental I;
- c) Ter período de atuação no magistério igual ou superior a seis meses;
- d) Licenças com o código de Classificação Internacional de Doenças – CID;
- e) Licenças médicas com afastamento superior ou igual a 30 dias.

E como critério de exclusão:

- a) Licenças não relacionadas a doenças, como Licença Maternidade e Licença para acompanhamento da família.

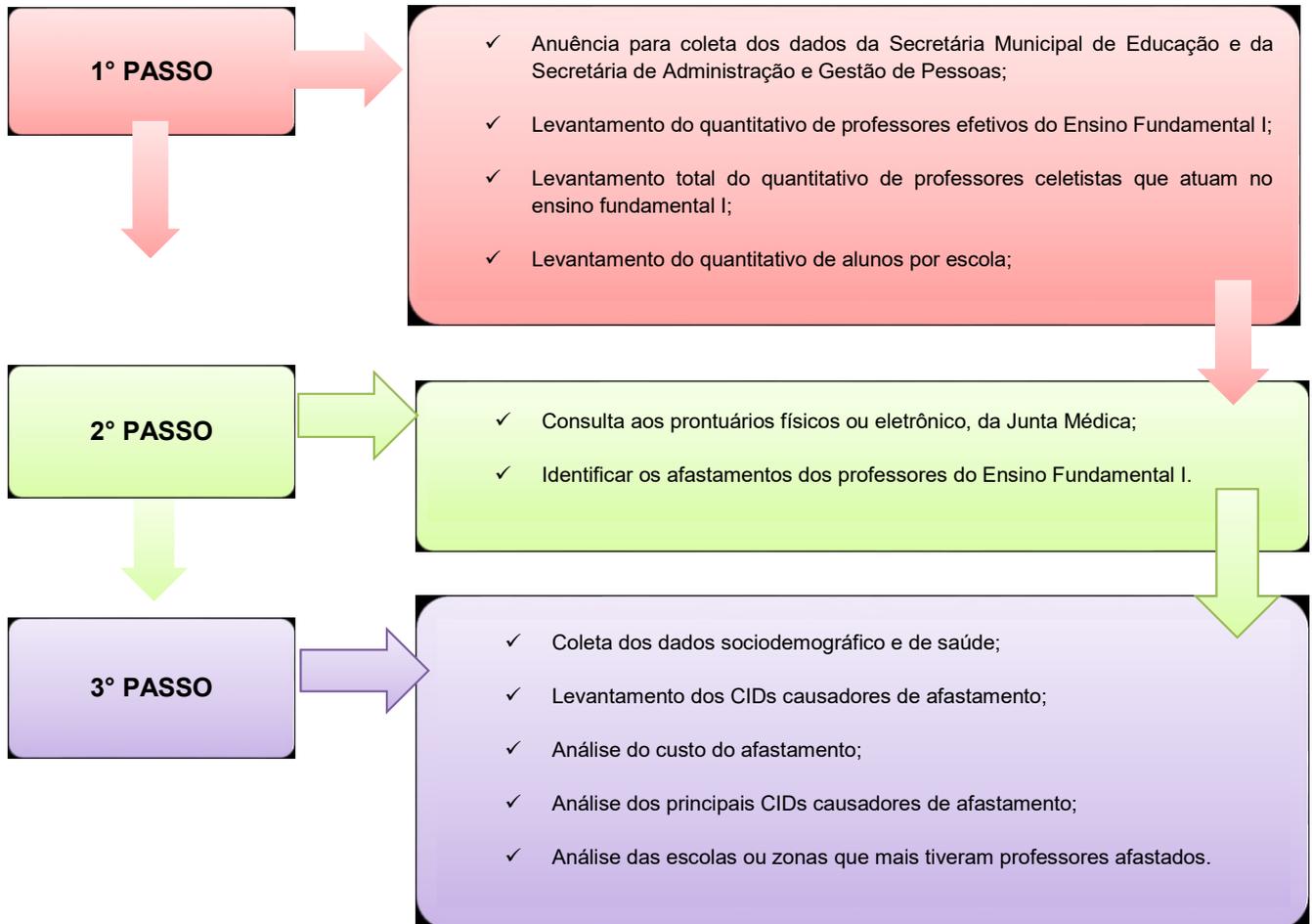
Neste estudo serão consideradas todas as licenças por motivo de doenças no período compreendido de janeiro de 2015 a dezembro de 2018. Cabe salientar que os afastamentos podem ocorrer no período estimado por mais de uma vez, podendo ser pelo mesmo CID ou não.

3.5 Procedimentos para Coleta de Dados

Para coleta de dados de informação, realizou-se, inicialmente, a consulta de todos os prontuários junto ao Setor Junta Médica. Essa consulta objetiva o levantamento dos prontuários referentes aos professores da educação básica que se afastaram por motivo de doença no período compreendido de 2015 a 2018, de acordo com os critérios de inclusão pré-estabelecidos.

A Figura 11 demonstra o quadro das etapas que foram desenvolvidas para o procedimento da coleta de dados.

Figura 11 – Quadro demonstrativo dos procedimentos



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Nesta pesquisa, buscou-se informações das seguintes variáveis: sexo, idade, escola, turno de trabalho, tempo de serviço na rede de educação básica, número de afastamentos, quantitativo de dias de cada afastamento e a classificação do problema de saúde conforme o Código Internacional de Doença (CID). Para as variáveis idade e tempo de serviço, foram utilizados cálculos mediante o ano de nascimento e o ano de admissão no serviço. Para sistematização das informações, foi elaborado um instrumento para coleta de dados (Apêndice 1).

Para o cálculo das taxas de absenteísmo, utilizou-se a constante na fórmula, o número 500 (quinhentos) refere-se à multiplicação dos cinco dias úteis da semana por 100 (cem), uma vez que a taxa é expressa em percentual. Para o total de dias úteis considerou-se os dias letivos que segundo Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que regulamenta a Educação no Brasil, as escolas devem cumprir pelo menos 200 dias

letivos anuais, distribuídos em dois semestres. Totalizando, no mínimo, 800 horas, ou seja, 48.000 minutos (800 horas x 60 minutos).

$$TA = 500 \times \frac{(NF)}{(TF \times TDL)}$$

Onde:

TA = Taxa de absenteísmo

NF = Número de faltas

TF = Total de Funcionários

TDL= Total de Dias Letivos

E, realizou-se uma estimativa da taxa de absenteísmo de 2015 a 2018. Os custos associados à média salarial foram levantados através da tabela dos Valores do vencimento básico do plano de cargos, carreira e remuneração (PCCR) do quadro efetivo do professor público da educação básica da prefeitura municipal de Boa Vista – RR (Anexo 2).

E, ainda, ressalta-se que a coleta de informações dos afastamentos dos professores do ensino fundamental I foi realizada após anuências das instâncias superiores dos órgãos.

3.6 Organização e Análise dos Dados

Uma vez finalizada a pesquisa de documental, procedeu-se com a triagem e seleção das informações mais relevantes contidas nesses documentos, de forma que os objetivos da pesquisa pudessem ser atendidos. Por se tratar de uma pesquisa inédita no Estado, boa parte dos documentos solicitados não estavam prontos ou em formato digital, algo que a posteriori foi realizado para que se pudesse realizar o tratamento dos dados.

Esses dados, obtidos por meio desses documentos, foram tabulados por meio de planilhas do Excel para levantar as principais informações, como idade, sexo, tempo de serviço, motivo e tempo afastamento entre outros. Formatar os dados segundo esse método, foi preciso para que se pudesse realizar as estatísticas descritivas, no intuito de levar dados sociodemográficos, perfil do docente e demais informações relevantes para os objetivos da pesquisa. A estatística descritiva tem

sua importância para que se possa traçar o perfil do professor reabilitado e possíveis inferências sobre essas variáveis e sua relação com a situação do docente.

Adiante, por meio dos documentos fornecidos, foi possível, através do Excel, representar graficamente a evolução dos repasses do FUNDEB nos anos pesquisados. Foram elaborados gráficos em linhas para demonstrar as variações do repasse do FUNDEB mensalmente e anualmente. Por meio desses mesmos processos, foi possível demonstrar graficamente o impacto financeiro mensal do afastamento dos professores da rede municipal.

Quanto à estimativa dos custos por afastamento foi calculado pelo dia trabalho de cada docente do Ensino Fundamental I, utilizou-se 2 constantes nas fórmulas, o número 30 (trinta) refere-se dias/mês de trabalho, o número 365 (trezentos e sessenta e cinco) refere-se dias do ano.

$$\text{CMM} = \text{VTM}/30$$

Onde:

CMM = Custo Médio Mês

VTM = Vencimento Total Mês

$$\text{CMA} = \text{VTA}/365$$

Onde:

CMA = Custo Médio Anual

VTA = Vencimento Total Anual

A análise orçamentária tem como objetivo principal preparar os indicadores que servirão de suporte para a avaliação do impacto orçamentário, que consiste em verificar as ações previstas, orientando a execução e fixando bases orçamentárias.

Na apuração do limite da despesa com pessoal relativa aos anos de 2015 a 2018 o período levado em consideração para aferição do limite foi a despesa realizada entre janeiro de 2015 a dezembro de 2018 (mês de apuração). O limite da despesa com pessoal é apurado como base a RCL utilizando-se a seguinte fórmula:

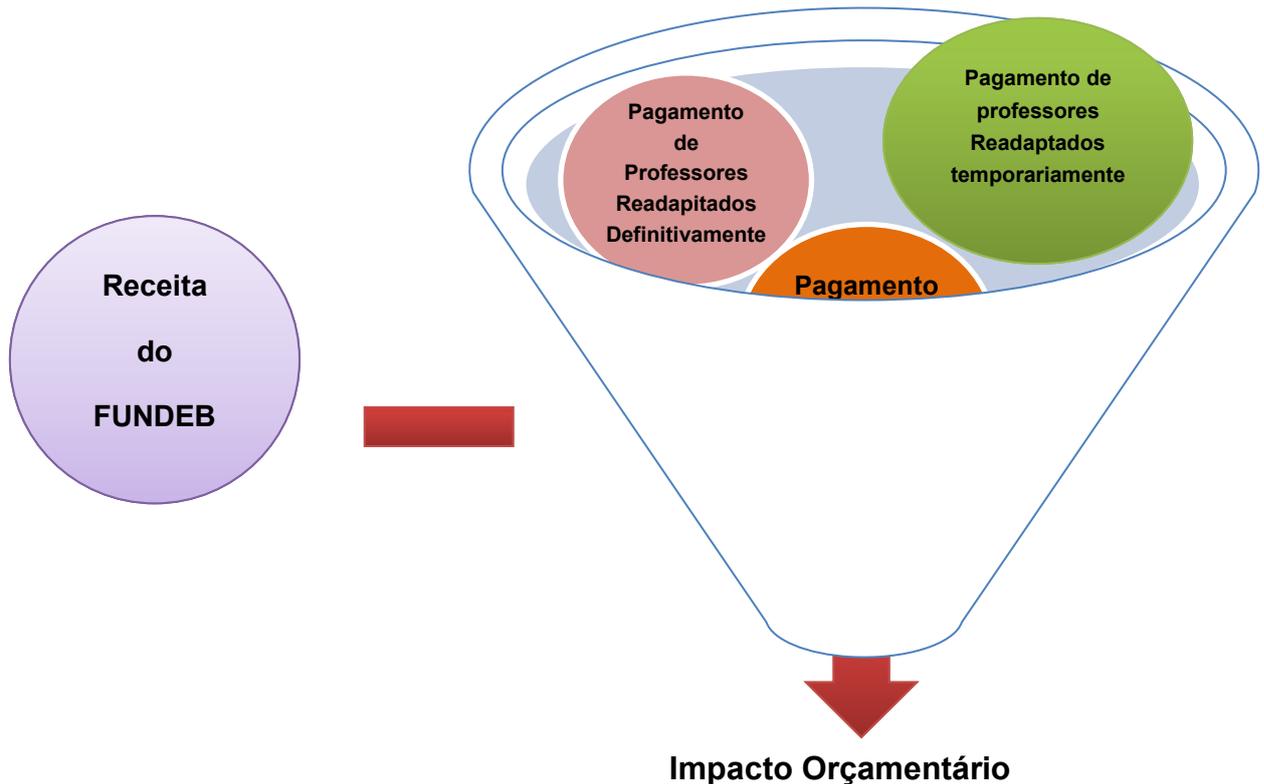
$$(\text{DP}/\text{RCL}) \times 100$$

Análise orçamentária permite demonstrar a situação de liquidez, a estrutura de capitalização, a rentabilidade e outros indicadores econômico-financeiros. O índice de comprometimento da receita corrente Líquida será calculado da seguinte forma: despesa com Pessoal/professores – DP dividido pela receita líquida do FUNDEB – RCL.

$$\text{IC} = \text{DP}/\text{RCL}$$

A Lei Complementar de nº 101, de 04 de maio de 2000 – LRF, no seu art. 19 estipula os limites para os gastos da União de 50%, dos Estados de 60% e dos Municípios de 60%. A Figura 13 demonstra o fluxograma das etapas do impacto orçamentário.

Figura 12 - Fluxograma das Etapas do Impacto Orçamentário



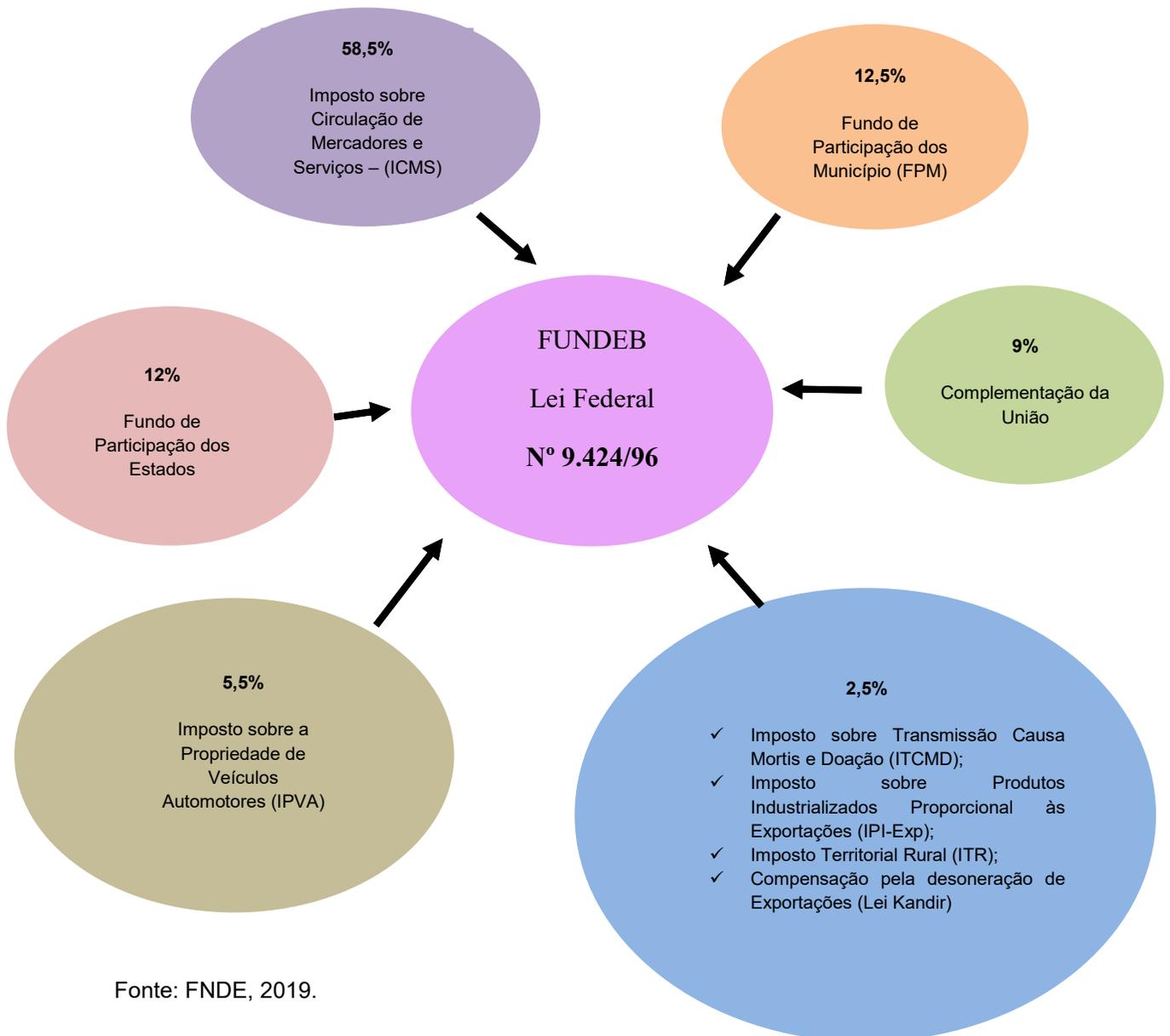
Fonte: Dados da Pesquisa, 2019

A análise dos resultados trazidas para uma linguagem acessível são formas de controle, os métodos quantitativos têm sido muito usados em contabilidade, eles permitem inferir análises mais apuradas, o que facilita a formatação das ideias e ações.

3.7 Perspectiva do Estudo

A perspectiva da análise é a do FUNDEB, pois foram considerados os custos diretos, mensais e anuais cobertos por esse fundo.

Figura 13 - Composição do FUNDEB



Fonte: FNDE, 2019.

3.8 Aspectos Éticos

O estudo consiste no banco de dados existentes na divisão de Saúde Ocupacional, no Setor da Junta Médica da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas-SMAG. Entretanto, foi solicitada autorização por escrito, através de Carta de Anuência para coleta dos dados às Secretária Municipal de Educação (Apêndice 1) e da Secretária de Administração e Gestão de Pessoas (Apêndice 2).

O projeto de tese foi submetido à aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, sob o nº de série CAAE: 16964719.4.0000.5285, Parecer nº 3.564.935, tendo sido solicitada dispensa de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice 3), pela justificativa pela utilização de um banco de dados existente.

Considera-se a existência de riscos subjetivos inerentes a este estudo, dado que podem envolver a invasão pessoal, administrativa e política incidindo sobre os participantes da pesquisa. Por esse motivo, todas as medidas necessárias para preservação da confidencialidade dos dados serão devidamente asseguradas, garantindo o sigilo das informações de identificação e outros dados que possam, de forma direta ou indireta, vir a permitir a identificação dos participantes (BRASIL, 2012).

SEÇÃO 4 – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1 Caracterização Sociodemográfica dos Participantes do Estudo

O Município de Boa Vista/RR, dispõe de 3.228 professores efetivos, lotados em 122 escolas, distribuídas no Município de Boa Vista/RR. A amostra da pesquisa foi constituída por 676 professores afastados inseridos no critério de inclusão, mediante fichas físicas de Controle de Licenças Médicas e Aposentadoria, foram codificados numericamente dentro das variáveis sociodemográficas e de trabalho (sexo, faixa etária, tempo de serviço, tempo de afastamento, motivo do afastamento), nos períodos de janeiro de 2015 a dezembro de 2018.

Para as variáveis categóricas foi utilizada uma estatística descritiva, com o objetivo de traçar o perfil dos afastamentos, em seus respectivos anos, mediante frequência simples, média e desvio padrão. Os resultados estão ilustrados na Tabela 1.

Tabela 1 – Dados Sociodemográfico dos professores do ensino fundamental I do município de Boa Vista/RR, no período de 2015 a 2018.

Dados sociodemográficos	2015		2016		2017		2018	
	f	%	F	%	F	%	F	%
SEXO								
Feminino	171	92,9	190	89,2	132	91	118	88,1
Masculino	13	7,1	23	10,8	13	09	16	11,9
Total	184	100	213	100	145	100	134	100
FAIXA ETÁRIA	f	%	F	%	F	%	F	%
De 21 a 30 anos	07	3,8	12	5,6	09	6,2	08	6,0
De 31 a 40 anos	93	50,6	89	41,8	58	40,0	48	35,7
De 41 a 50 anos	63	34,2	80	37,6	55	37,9	47	35,1
De 51 a 60 anos	19	10,3	27	12,7	21	14,5	21	15,7
Mais de 60 anos	02	1,1	05	2,3	02	1,4	10	7,5
Total	184	100	213	100	145	100	134	100
TEMPO DE SERVIÇO	f	%	F	%	F	%	F	%
De 1 a 6 meses	--	--	06	2,8	--	--	--	--
De 6 meses a 1 ano	13	7,1	05	2,3	--	--	01	0,7
De 1 a 5 anos	81	44	76	35,8	67	46,2	59	44,1
De 6 a 10 anos	62	33,7	64	30,0	28	19,3	33	24,6
De 11 a 15 anos	14	7,6	25	11,7	29	20	25	18,7
Mais de 15 anos	14	7,6	37	17,4	21	14,5	16	11,9
Total	184	100	213	100	145	100%	134	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

A Tabela 1 descreve os dados sociodemográficos dos participantes do estudo e aponta que a maioria 90,38% (n=676) dos professores que atuam no ensino fundamental I e se encontram de atestados ou licenças médicas; são do sexo feminino, sendo 9,62% (n=65) dos professores são do sexo masculino, no período de 2015 a 2018.

A faixa etária de 31 a 40 anos foi a mais acometida por afastamento dos professores no período compreendido do estudo, correspondendo a 50,5% (n=184) em 2015, 41,8% (n=213) em 2016, 40% (n=145) em 2017 e 35,8% (n=134) em 2018. Ressalta-se que nos anos estudados, compõe faixas etárias de 31 a 40 anos.

Os dados revelaram que os professores doentes/adoecidos investigados nos anos de 2015 a 2018 possuem em média de tempo de serviço de 1 a 5 anos, correspondendo a 44% (n=184) em 2015, 35,7% (n=2013) em 2016, 46,2% (n=145) em 2017 e 40% (n=134) em 2018.

Tabela 2 – Medidas de tendência central e dispersão dos Dados Sociodemográfico dos professores do ensino fundamental I, do município de Boa Vista/RR, entre os anos de 2015 a 2018.

Dados Sociodemográficos	Média	Desvio Padrão
Faixa Etária	41,91	8,42
Tempo de Serviço	7,45	4,78

Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

A Tabela 2 apresenta as medidas de tendências central e dispersão dos dados sociodemográfico, com média de 41,9 anos, desvio padrão de 8,42 e (\pm 7,45) de tempo de serviço e 4,78 de desvio padrão.

Os dados apresenta que no município de Boa Vista/RR tem 42 professores readaptados definitivamente e 40 professores em processo de readaptação. Para traçar o perfil dos afastamentos e seus respectivos anos, foram utilizados frequência simples, média e desvio padrão. Os resultados estão ilustrados nas tabelas 2 e 3.

Tabela 3 – Dados Sociodemográfico dos professores readaptados definitivamente do ensino fundamental I do município de Boa Vista/RR, 2018.

2018		
SEXO	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
Feminino	39	92,9%
Masculino	3	7,1%
Total	42	100,0%
FAIXA ETÁRIA	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
De 31 a 40 anos	14	33,4%
De 41 a 50 anos	15	35,7%
De 51 a 60 anos	11	26,2%
Mais de 60 anos	2	4,8%
Total	42	100,0%
TEMPO DE SERVIÇO	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
De 1 a 5 anos	16	38,1%
De 6 a 10 anos	16	38,1%
De 11 a 15 anos	7	16,7%
Mais de 15 anos	3	7,1%
Total	42	100,0%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Tabela 4 – Dados Sociodemográfico dos professores em processo de readaptação do ensino fundamental I do município de Boa Vista/RR, 2018.

2018		
SEXO	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
Feminino	36	90,0%
Masculino	4	10,0%
Total	40	100,0%
FAIXA ETÁRIA	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
De 20 a 30 anos	2	5,0%
De 31 a 40 anos	9	22,5%
De 41 a 50 anos	19	47,5%
De 51 a 60 anos	6	15,0%
Mais de 60 anos	4	10,0%
TOTAL	40	100,0
TEMPO DE SERVIÇO	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
De 1 a 5 anos	7	17,5%
De 6 a 10 anos	19	47,5%
De 11 a 15 anos	7	17,5%
Mais de 15 anos	7	17,5%
Total	40	100,0%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

A Tabela 3 e 4, descreve os dados sociodemográficos dos professores do ensino fundamental I do município de Boa Vista/RR, readaptados definitivamente e em processo de readaptação dos anos de 2015 a 2018, percebe-se que 91,5% (n=75) dos professores readaptados definitivamente e em processo de readaptação são do sexo feminino, 8,5% (n=7) masculino. A faixas etárias dos professores readaptados definitivamente ou em processo de readaptação dos anos de 2015 a 2018, foi entre 41 a 50 anos correspondendo a 35,7% para professores readaptados definitivamente, e entre 41 a 50 anos correspondendo a 47,5% dos professores em processo de readaptação.

Os dados demonstram que a média de tempo de serviço é de 45,52 anos correspondendo a um desvio padrão de 8,53 e ($\pm 7,5$) de tempo de serviço para os professores readaptados definitivamente e 45,27 correspondendo a um desvio padrão de 18,53 e ($\pm 9,4$) de tempo de docência e um desvio padrão de 4,29 para os professores em processo de readaptação do anos de 2018.

Tabela 5 - Medidas de tendência central e dispersão dos Dados Sociodemográfico dos professores readaptados definitivamente e em processo de readaptação de 2018.

READAPTADOS DEFITIVAMENTE		
Dados Sociodemográficos	Média	Desvio Padrão
Faixa Etária	45,52	8,53
Tempo de Serviço	7,5	4,29
EM PROCESSO DE READAPTAÇÃO		
Dados Sociodemográficos	Média	Desvio Padrão
Faixa Etária	45,27	18,53
Tempo de Serviço	9,4	4,29

Fonte: Dados da Pesquisa,2019.

De acordo com o quadro (Anexo 2) observar-se o maior quantitativo de professores e no II – R01 com 823, onde se localiza o início da carreira de docência, II – R02 com 561, professores que já passaram pelo estágio probatório, no III – R2 com 292 professores especialista, no III – R04 com 122, III-R03 com 120 professores. No V – R14 nível superior 1 e no V – R14 nível magistério 04 professores.

A Educação do Brasil exige cada dia mais o aperfeiçoamento dos professores e exigem dos docentes um ensino de qualidade. Mas no Município de Boa Vista/RR ainda são poucos os docentes que alcançam a pós-graduação *stricto sensu* conforme disposto no (Anexo 2).

No Brasil a média salarial é de R\$1.800,00, para o professor com licenciatura, para 25 horas semanais, os salários dos professores variam bastante de acordo com suas especialidades e principalmente com alcance a pós-graduação *stricto sensu* (FERNANDES, 2019).

No município de Boa Vista/RR o salário dos professores são divididos em 5 níveis, o valor inicial que é para o professor com nível de magistério é de R\$ 1.650,00 e para o professor com nível de doutorado é de 2.781,76.

4.2 Caracterização dos Afastamentos dos Professores do Ensino Fundamental I do Município de Boa Vista/RR

A Tabela 6 apresenta os motivos dos afastamentos que mais afetaram os professores do ensino Fundamental I do município de Boa Vista/RR nos anos de 2015 a 2018.

Tabela 6 – Distribuição dos motivos de afastamento dos professores do ensino fundamental I do município de Boa Vista/RR, no período de 2015 a 2018

Motivos de Afastamento	2015		2016		2017		2018	
	f	%	F	%	F	%	f	%
Cardiológico	07	3,8	05	2,3	01	0,7	---	---
Cirúrgico	17	9,2	37	17,4	23	15,9	26	19,4
Disfonia	09	4,9	11	5,2	03	2,1	04	3,0
Ginecológico	03	1,6	08	3,8	07	4,8	07	5,2
Neurológico	04	2,2	---	---	02	1,4	---	---
Oncológico	09	4,9	02	0,9	04	2,8	---	---
Ortopédico	17	9,2	27	12,7	15	10,3	26	19,4
Psiquiátrico	93	50,6	81	38,0	71	48,9	71	53,0
Outros	25	13,6	42	19,7	19	13,1	---	---
Total	184	100,0	213	100,0	145	100,0	134	100,0

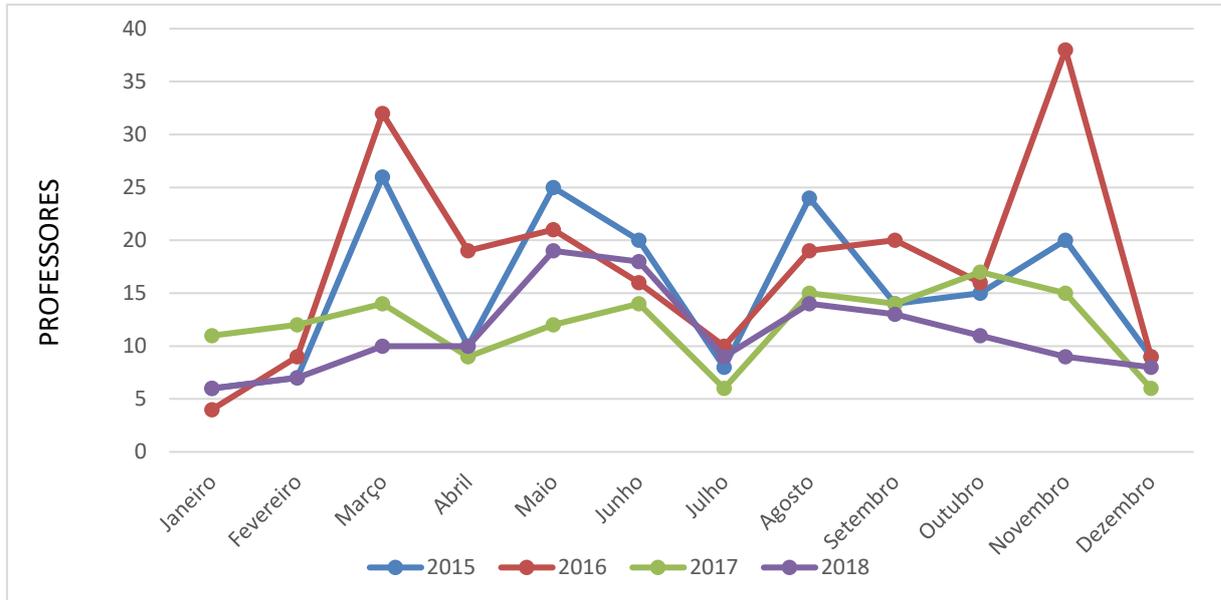
Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

De acordo com a Tabela 6 os professores ensino fundamental I participantes do estudo, no período compreendido de 2015 a 2018, perfazendo um total de 676 investigados, verifica-se as maiores frequências afastamentos pelos motivos: 47% (n=316) Psiquiátricos, 16% (n= 103) Cirúrgicos, 13% (n=85) Ortopédicos, 4,0% (n=27) Disfonias, 4,0% (n=25) Ginecológicos, 2% (n=13) Cardiológico, 1% (n=6) Neurológico e 13% (n=86) Outros.

As análises dos dados foram realizadas de acordo com as informações das licenças médicas e afastamentos dos professores do ensino fundamental I do município de Boa Vista/RR nos anos de 2015 a 2018.

A seguir, no gráfico será apresentado o número de total de dias e os meses de afastamento concedidos aos professores no período compreendido entre 2015 a 2018.

Figura 14 – Número de professores do ensino fundamental I do município de Boa Vista afastados entre 2015 a 2018.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

A figura 14 sinaliza o quantitativo de professores do ensino fundamental I afastados por licenças médicas e o quantitativo de dias de afastamentos concedidos aos professores do ensino fundamental I, ao longo dos quatro anos analisados percebe-se um declínio em relação ao número de dias totais de afastamento.

Tabela 7 – Medidas de tendência central e Dispersão do número de professores do ensino fundamental I do município de Boa Vista/RR, afastados por licenças médicas ente os anos de 2015 a 2018.

Ano	2015	2016	2017	2018
Mediana	14	18	13	10
1IQR	8,25	9,25	9,5	8,25
2IQR	14,5	17,5	13	10
3IQR	23	20,75	14,75	13,75

Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Esse declínio não significa que os professores não estão de licença médica ou de afastamentos, as tabelas 3 e 4 demonstra um quantitativo expressivo de professores readaptados ou em processo de readaptação.

Figura 15 – Dias de afastamentos concedidos aos professores do ensino fundamental I do município de Boa Vista/RR no período de 2015 a 2018.

Ano	Dias de Afastamento
2015	18.528
2016	17.309
2017	9.184
2018	8.452
Total	53.473
Mediana	13.247
1IQR	8635
2IQR	13246,5
3IQR	18223,25

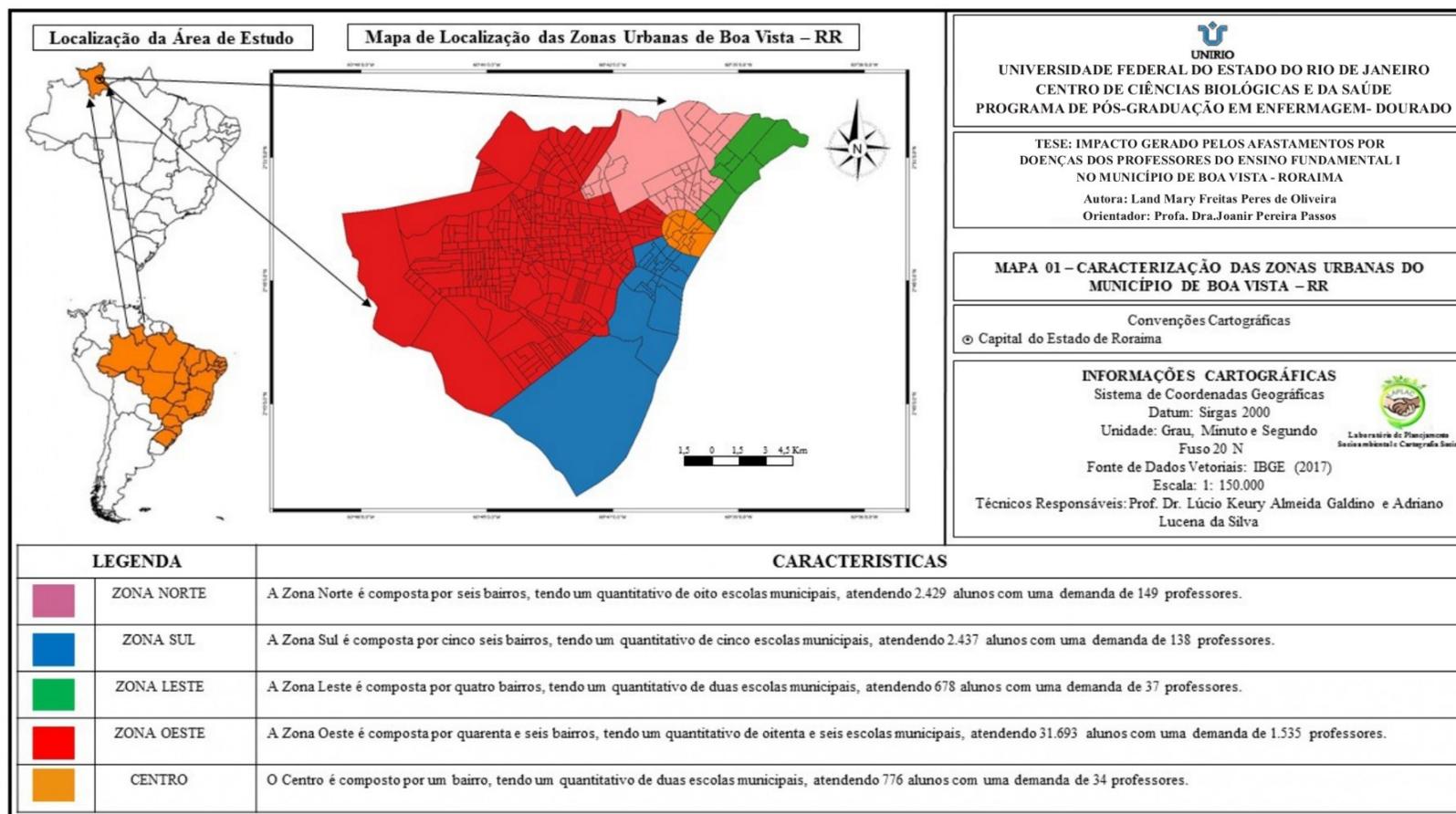
Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

O somatório dos dias de afastamentos totalizam 53.473 dias de trabalho perdidos pelos professores do ensino fundamental I do município de Boa Vista/RR, no período de 2015 a 2018. A mediana foi de 13.247, o 1IQR 8635, o 2IQR 13246,5 e 3IQR 18223,25.

4.3 Mapeamento e Análise do absenteísmo nas Escolas Municipais do Município de Boa Vista/RR

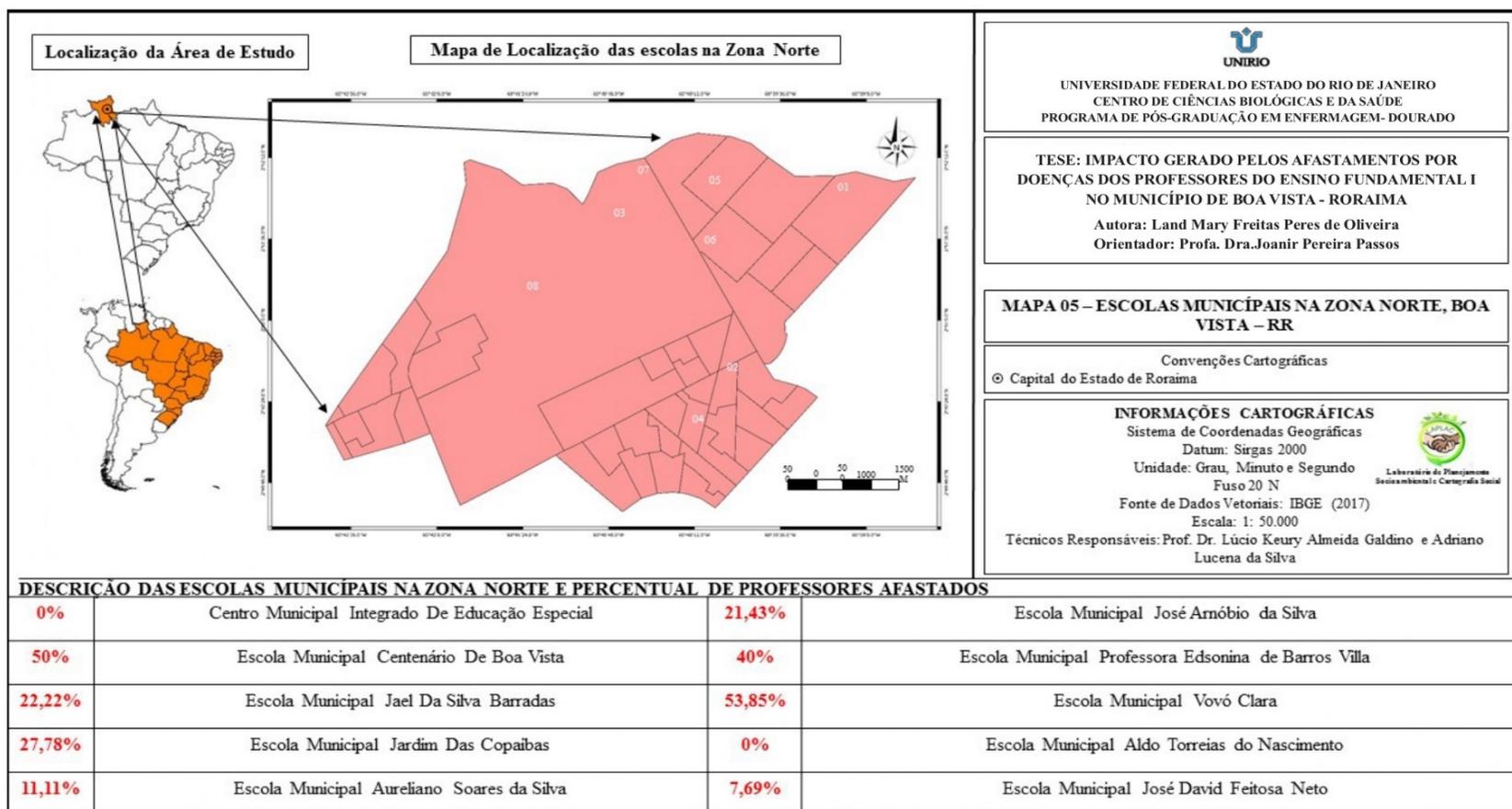
Para a realização do mapeamento e análise do absenteísmo nas Escolas Municipais do Município de Boa Vista/RR, foram retirados os nomes das mesma para que não fossem reconhecidas na hora das análise. As escolas foram agrupadas por regiões. Em 2019, a Zona Norte é composta por seis bairros, tendo um quantitativo de oito escolas municipais, atendendo 2.429 alunos com uma demanda de 149 professores, na Zona Sul é composta por cinco seis bairros, tendo um quantitativo de cinco escolas municipais, atendendo 2.437 alunos com uma demanda de 138 professores, na Zona Leste é composta por quatro bairros, tendo um quantitativo de duas escolas municipais, atendendo 678 alunos com uma demanda de 37 professores, na Zona Oeste é composta por quarenta e seis bairros, tendo um quantitativo de oitenta e seis escolas municipais, atendendo 31.693 alunos com uma demanda de 1.535 professores e o Centro é composto por um bairro, tendo um quantitativo de duas escolas municipais, atendendo 776 alunos com uma demanda de 34 professores.

FIGURA 16: CARACTERIZAÇÃO DAS ZONAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA



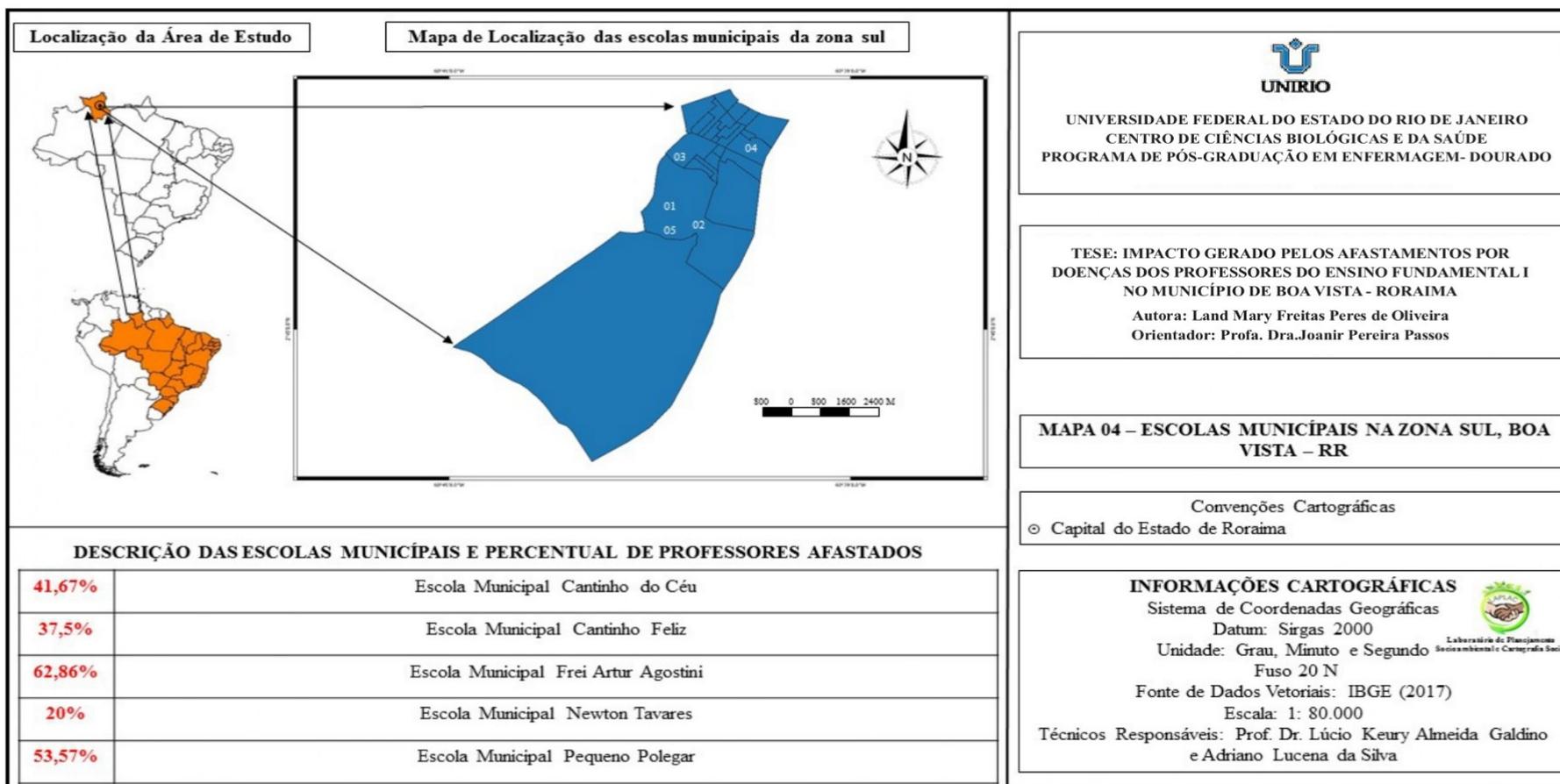
Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

FIGURA 17: ESCOLAS MUNICIPAIS LOCALIZADAS NA ZONA NORTE DE BOA VISTA - RR



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

FIGURA 18: ESCOLAS MUNICIPAIS LOCALIZADAS NA ZONA SUL DE BOA VISTA - RR

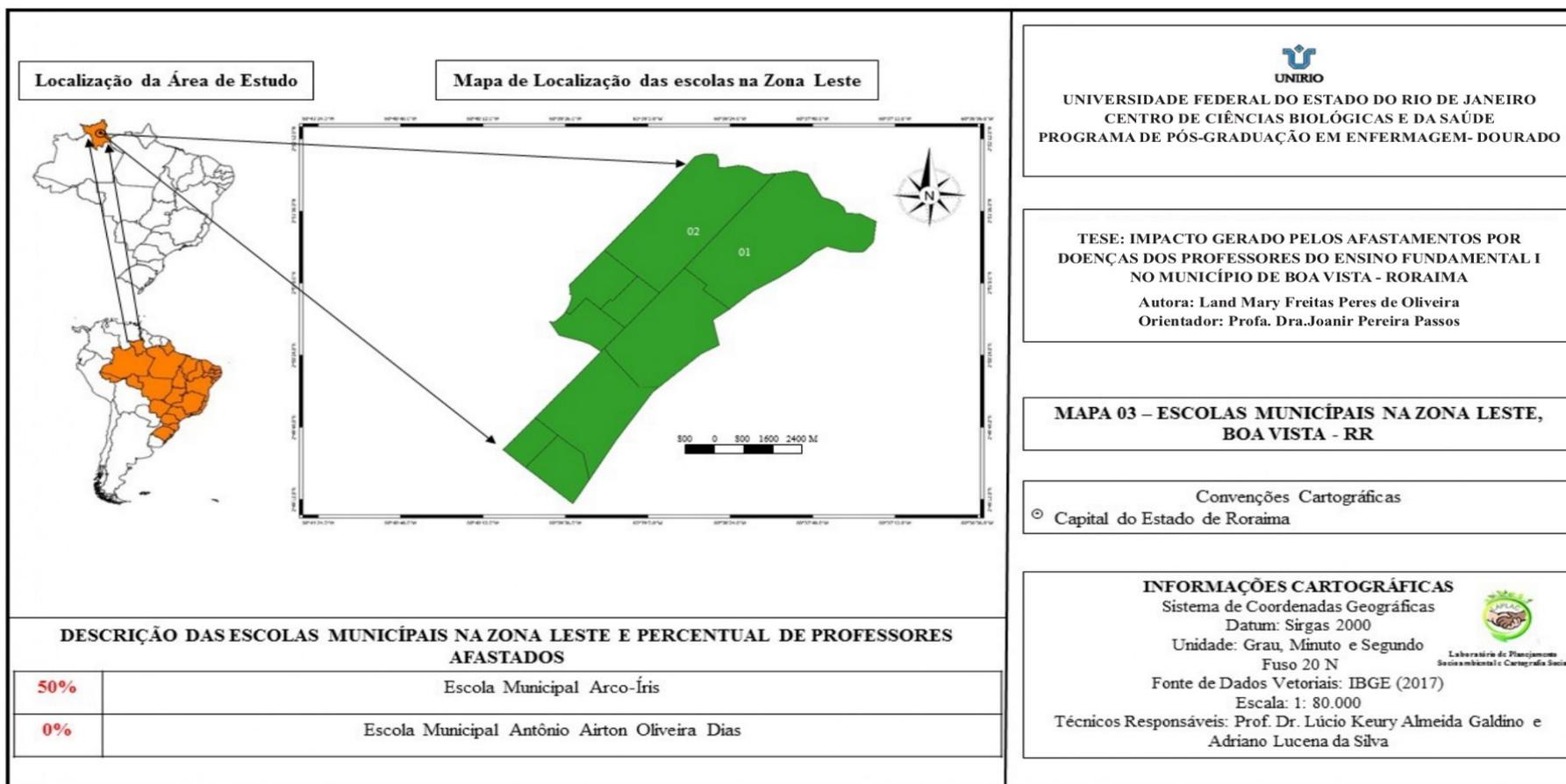


DESCRIÇÃO DAS ESCOLAS MUNICÍPAIS E PERCENTUAL DE PROFESSORES AFASTADOS

41,67%	Escola Municipal Cantinho do Céu
37,5%	Escola Municipal Cantinho Feliz
62,86%	Escola Municipal Frei Artur Agostini
20%	Escola Municipal Newton Tavares
53,57%	Escola Municipal Pequeno Polegar

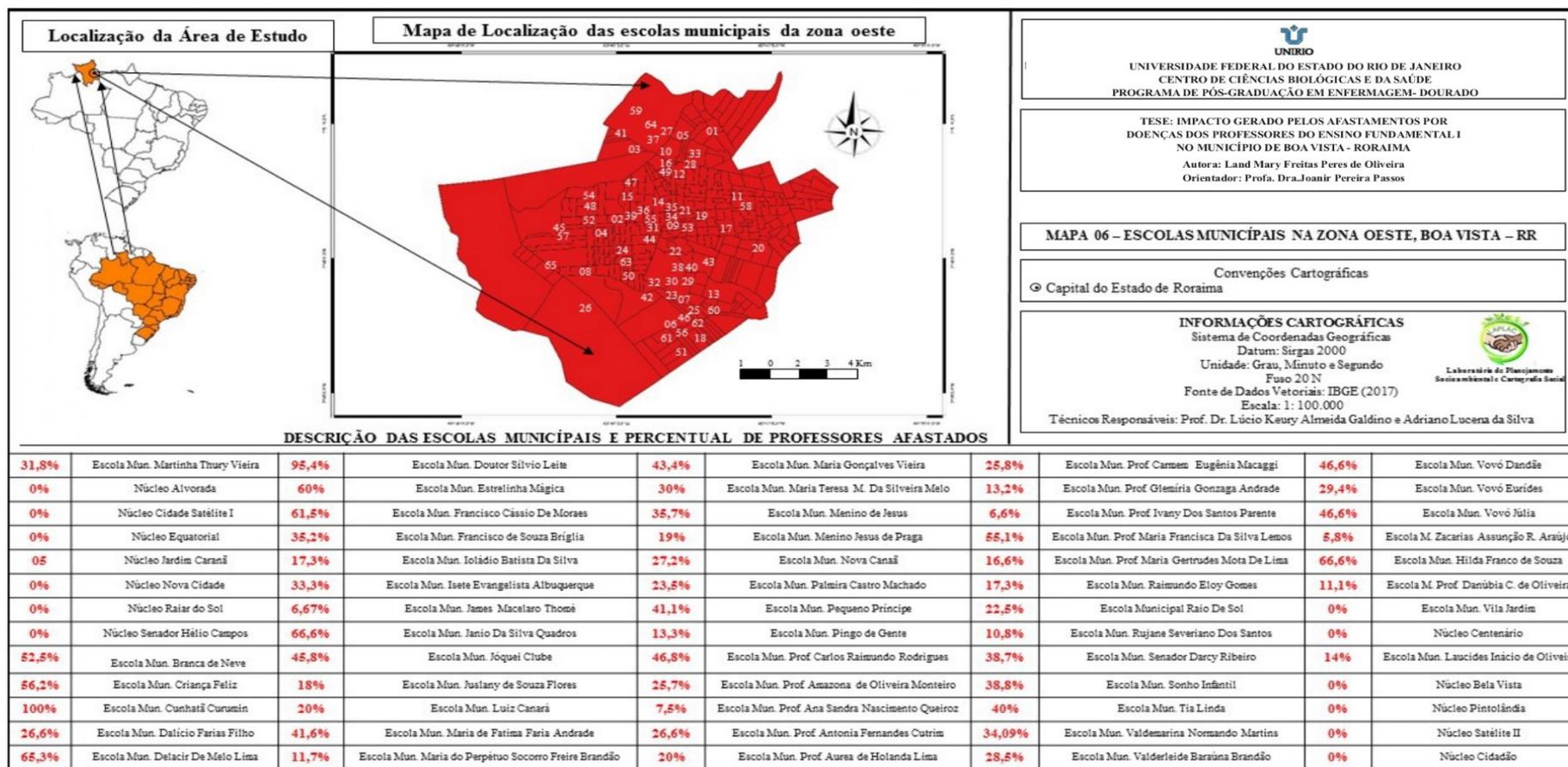
Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

FIGURA 19: ESCOLAS MUNICIPAIS LOCALIZADAS NA ZONA LESTE DE BOA VISTA - RR



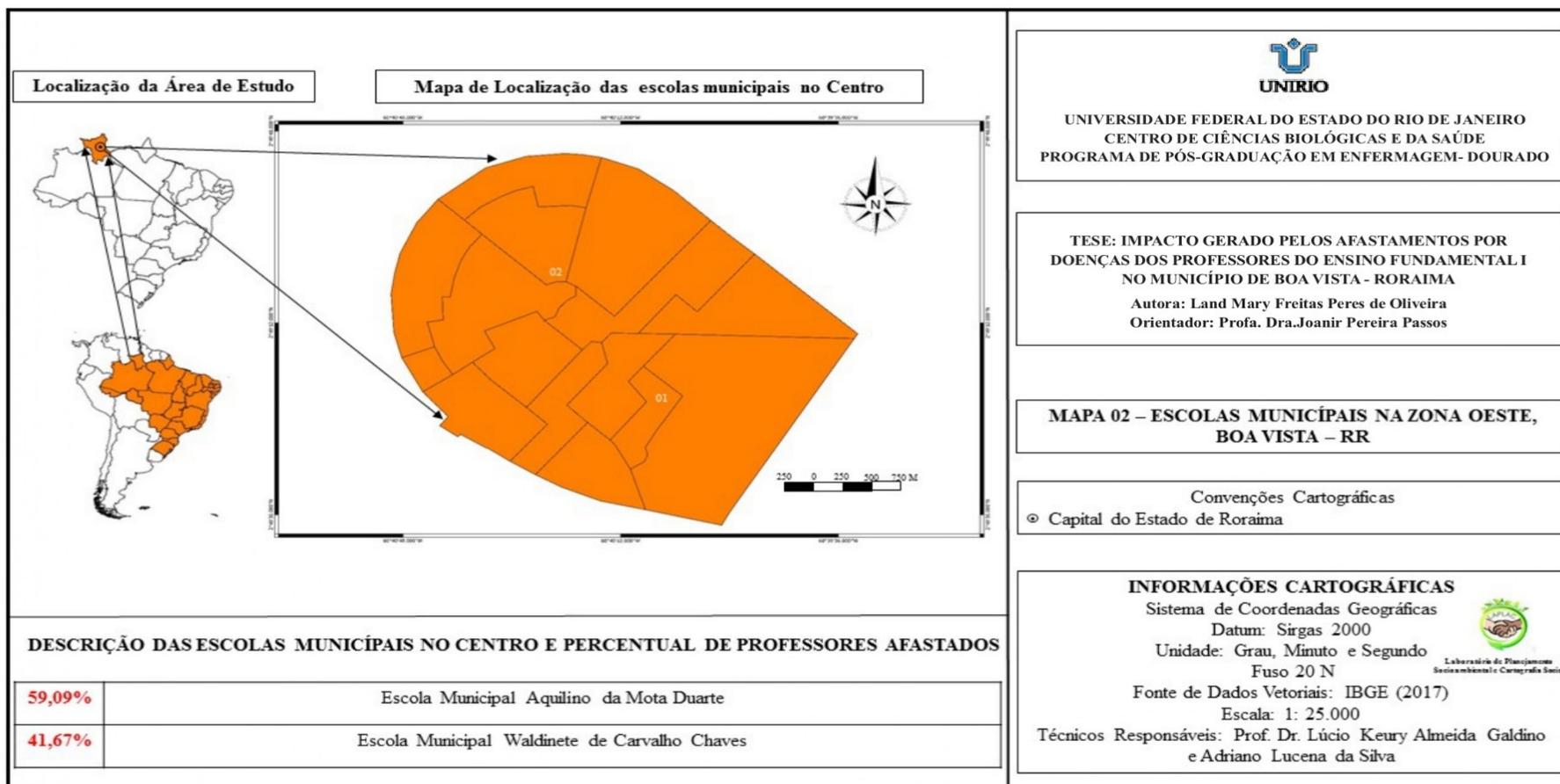
Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

FIGURA 20: ESCOLAS MUNICIPAIS LOCALIZADAS NA ZONA OESTE DE BOA VISTA - RR



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

FIGURA 21: ESCOLAS MUNICIPAIS LOCALIZADAS NO CENTRO DE BOA VISTA - RR



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

A figura 16 apresenta a quantidade de alunos e professores por regiões. As figuras 17, 18, 19, 20 e 21 apresentam os percentuais dos professores municipais do município de Boa Vista/RR do ensino fundamental I que se encontram com licenças médicas/afastamentos. As figuras apresentam o número total de escolas por região com os respectivos dados sobre o total de licenças médicas/afastamentos, também por regiões. Nota-se que a Zona Oeste que engloba 71,9% das escolas, o centro com 1,7% das escolas, a Zona Leste com 1,6% das escolas, a Zona Norte 6,6% das escolas, a Zona Sul com 4,1% das escolas, a Região Norte 1,6% das escolas, a Região Leste 10,7% das escolas e a Região Oeste 1,6% das escolas.

De acordo com os dados como mostram as figuras 17,18,19,20 e 21, no centro tivemos a Escola Municipal Aquilino da Mota Duarte com 59,09% dos seus professores, na região leste tivemos a Escola Municipal Arco Íris com 50% dos seus professores, na região norte tivemos a Escola Municipal Vovó Clara com 53% dos seus professores, a região oeste se destacaram algumas escolas como a Escola Municipal Cunhatã Curumin com 100%, Escola Municipal Doutor Sílvio Leite, 66,6% Jânio da Silva Quadros com 66,6% e a Escola Municipal Hilda Franco de Souza com 66,6% dos seus professores e a região sul destacasse a Escola Municipal Frei Artur Agostini com 62,86% dos seus professores se encontravam de Licença médica/afastamento nos anos de 2015 a 2018.

4.4 Taxa de Absenteísmo Custo Real das Licenças e Afastamentos dos Professores do Ensino Fundamental I do Município de Boa Vista/RR

Para calcular a taxa de absenteísmo dos professores do ensino Fundamental I, foi necessário a partir do total de números de licenças/afastamentos deste profissionais, utilizar a fórmula $TA = 500 \times (NF) / (TF \times TDL)$, pois a Secretaria Municipal de Educação não tem uma fórmula parâmetro e regulamentada para calcular o absenteísmo.

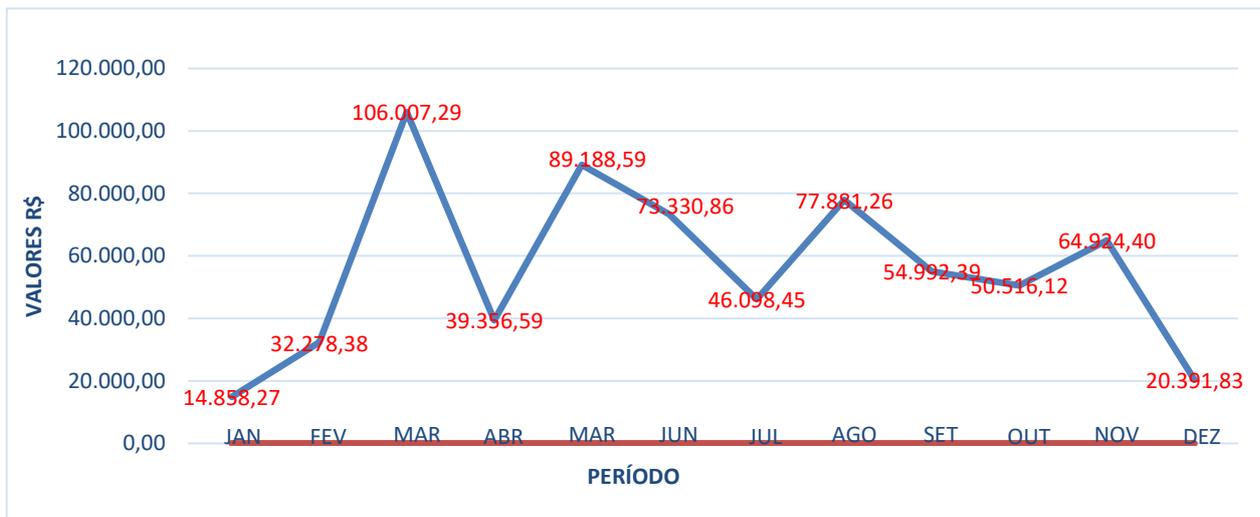
Para calcular o custo médio mês por licenças/afastamentos dos professores, utilizou-se a fórmula $CMM = VTM / 30 - DRM$, onde o número 30 (trinta) refere-se dias/mês de trabalho.

Para calcular o custo médio anual por afastamento/licença dos professores, utilizou-se a fórmula $CMA = VTA / 365$ o número 365 (Trezentos e sessenta e cinco)

refere-se dias do ano. O custo médio anual por afastamento/licença dos professores do ensino fundamental I do município de Boa Vista/RR, foi em 2015 de R\$ 1.835,14, 2016 de R\$ 1.903,01, 2017 de R\$ 1.620,27 e 2018 de R\$ 1.452,59.

As Figuras 22, 23, 24 e 25 mostram o custo real com licenças médicas e afastamentos mensais com os professores do ensino fundamental I do Município de Boa Vista/RR.

Figura 22 - Custos real das licenças médicas e afastamentos concedidas aos professores do ensino fundamental I, do município de Boa Vista/RR, 2015.



Fonte: A autora, 2019.

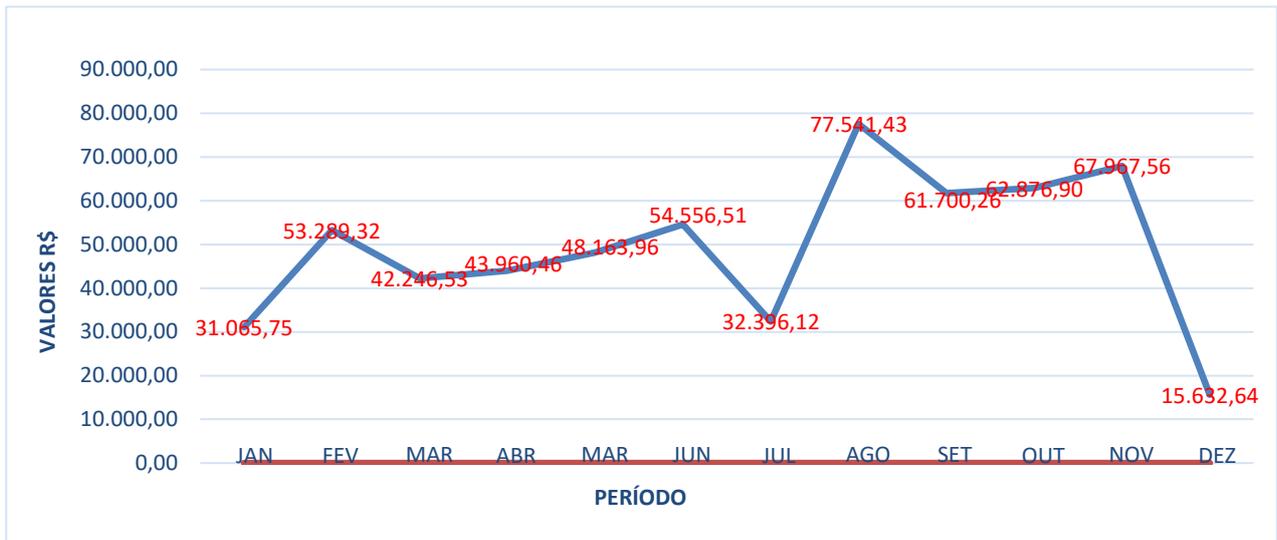
Figura 23 - Custos real das licenças médicas e afastamentos concedidas aos professores do ensino fundamental I, do município de Boa Vista/RR, 2016.



Fonte: A autora, 2019.

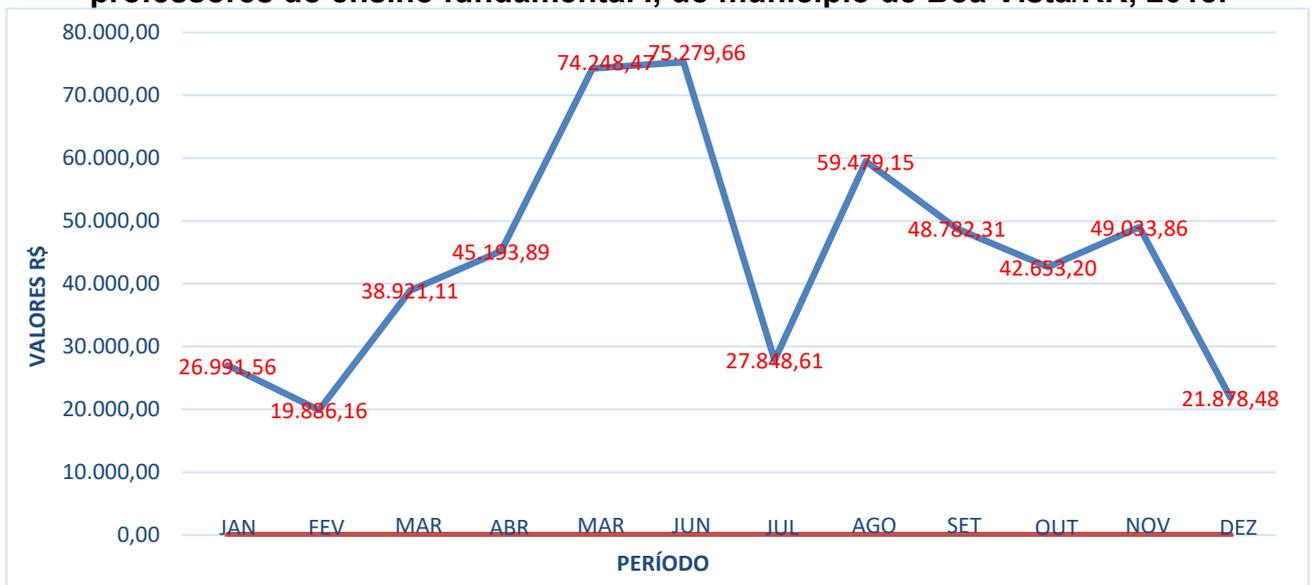
Nas Figuras acima 22 e 23 observa-se que no ano de 2015 teve como menor custo com licenças médicas e afastamentos no mês de janeiro com um montante de R\$ 14.858,27 e o maior custo no mês de março com um de R\$106.007,29. No ano de 2016 verifica-se que o mês com menor custo com licenças médicas e afastamentos foi o mês de janeiro com um montante inferior de R\$ 12.771,65 e o mês de março com o maior custo de R\$ 78.149,84.

Figura 24 - Custos real das licenças médicas e afastamentos concedidas aos professores do ensino fundamental I, do município de Boa Vista/RR, 2017.



Fonte: A autora, 2019.

Figura 25 - Custos real das licenças médicas e afastamentos concedidas aos professores do ensino fundamental I, do município de Boa Vista/RR, 2018.



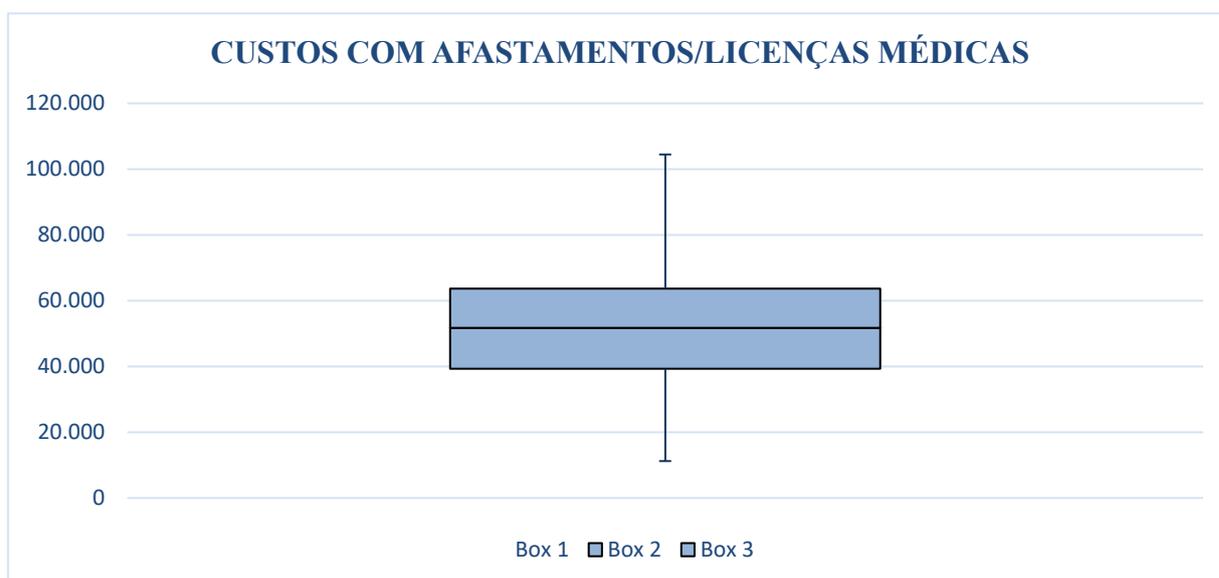
Fonte: A autora, 2019.

No ano de 2017, constata-se uma mudança de meses, pois no ano analisado teve o mês de dezembro com menor custo com licença médica e afastamento correspondendo a um montante de R\$ 15.632,64 e com maior custo o mês de agosto com R\$ 77.541,43. O ano de 2018 diferenciado dos demais, o mês com menor custo com licença médicas e afastamento foi no mês de fevereiro com um montante de R\$ 19.886,16 e o mês junho com maior custo R\$ 75.279,66.

As Figuras 22, 23, 24 e 25 também destacam os custos anuais dos anos em estudo que foram R\$ 669.824,43 em 2015, R\$ 694.600,37 em 2016, R\$ 591.387,44 em 2017 e em 2018 os gastos foram de R\$ 530.196,46.

Por fim, o custo médio anual dos professores do ensino fundamental I do Município de Boa Vista/RR, afastados por licenças médicas foi de R\$ 621.505,00.

Figura 26 – BOXPLOT dos custos monetário com afastamentos/ licenças médicas concedidas aos professores do ensino fundamental I, do município de Boa Vista/RR.



Fonte: A autora, 2019.

A Figura 26 mostra a mediana dos custos dos anos de 2015 de R\$ 52.754,00 2016 de R\$ 62.745,00, 2017 R\$ 50.726,00 e 2018 R\$ 43.923,00. O 1IQR de 2015 (34047,5), 1IQR de 2016 (47634), 1IQR de 2017 (34858,5), 1IQR de 2018 (27205,25), o 2IQR de 2015 (52754), 2IQR de 2016 (62745), 2IQR de 2017 (50726), 2IQR de 2018

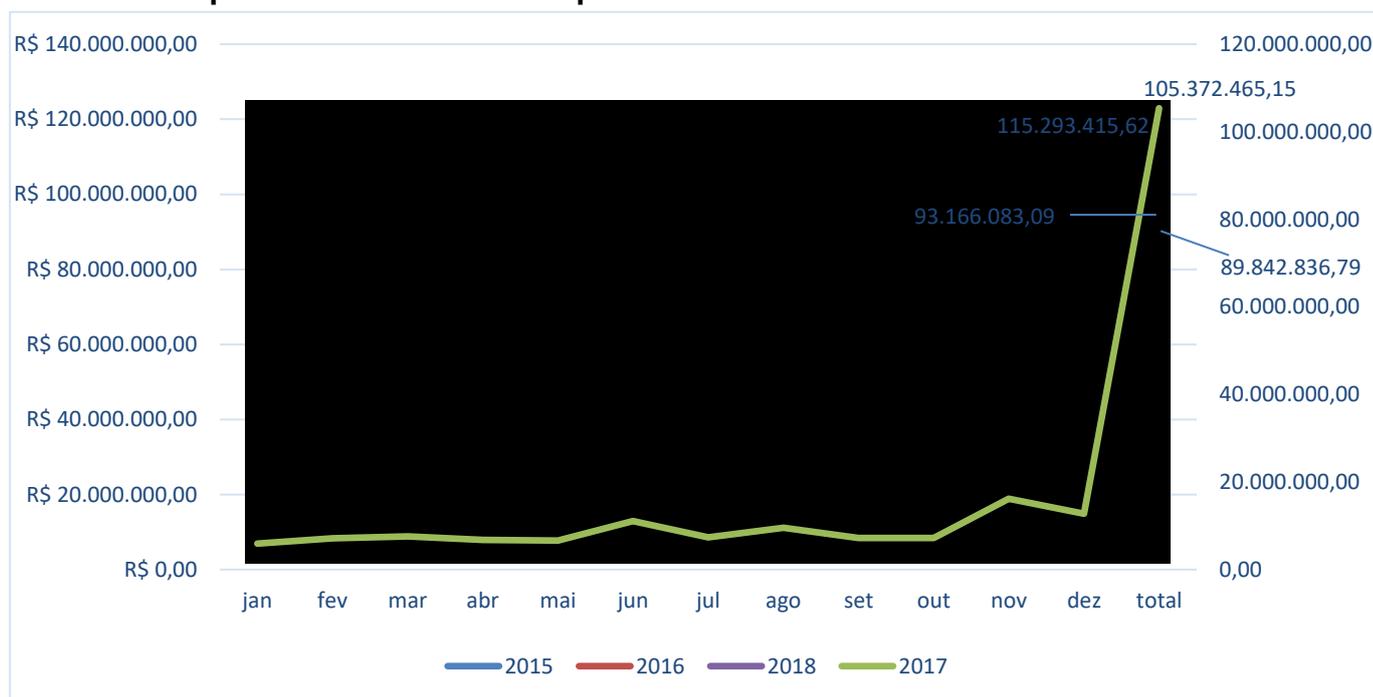
(43923), o 3IQR de 2015 (76743,25), 3IQR de 2016 (69206,5), 3IQR de 2017 (62582), 3IQR de 2018 (56867,5).

As médias em 2015 de R\$ 55.818,00, 2016 de R\$ 57.883,00, 2017 de R\$ 49.283,00 e 2018 de R\$ 44.186,00. O desvio padrão de 27617,60444 em 2015, 17536,19297 em 2016, 17474,5912 em 2017 e 18666,87932 em 2018.

4.5 Resultado da Análise do Impacto Orçamentário

A Figura 27 demonstram os valores repassados pelo Governo Federal a Prefeitura Municipal de Boa Vista/RR, para pagamento de professores. Esses repasses são efetuados mensalmente ao programa FUNDEB, através desses repasses, foi possível avaliar o impacto orçamentário.

Figura 27 - Série Histórica do Montante de Recursos em Reais Repassados pelo FUNDEB ao Município de Boa Vista - RR entre 2015 e 2018



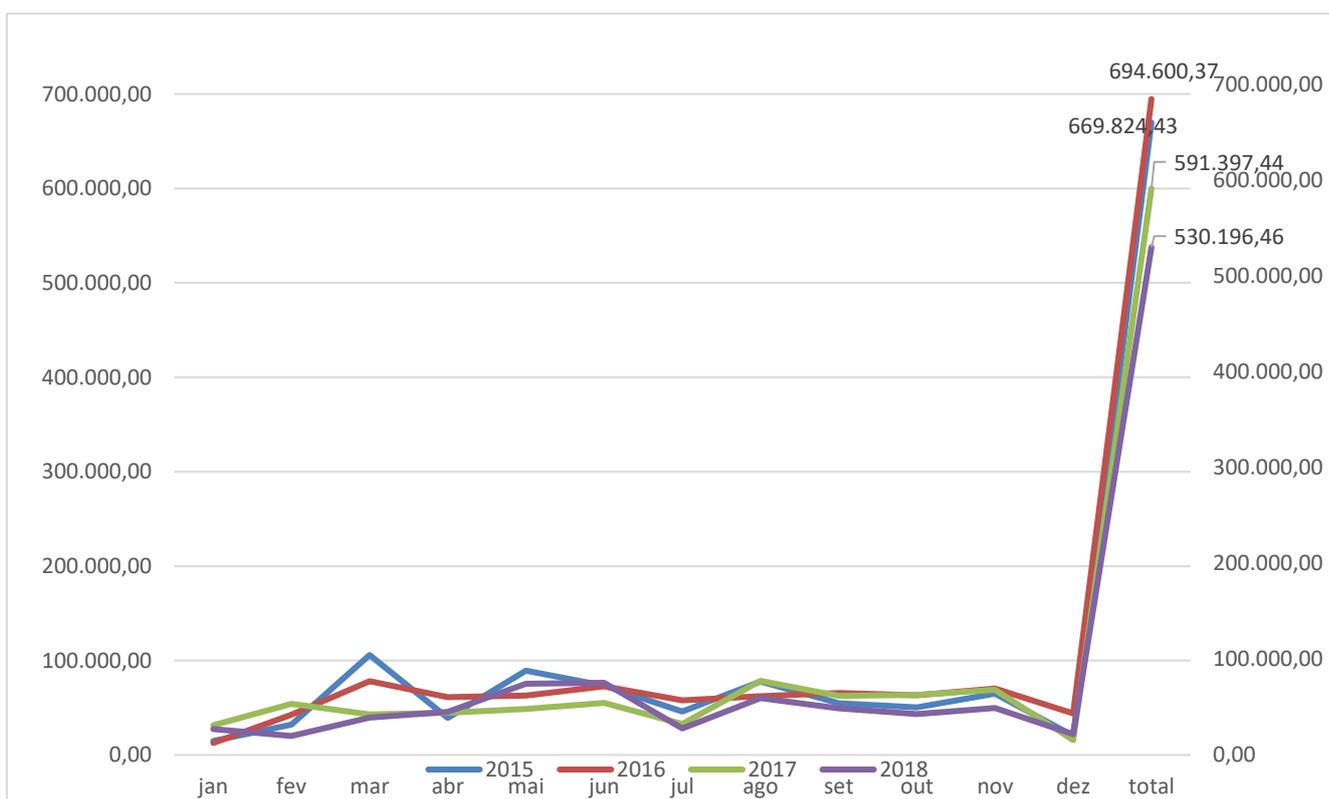
Fonte: A autora, 2019.

Constata-se nos anos de 2015 a 2018 que o repasse do FUNDEB foi significativo para o Município de Boa Vista/RR e de fundamental importância para o desenvolvimento da educação e valorização dos professores. É importante ressaltar que o FUNDEB é para garantir um mínimo de qualidade das oportunidades educacionais em todas as escolas brasileiras.

O FUNDEB teve uma variação positiva ente os anos de 2015 a 2018, em 2015 contou com um montante de R\$ 89.842.836,79 para pagamento de professores, em 2016 esse valor superou em aproximadamente 3.7% e de R\$ 93.166.083,09, em 2017 contou com R\$ 105.372.465,15 tendo um aumento aproximado de 13% e em 2018 o município de Boa Vista/RR contou com um montante de R\$ 115.293.415,62 tendo um aumento de aproximadamente de 9.5%.

A Figura 28 demonstram os gastos com professores do ensino fundamental I do Município de Boa Vista/RR que se encontravam de licença médicas e afastamento por motivo de doença, no período compreendido entre 2015 a 2018.

Figura 28 - Série Histórica dos Gastos em Reais com Afastamentos de Professores do Ensino Fundamental I, no Município de Boa Vista - RR entre 2015 e 2018



Fonte: A autora, 2019.

A Figura 28 demonstra os gastos que o Município de Boa Vista/RR teve com os professores do ensino fundamental I nos anos de 2015 a 2018. Podemos Observar-se que no ano de 2015 o mês que menos gastou com licenças médicas foi fevereiro com um montante de R\$ 30.671,87 e com maior gasto foi outubro com um montante de R\$ 2.086.365,90.

Enquanto o ano de 2016 o mês que menos gastou foi janeiro com um montante de R\$ 17.563,03 e o mês de março com maior gasto com um montante de R\$ 320.405,44.

Em relação ao ano de 2017 o mês que menos houve despesas com licenças médicas e afastamento foi em dezembro com um valor correspondente de R\$ 30.777,71 e o mês com mais gasto foi o mês de agosto com um valor R\$ 97.616,21.

E, o ano de 2018 em dezembro o gasto com licenças médicas e afastamentos foi de R\$ 27.355,29 e mês de julho um total de R\$ 562.594,87 caracterizando o mês com maior gasto com licenças médicas e afastamentos.

Tabela 08 - Medidas de tendência central e dispersão dos Gastos com licenças médicas e afastamentos dos professores do ensino fundamental I, do município de Boa Vista/RR entre os anos de 2015 a 2018.

Ano	2015	2016	2017	2018
Mediana	109.349,63	133.158,92	72.653,33	66.865,71
Desvio Padrão	574098,277	71253,60452	18589,64041	145678,1027
Média	91.001			
1IQR	68312			
2IQR	91001			
3IQR	127205,75			

Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Após a visão dos custos monetários gerais causados pelos afastamentos por licenças médicas dos professores do ensino fundamental I do município de Boa Vista/RR, faz-se necessário pensar no Gasto Total gerado por esses afastamentos/licenças médicas.

A Tabela 8 mostra a mediana dos gastos dos anos de 2015 de R\$ 109.349,63, 2016 de R\$133.158,92, 2017 R\$ 72.653,33 e 2018 R\$66.865,71. O desvio padrão de 2015 (574098,277), 2016 (71253,60452), 2017 (18589,64041) e 2018 (145678,1027). A média (91.001), o 1IQR (68312), 2IQR (91001) e 3IQR (127205,75).

A Tabela 09 demonstra os gastos com as licenças médicas e afastamentos dos professores do ensino fundamental I, foi calculado o percentual de gasto total do orçamento com folha de pagamento FUNDEB 60% destina exclusivamente para pagamento de professor.

Tabela 09 – Análise do impacto orçamentário dos gastos do total de dias de absenteísmo dos professores do ensino fundamental I do município de Boa Vista/RR entre os anos de 2015 a 2018.

Ano	Repasse FUNDEB 60% Orçamento com folha de pagamento	Gasto com Licenças Médicas e Afastamento do professores do Ensino Fundamental I	Impacto no Orçamento
2015	89.842.836,79	3.609.365,79	4,01%
2016	93.166.083,09	1.639.855,82	1,76%
2017	105.372.465,15	832.397,36	0,78%
2018	115.293.415,62	1.271.374,3	1,10%
Mediana	99.269.274,12	1.455.615,06	-
1IQR	90.673.648,37	942.141,60	-
2IQR	99.369.274,12	1.455.615,06	-
3IQR	112.863.178,00	3.116.988,30	-
Média	100.968.700,16	1.838.248,32	-
Desvio Padrão	11705522,83	1226009,65	-

Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Em relação aos gastos com as licenças médicas e afastamentos dos professores do ensino fundamental I, tem-se o ano de 2015 com o maior gasto com licenças médicas e afastamentos somando R\$ 3.609.365,79, dando o maior impacto orçamentário associado aos dias de licenças médicas e afastamentos dos professores do ensino fundamental I do município de Boa Vista/RR, representando um impacto orçamentário de 4,01%.

Em contrapartida, o ano de 2017 representou o de menor impacto orçamentário associado aos gastos com as licenças médicas e afastamentos dos professores do ensino fundamental I, os R\$ 832.398,16 com dias de trabalho perdido por licenças médicas e afastamentos representam 0,78% do repasse do FUNDEB destinado a pagamento de professores.

Somados os quatro anos analisados, o impacto orçamentário gerado pelas licenças médicas e afastamentos representou um total de 1,82% do repasse do FUNDEB 60%, destinado para pagamento de professores.

SEÇÃO 5 – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

5.1 Impacto Orçamentário Relacionado aos Afastamentos dos Professores do Ensino Fundamental I

O professor do ensino fundamental I exerce uma das profissões mais estressantes devido as jornadas de trabalho dupla ou até tripla, o ritmo intenso e as variáveis que influenciam em sua vida profissional. As várias circunstâncias do cotidiano da sala de aula têm como consequência fatores físicos e psicológicos, gerando problemas de saúde, podendo acarretar o aumento nos índices dos afastamentos dos professores e conseqüentemente o número de licenças médicas.

Na pesquisa bibliográfica pode-se identificar a existência de muitos estudos que tratam a questão das licenças médicas e dos afastamento dos professores do ensino fundamental I, no entanto, nenhum desses estudos abordam o impacto orçamentário, principalmente abordando os afastamento dos professores na perspectiva da saúde do trabalhador, corroborando com a magnitude dos números de dias perdidos ocasionados pelo adoecimento dos professores ou ainda, estudando os fatores relacionados a sua ocorrência.

Dos 676 prontuários analisados dos professores afastados por motivo de doença de suas atividades laborais da rede municipal de ensino, nos anos 2015 a 2018, somaram um total de 53.473 dias de trabalho perdidos, se analisamos o custo real das licenças médicas e afastamentos concedidos aos professores do ensino fundamental I, do município de Boa Vista/RR somaram em 2015 R\$ 669.820,43, em 2016 R\$ 694.600,37, em 2017 R\$ 591.397,44 e em 2018 R\$ 530.196,46.

As licenças médicas e os afastamentos dos professores do ensino fundamental I geraram um gasto em 2015 R\$ 3.609.365,70, em 2016 R\$ 1.639.855,82, em 2017 832.397,36 e em 2018 1.271.374,3, é possível questionar as dificuldades em implementação de medidas de prevenção e promoção à saúde dos professores, se analisamos a mediana dos gastos tivemos em 2015 R\$ 109.349,63, em 2016 R\$ 133.158,92, em 2017 R\$ 72.653,33 e em 2018 R\$ 66.865,71 e como desvio padrão dos gastos em 2015 (574098,277), em 2016 (71253,60452), em 2017 (18589,64041) e em 2018 (145678,1027).

Esses valores representa um impacto orçamentário no repasse do recurso dos 60% do FUNDEB destinado a pagamento exclusivamente de professores, em 2015 (4,01%), em 2016 (1,76%), em 2017 (0,78%) e em 2018 (1,10%), percebe-se que é um gasto significativo quando comparado com a implementação de medidas de prevenção e promoção voltadas para diminuição de licenças médicas e afastamentos entre os professores do ensino fundamental I.

Destaca-se que a mediana do repasse do FUNDEB foi de R\$ 99.269.274,12 e o desvio padrão de 11679701,59, nessa perspectiva a mediana dos gastos foi de R\$ 1.455.615,06 e o desvio padrão de 1226009,65 dos professores de licença médicas e afastamentos dos anos de 2015 a 2018.

Entende-se como imprescindível pensar em estratégias que possam maximizar as ocorrências de licenças médicas e afastamentos em geral, priorizando as patologias que causam maior adoecimento nos professores. Nessa análise destaca-se ações prioritárias referente aos problemas de saúde relacionados como psiquiátricos, cirúrgicos, Disfonia e Ginecológicos.

O elevado número de licenças médicas e afastamentos geram 4 tipos de impacto: o orçamentário, o social, no aluno e no próprio professor. Os altos custos e gastos associados as licenças médicas e afastamentos trazem grandes perdas financeiras a administração pública municipal.

5.2 Análise dos Afastamentos dos Professores do Ensino Fundamental I nas Escolas Municipais no Município de Boa Vista/RR

Percebe-se que a Zona Oeste que engloba 71,9% das escolas, o centro com 1,7% das escolas, a Zona Leste com 1,6% das escolas, a Zona Norte 6,6% das escolas, a Zona Sul com 4,1% das escolas, a Região Norte 1,6% das escolas, a Região Leste 10,7% das escolas e a Região Oeste 1,6% das escolas.

Pelos dados anteriormente apresentados nas figuras 18,19, 20, 21 e 22, no bairro centro tivemos a Escola Municipal Aquilino da Mota Duarte com 59,09% dos seus professores de licença médica ou afastados, na região leste tivemos a Escola Municipal Arco Íris com 50% dos seus professores de licença médica ou afastados, na região norte tivemos a Escola Municipal Vovó Clara com 53% dos seus professores de licença médica ou afastados, a região oeste se destacaram algumas escolas como

a Escola Municipal Cunhatã Curumin com 100%, Escola Municipal Doutor Sílvio Leite, 66,6% Jânio da Silva Quadros com 66,6% e a Escola Municipal Hilda Franco de Souza com 66,6% dos seus professores de licença médica ou afastados e a região sul destacasse a Escola Municipal Frei Artur Agostini com 62,86% dos seus professores se encontravam de Licença médica/afastamento nos anos de 2015 a 2018.

Costa (2017), em um estudo realizado nas regiões de Ribeirão Preto, com professores do ensino fundamental I, aponta que a Região Norte engloba 40% das escolas que mais apresentaram licenças médicas, Região Leste 35%, Região Oeste 21% e Região Sul 4%.

5.3 Principais Causas de Afastamento por Motivo de Doença dos Professores do Ensino Fundamental I do Município de Boa Vista/RR

Considerando-se as tabelas apresentadas foi possível calcular o total de dias dos afastamentos entre 2015 a 2018 dos professores do ensino fundamental que totalizou 53.473 dias.

Ainda assim, grande parte das investigações indicam alta relevância dos problemas de transtornos mentais e comportamentais na realidade dos professores do ensino fundamental I, indicando ser este o problema que mais remete a saúde dos professores do ensino fundamental, médio e superior (ZAPONI, VALENÇA, 2009; SOUSA, 2013; CARVALHO, 2014; LEITE, 2014; SILVA, 2014; OLIVEIRA, 2015).

Percebe-se que as licenças médicas e os afastamentos dos professores geram duas possibilidades: os alunos ficam sem aula ou a Secretaria municipal de Educação aumenta os gastos para contratação de professores substitutos.

Os motivos das licenças médicas e afastamento que mais afastaram professores do ensino fundamental I do município de Boa Vista/RR, destaca-se os 47% (n=316) Psiquiátricos, 16% (n= 103) Cirúrgicos, 13% (n=85) Ortopédicos, 4,0% (n=27) Disfonias, 4,0% (n=25) Ginecológicos, 2% (n=13) Cardiológico, 1% (n=6) Neurológico e 13% (n=86) Outros.

Considerando-se o grande volume de dados apresentados selecionou-se os motivos de licenças médicas e afastamento com a maior número de professores do ensino fundamental I do município de Boa Vista/RR.

Os resultados análogos foram localizados no município de Ribeirão Preto/SP, onde as causas que mais afastaram professores do ensino fundamental I foram relacionados aos transtornos mentais e comportamentais (68,97%), Doenças do Aparelho Respiratório (53,87%), doenças do Aparelho Digestivo (38,28%) e fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde (92,19%) (COSTA, 2017).

Alves (2016), em um estudo realizado no município de São Paulo com professores do ensino fundamental, aponta o quantitativo que mais afastaram os docentes por doenças relacionadas por, transtornos mentais e comportamentais (34,8%), Doenças do Aparelho Respiratório (10,8%), doenças do Aparelho Digestivo (16%) e fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde (21%).

Ainda assim, grande parte das investigações indicam alta relevância dos problemas de transtornos mentais e comportamentais na realidade dos professores do ensino fundamental, indicando ser este o problema que mais remete a saúde dos professores do ensino fundamental, médio e superior (ZAPONI, VALENÇA, 2009; SOUSA, 2013; CARVALHO, 2014; LEITE, 2014; SILVA, 2014; OLIVEIRA, 2015).

5.4 Dados Sociodemográficos

Segundo informação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura-SMEC, de acordo com a Superintendência de Administração de Gestão de Pessoas o quadro de professores do ensino fundamental I é composto por 3.228 professores, sendo 2.679 professores efetivos em exercício, 83 professores celetista (temporários), 363 professores afastados por licenças médicas, 42 professores readaptados definitivamente e 40 professores em processo de readaptação (readaptados temporariamente).

Os resultados obtidos desta pesquisa mostram que a predominância do sexo nas ocorrências de licenças médicas dos professores do ensino fundamental I do município de Boa Vista/RR são do sexo feminino.

Várias pesquisas demonstram a predominância do sexo feminino exercendo o magistério uma característica da própria profissão e um reflexo da sociedade (PERROT,2005; ROCHA; FERNANDES, 2008; BRANCO et al, 2011; LEÃO, 2015; COSTA 2017).

O início de uma trajetória se dá pelo ingresso do sexo feminino nas primeiras escolas de letras, marcando o brotar do sexo feminino na vida pública, com muitas lutas e conquistas desse gênero para a sociedade.

O mundo vem passando por quebra de paradigmas, padrões e estereótipos, onde o exercício da docência em níveis mais elevados eram destinados para o sexo masculino e a educação infantil e ensino fundamental eram destinados ao sexo feminino, pelo fato da maternidade ser uma extensão da docência ou a escola uma extensão do lar, confundindo a identidade de professora com o papel de tia (FREIRE,1997).

A presença do sexo feminino na profissão docente, vem se efetivando nos mais vários níveis de ensino, pelo fato que o gênero feminino se reconhece como professora e vivência a profissão de docência (OLIVEIRA, 2011).

Analisando em particular a profissão docente feminino, percebe-se uma dupla jornada de trabalho, com cuidar dos afazeres domésticos, acompanhar e atender filhos. Também não podemos esquecer do tempo de locomoção para o trabalho, há professores que trabalham em 3 (três) escolas distintas, em geral o trabalho docente precisa tem um equilíbrio emocional em relação aos seus próprios sentimentos, assim podem administrar a tensão, ansiedade e o estresse diário, nesta dupla ou tripla jornada de trabalho. Na verdade, o trabalho docente é uma verdadeira batalha interna e externas, advindas da família, do meio social, do trabalho, da escola, dos amigos e do ambiente (THIELLE, AHLERT; 2017).

Em relação à média de idade dos docentes, alguns estudos apontam que as licenças médicas dos docentes com idade de 24 a 55 anos ocorrem em 65% dos afastamentos (Carvalho, 2014); 20 a 30 anos em 58,2% das licenças médicas (Sousa, 2013); 31 a 57 anos em 69% dos afastamentos (Provenzano; Sampaio, 2010) e com idade entre 31 a 40 anos, com 58,2% do total de afastamentos (ALVES, 2016).

Este estudo encontrou a taxa de absenteísmo dos professores do ensino fundamental I do município de Boa Vista/RR, entre os anos de 2015 a 2018 um percentual de 50.5% em 2015, 41% em 2016, 40% em 2017 e 35,8% 2018, respectivamente entre 31 a 40 anos.

As altas taxa de absenteísmo dos professores do ensino fundamental I nas escolas públicas é um dos fatores que impactam fortemente na péssima qualidade do ensino. Segundo o resultado da pesquisa da Prova Brasil 2017, o alto índice de faltas dos docentes dificulta o funcionamento das escolas nas redes municipais, há uma correlação entre o número de ausências e o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), quanto mais faltas, menor o IDEB, o maior prejudicado é o aluno em seu aprendizado (CAMARGO,2014).

Dados da Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SMEC mostram que cada professor do ensino fundamental I do município de Boa Vista/RR, falta em média 30 dias por ano totalizando 15% da carga anual letiva, o número pode ser ainda mais expressivo porque há dúvidas se todas as escolas computam as faltas dos docentes (SMEC, 2019). Hoje no município de Boa Vista/RR, 60% das ausências dos professores da sala de aula se dão por motivo de licenças médicas.

Este estudo encontrou os dados dos professores do ensino fundamental I do Município de Boa Vista/RR investigados nos anos de 2015 a 2018 possuem em média de tempo de serviço de 1 a 5 anos, correspondendo a 44% (n=184) em 2015, 35,7% (n=2013) em 2016, 46,2% (n=145) em 2017 e 40% (n=134) em 2018.

Deve-se destacar que não se tem estudos específicos, sobre o tempo de serviço e licenças médicas/afastamentos, alguns estudos apontam que a maior quantidade de afastamento ocorre entre 06 a 10 anos de serviço, com 64% dos afastamentos (ALVES,2016), 11 a 15 anos, com 55% dos afastamentos (PAULA, 2010; FERNANDES, 2019).

Não pode-se estabelecer uma relação entre tempo de serviço e faixa etária dos docentes, já que na profissão docente o ingresso sofre bastante variação de faixa etárias. Por exemplo um docente com 15 anos de docência, ingressou na carreira aos 20 anos de idade e um professor com 5 anos de docência ingressou na carreira de professor aos 30 anos de idade.

No município de Boa Vista/RR os dados revelam que no período estudado de 2015 a 2018, o tempo de serviço que os professores mais ficaram de licença foi de 1 a 5 anos de tempo de serviço, com faixas etárias bem variadas.

Vale ressaltar que as licenças médicas não afetam somente o professor do ensino fundamental I, na sua saúde física e mental. Esses afastamentos geram custo financeiros, causando um impacto econômico na administração pública municipal.

SEÇÃO 6 – CONCLUSÕES

6.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados a que chegamos, com base nos dados apurados, são importantes para que se considerem ações efetivas para melhor gestão dos recursos humanos e financeiros na primeira etapa do ensino básico que, por isso mesmo, é denominado fundamental I.

No escopo deste estudo, aponta que considerando o quadro funcional do município 90% dos docentes estão doentes, após o adoecimentos, os professores são reabilitados e readaptados para outras atividades.

O estudo trouxe uma reflexão importante como os investimentos econômicos (CUSTOS e GASTOS) investidos em cada um dos professores, que não trabalha mais como docentes; o prejuízo ao ensino e custos extras à gestão, que precisa criar estratégias para substituir docentes doentes ou adoecidos; o custo social às crianças, que ficam sem aula e sem “as tias/professoras”, a quem elas se apegam e confiam.

Os dados obtidos com a situação instalada, nos quatro anos pesquisados, assustam e preocupam:

ANO	TEMPO DE AFASTAMENTO
2015	18.528
2016	17.309
2017	9.184
2018	8.452
53.473	

Levando em consideração o contingente que compõe o público pesquisado e de acordo com as faltas e ou afastamentos por motivo de saúde, foram 53.473 dias de trabalho perdidos a um custo de R\$7.352.994,07.

Sabe-se que o professor, do ensino fundamental I notadamente, devido a sua jornada de trabalho (dupla ou até tripla), ao ritmo intenso e às diversas variáveis que intervêm em sua vida profissional, exerce uma das profissões mais estressantes, gerando problemas de saúde físicos e psicológicos, levando-o a se afastar de suas atividades pedagógicas.

Oferecer educação básica pública e de qualidade é de responsabilidade do município e do estado. Essa qualidade não se atinge com foco apenas no educando, o docente é parte primordial dessa e nessa equação.

O papel de gestor da educação, tanto a infantil quanto a primeira etapa do ensino básico, é do município, devendo primar por esse início de formação envidando todos os esforços para que ela se realize em sua plenitude como preconiza a LDB/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nesse contexto, e por causa disso, o gestor público deve conhecer as causas constantes das licenças médicas dos docentes e organizar esforços para dirimi-las de forma humanizada, tanto as faltas quanto o que as causa.

Certos de termos atingido os objetivos propostos, acreditamos que a presente tese, pelos dados levantados e sua consequente análise, será útil para conhecimento e consulta dos gestores e órgãos afins do município de Boa Vista e de todo o estado de Roraima para, caso queiram, atuem de forma a melhorar a saúde de seus docentes, aperfeiçoar os gastos e garantir mais qualidade ao processo ensino-aprendizagem.

As licenças médicas dos professores são um problema real que afeta diretamente o desempenho do aluno, a dinâmica escolar, o ambiente de trabalho e traz prejuízo financeiro ao erário público, comprometendo, inclusive, a qualidade da gestão pública.

Não objetivamos mensurar o Custo Social desses afastamentos, mas ele é real e pode ser apreendido a partir dos dados levantados, afinal 90% do corpo docente (conforme tabela 4) teve afastamento do trabalho por algum motivo de saúde. Tal fato promove defasagem na aprendizagem dos alunos, indisciplina e alteração afetiva no ambiente e frustra a expectativa de seus pais e da própria sociedade em relação ao que se espera da escola pública.

O adoecimento é preocupante para além dos dados estatísticos, que são imprescindíveis para diagnosticar um “sintoma” e propor estratégias que fortaleçam e ou promovam política pública de saúde adequada ao público estudado em consonância com o contexto em que está inserido. Ressalte-se que a maioria dos

afastamentos se deveu a causas psiquiátricas: em 2015, 93 docentes; em 2016, 81; em 2017, 71; e, por fim, em 2018, 71.

Acreditamos que não podemos parar por aqui; isto é: na coleta e análise de dados para fins estatísticos. Faz-se necessária uma agenda de ação, como compromisso nosso e que envolva a comunidade acadêmica, estudantes, município, estado e seus gestores.

Esta tese objetiva analisar o impacto orçamentário dos afastamentos por doenças dos professores efetivos do ensino fundamental I. Por causa de sua abordagem e objeto, ela não encerra o assunto; pelo contrário, abre novas perspectivas de abordagem para dar conta de problema tão complexo. De acordo com nosso olhar, entendemos a necessidade, para tratar de perspectivas futuras e fundamentais, de uma agenda de ação, considerando:

- ✓ Criar um evento sobre saúde do trabalhador docente, a partir da apresentação da tese na Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC;
- ✓ Criar conexões com as unidades de saúde, por meio de profissionais da saúde para visita domiciliar aos docentes doentes;
- ✓ Estabelecer um cronograma de discussão com os gestores para apresentar resultados e encontrar estratégias que possam amenizar o problema;
- ✓ Criar na UERR um núcleo de pesquisa para discussão e produção de conhecimento sobre gastos com a saúde (incluído docentes, discentes e funcionários);
- ✓ Criar nas escolas grupos de apoio a docentes, considerando o ambiente de ensino como espaço estressor e desencadeador de doenças;
- ✓ Estabelecer estratégias de ação, que evitem impacto negativo no processo de aprendizagem a alunos que ficam sem seus professores, notadamente os do ensino fundamental I.

Por fim, há que se destacar que o adoecimento, principalmente os de ordem mental, emocional e, provavelmente, espiritual, demanda ações objetivas para compreensão do motivo ou causa do porquê essa classe adoece (sem a ideia preconcebida de culpá-la ou à instituição), identificando que “gatilhos” socioemocionais são os seus disparadores. .

O ensino fundamental I fornece a alfabetização fundamental e as habilidades para as crianças desenvolverem sua compreensão do mundo. Tais habilidades, na sociedade em que estamos inseridos, ocupa lugar essencial, pois que são cruciais para o sucesso de uma estratégia educacional integradora. Por esse motivo, essa etapa da formação humana é obrigatória.

Ao buscar ampliar o olhar para as questões deste século e para sua compreensão, considerando as mudanças significativas nas comunicações, nos afetos, na família e no trabalho.

Pra finalizar, deixamos questões disparadoras de pesquisas futuras:

- ✓ Que situações estão presentes nas salas de aula?
- ✓ O que torna esse ambiente um causador desses adoecimentos?
- ✓ Que gatilhos foram disparados nos professores para que suas doenças escondidas aflorassem e afetassem seus corpos e mente?
- ✓ Quem cuida do ensino?
- ✓ Quem cuida dos docentes?

REFERÊNCIAS

- ALTHAUS, M. T. M; ZANON, D. P. **Didática**. Ponta Grossa: NUTEAD, p. 115. 2009.
- ALTHAUS, Maiza Taques Margraf. **Ação didática no Ensino Superior: à docência em discussão**. Revista Teoria e Prática da Educação, v.7, n.1., p.101-106, jan./abr. 2004.
- ALVES, Izabel de Lima. **A saúde do professor da rede municipal de São Paulo: Trabalho e meio ambiente**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação: História, Política, Sociedade. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2016.
- AMADO, E. **O trabalho dos professores do ensino fundamental: uma abordagem ergonômica**. 2000. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- AMARAL, A. **Aula universitária: um espaço com possibilidades interdisciplinares**. E: VEIGA, I. Pedagogia universitária: a aula em foco. Campinas: Papyrus, 2000.
- AMORIM, A. **Políticas públicas em educação, tecnologia e gestão do trabalho docente**. Salvador: EDUNEB, 2012.
- ANDRADE, Nilton Aquino. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**, 6º edição. Atlas, 2016.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. 3 ed. rev. e ampl. SP: Moderna, 2006.
- ASSUMPÇÃO, Márcio José. **Contabilidade aplicada ao setor público**. Curitiba: Ibpex, 2011.
- ASSUNÇÃO, Ada A. **Saúde e mal-estar do(a) trabalhador(a) docente**. In: seminário da rede latino-americana de estudos sobre trabalho docente - rede estrado, 7., 2009, Buenos Aires. Anais... Buenos Aires: Rede Estrado, 2009. CD-ROM.
- AZEVEDO, R. R. **Impressão na estimativa orçamentária dos municípios brasileiros**, 2013, 178f. Mestrado em Ciências Contábeis (Programa de Pós-graduação em Controladoria e Contabilidade). Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo, 2013.
- BAIÃO, Lidiane de Paiva; CUNHA, Mariano Rodrigo Gontijo. **Doenças e/ou disfunções ocupacionais no meio docente: uma revisão de literatura**. Revista Formação@Docente – Belo Horizonte – vol. 5, n o 1, jan/jun 2013.
- BARLOW, D. H.; DURAND, V. M. **Psicopatologia: Uma abordagem integrada**. 4. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
- BASTOS, A. B. B. **A escuta psicanalítica e a educação**. Revista Psicólogo informação, São Bernardo do Campo, ano 13, n. 13, p.91-98, jan./dez. 2009.

BASTOS, Josane Aparecida Quintão Romero. **O mal-estar docente, o adoecimento e as condições de trabalho no exercício do magistério, no ensino fundamental de Betim/MG**. Belo Horizonte, 2009.

BEZERRA FILHO, J. E. **Orçamento aplicado ao setor público: abordagem simples e objetiva**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BIRGIN, A. **La docência como trabajo: la construcción de nuevas pautas de inclusión y exclusión**. In: GENTILI, P.; F RIGOTTO, G. (Comp.). *La ciudadanía negada: políticas de exclusión en la educación y el trabajo*. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

BORSOI, Izabel Cristina Ferreira; PEREIRA, Flavillio Silva. **Professores do Ensino Público Superior: produtividade, produtivismo e adoecimento**. *Universitas Psychologica*. V. 12, N 4, Octubre-Diciembre. 2013.

BRANCO, C. J., SILVA, F. G., JANSEN, K. y GIUSTIR, P. H. Prevalência de sintomas osteomusculares em professores de escolas públicas e privadas do ensino fundamental. *Fisioter Mov*. 2011.

BRANDÃO, C.R. **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

BRANT, L. 2004. **Processo de transformação do sofrimento em adoecimento na gestão do trabalho**. Tese de doutorado. Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.

BRASIL, Amazonas. **Boa Vista da intendência à câmara municipal**. Boa Vista: Pró-Roraima, 2005.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL, **Decreto 6.253, de 13 de novembro de 2007**. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB regulamenta a Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República do Brasil*, Brasília, DF, 20 nov. 2007.

BRASIL, **Decreto nº 2.264, de 27 de junho de 1997. Regulamenta a Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996**, no âmbito federal, e determina outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 28 jun. 1997.

BRASIL, **EC 53, de 19 de dezembro de 2006**. Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais 84 Transitórias. *Diário Oficial [da] República do Brasil*, Brasília, DF, 20 jun. 2007. 49

BRASIL, Emenda **Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996**. Modifica os arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições constitucionais Transitórias. *Diário Oficial da União*, Brasília, 13 set. 1996.

BRASIL, **Lei n. 9.424, de 24 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de dezembro de 1996, p. 28442.

BRASIL, **LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964**. Disponível em: < <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4320-17-marco-1964-376590-normaatualizada-pl.pdf>. Acesso em 10 de julho de 2018.

BRASIL, **Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 dez. 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei 11.494**, de 20 de junho de 2007. Dispõe sobre a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica (FUNDEB). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm. Acesso em: 10 ago. de 2019.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNC_C_20dez_site.pdf. Acesso em: 22 de dezembro de 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos**. Resolução CNE/CEB nº 7, de 14 de dezembro de 2010. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 15 de dezembro de 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: Diário Oficial da União, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1998. 6. ed. atual até a Emenda Constitucional n.30/2000. Brasília, DF: Senado Federal, 2000. 512 p.

BRASIL. **Decreto nº 6.833, de 29 de abril de 2009**. Institui o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal - SIASS e o Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 30 abr. 2009.

BRASIL. Lei Darcy Ribeiro. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, DF, 23 dez. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 04 ago. 2019.

BRASIL. **Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008**. Regulamenta a alínea "e" do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 jul 2008. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L11.738.htm> Acesso em: 12 de maio 2019.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação (CNE). **Parecer CNE/CEB nº 9/2009**, aprovado em 2 de abril de 2009. Revisão da Resolução CNE/CEB nº 3/97, que fixa Diretrizes para os novos Planos de Carreira e de Remuneração para o Magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Brasília, 2009a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb009_09.pdf. Acesso em: 10 de ago. de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit_e.pdf. Acesso em: 20 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação**. Relatórios do Fundeb 2008. Disponível em: http://www.fnde.gov.br/fnde_sistemas/siope/relatorios/. Acesso em: 20 jun. de 2019.

BRASIL. **Ministério da Previdência Social**. Acompanhamento mensal dos benefícios auxílios-doença acidentários concedidos, segundo os códigos da CID: 10 janeiro a junho de 2013. Brasília, DF, 2013. Disponível em: http://www.mpas.gov.br/arquivos/office/1_130724-092419-743.pdf. Acesso em: 26 jun. 2018.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de contabilidade aplicada ao setor público**: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios/Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional. 6. ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Subsecretaria de Contabilidade Pública. Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação, 2014. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/mcasp1>. Acesso em 3 de mar. de 2019.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de contabilidade aplicada ao setor público: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios/Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional**. 6. ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Subsecretaria de Contabilidade Pública. Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação, 2014. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/mcasp1>>. Acesso em 10 de julho de 2018.

BUENO, José Hamilton. **Autodesenvolvimento para a empregabilidade: sobrevivendo e prosperando numa sociedade sem empregos** - São Paulo: Ltr, 1996. P. 255.

CALEFFE, Luiz G; MOREIRA, Herivelto, **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. 2 ed. – Rio de Janeiro: Lamparina, 2012.

CALLEGARI, Cesar (org.). **O FUNDEB e o Financiamento da educação pública no Estado de São Paulo**. 6ª Edição atual. e ampliada. São Paulo: Aquariana: IBSA:

APEOESP, 2011. Disponível em: <http://www.apeoesp.org.br/publicacoes/fundeb-sp/livro-o-fundeb-e-o-financiamento-da-educacao-publica-no-estado-de-sao-paulo/>. Acesso em: 23 de jun. de 2019.

CAMARGO, Paulo de. **O ENEM e o futuro do ensino médio**. Revista Educatrix. Ano 4, n. 6, Belenzinho, SP: Moderna, 2014.

CAMPOS, Maria Clara do Amaral. **O afastamento da sala de aula e o percurso profissional de professores de uma escola da rede estadual de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 2009.

CARVALHO, Ana Carolina da Costa. **Trabalho docente e adoecimento de professores do ensino fundamental em um município da Zona da Mata Mineira**. 85f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa, 2014.

CARVALHO, Antônio Vieira de; SERAFIM, Oziléa Clen Gomes. **Administração de Recursos Humanos**. São Paulo: Pioneira, 1995, v. 2.

CARVALHO, Deciane Pintanela. **A produtividade versus carga de trabalho**. Ver. Esc. Enferm. USP, 2017.

CARVALHO, L. S. F. et al. **Motivos de afastamento por licença de saúde dos trabalhadores de enfermagem**. Cienc. Cuid. Saúde. 2010.

CARVALHO, M. F. S. **Gestão de Pessoas**: Implantando qualidade de vida no trabalho sustentável nas organizações. Revista Científica do ITPAC, Araguaína, v.7, n.1, Pub.6, jan. de 2014.

CASTRO, de Ralph; FREITAS, Cinara Aline de. **Saúde do professor**: um olhar para o Brasil e para os servidores da rede municipal de ensino de Uberaba-MG. 2015.

CATAPAN, Anderson; BERNARDONI, Doralice Lopes; CRUZ, Alisson Westarb. **Planejamento e orçamento na administração pública**. Curitiba, Intersaberes, 2013.

CMBV – CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA. Edital do Processo Seletivo Simplificado de nº 001/2018. **Convocação de Pedagogos**. Boa Vista. Prefeitura Municipal de Boa Vista. ano 8. n 1. 9 de agosto de 2019. Disponível em: <http://www.ipero.sp.gov.br/wp-content/uploads/2018/01/EDITAL-COMPLETO-PSS-001-2018.pdf>. Acesso em: 10 de ago. de 2019.

CODÓ, W. **Educação: carinho e trabalho**. Vozes. Petrópolis: Rio de Janeiro, 1999.

CODÓ, W. **Indivíduo, trabalho e sofrimento: uma abordagem interdisciplinar**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

CODÓ, W., & Gazzotti, A. A. (1999). **Tabalho e afetividade**. Em W. Codo (Org.) **Educação: carinho e trabalho** (pp. 48- 59). Petrópolis: Vozes.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. **Manual de procedimentos contábeis e prestação de contas das entidades de interesse social**. 2. ed. Brasília: CFC, 2004. Disponível em:

http://www.cfc.org.br/uparq/Livro_ManualFundacoes2ed.pdf. Acesso em: 06 jun. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 1.121**, de 28 de março de 2008. Aprova a NBC T 1 – Estrutura Conceitual para a Elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis. Disponível em: <http://www.cfc.org.br>. Acesso em 05 jul. 2019.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/BOA VISTA-RR. **Resolução nº 07/2001 – CME/BV**. Disponível em: <http://www.boavista.rr.gov.br>. Acesso em: 15/07/2018.

CORTEZ, Pedro Afonso; SOUZA, Marcus Vinícius Rodrigues de; AMARAL, Laura Oliveira; SILVA, Luiz Carlos Avelino da. **A saúde docente no trabalho: apontamentos a partir da literatura recente** Cad. Saúde Colet., 2017, Rio de Janeiro.

COSTA, C.W.G.S. **Fatores estressores no ambiente de trabalho docente: Uma investigação em uma Universidade Privada**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

COSTA, Raquel Amélia. **Absenteísmo por doenças em docentes do ensino fundamental. 2017**. 80p. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Organização de Saúde da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/USP.

COSTA, S. M. **A influência dos recursos tecnológicos no processo de ensino aprendizagem**. 2014. 43f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Sousa, 2014.

DAMM FORATTINI, Cristina; LUCENA, Carlos. **Adoecimento e sofrimento docente na perspectiva da precarização do trabalho**. Laplage em Revista, v. 1, N 2, p. 32-47, 2015.

DEJOURS, C. **O fator humano**, Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1997.

DELCHIARO, E.C. **Gestão escolar e absenteísmo docente: diferentes olhares e diversas práticas - validação de uma experiência na rede municipal de São Paulo**. São Paulo, 2009. 206f. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica, PUC.

DELCOR, N.S. et al. **Condições de trabalho e saúde dos professores da rede particular de ensino de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil**. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 187-203, 2004.

DRUMMOND M.F, STODDART G.L, SCULPHER M.J, TORRANCE G.W, O'BRIEN B.J. **Métodos para avaliação econômica de programas de saúde**. 4 a. Oxford University Press; 2015.

DUARTE, Camila Carvalho; PRUDENTE, Henrique Alckmin. **O impacto da dupla jornada dos docentes de Ensino Superior na Geração do Estresse**. Revista de Administração do UNIFATEA – RAF. V. 13, N. 13, p. 6-188, jul./dez., 2016.

DWORAK, Ana Paula; CAMARGO, Bruna Caroline. **Mal-estar docente: um olhar dos professores.** 2017. http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24871_12773.pdf. Acesso em 26 de Setembro de 2018.

ESTEVE, J. M. **Mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores.** São Paulo: Edusc, 1999.

FERNANDES, Anoel. **Condições de trabalho e formação de professoras atuantes no ciclo I do ensino fundamental.** Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação: História, Política, Sociedade. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2019.

FERREIRA, Michelle Karen de Brunis. **As novas configurações da Gestão Pública: comunicação, conhecimento e pessoas.** Unesp. São Paulo. 2012. Disponível em: <http://www4.faac.unesp.br/publicacoes/anais-comunicacao/textos/34.pdf>. Acesso em: 22 de ago. de 2019.

FIGUEIREDO, Jucinara Fagundes. **Motivação e produtividade no trabalho: um estudo de caso na Empresa Tabacaria e Presentes.** Brasília, DF. 2016.

FREIRE, Paulo. Professora sim, tia não. São Paulo: Olho d' Água, 1997

FREITAS, Cinara Aline de; CASTRO, Ralph de. **Saúde do professor: um olhar para o Brasil e para os servidores da rede municipal de ensino de Uberaba-MG.** Anais do XII Congresso Nacional de Educação (EDUCERE). Curitiba – PR. 2015.

FRREITAS, Aimberê. **A História Política e Administrativa de Roraima de 1943 a 1985.** Manaus: Editora Umberto Calderaro Ltda. 1993.

GAETANI, Francisco; GONÇALVES, Maria Beatriz Ribeiro de Oliveira; BUVINICH, Manuel. **Orçamento público: entendendo tudo.** Brasília: Unicef; Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2000.

GALDINO, L. K A.; SILVA, E. V.; GORAYEB, A.. **Espaço e tempo na Amazônia Setentrional: a gênese da formação territorial do Estado de Roraima.** Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas <https://periodicos.unifap.br/index.php/planeta> ISSN 2177-1642 Macapá, n. 9, p. 133-146, 2017

GASPARINI, Sandra Maria; BARRETO, Sandhi Maria; ASSUNÇÃO, Ada Ávila. **O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 189-199, maio/ago. 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Metodologia do ensino superior.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GIMENES, E. R.; LEONARDO, V. S. Transparência na prestação de contas por entidades do Terceiro Setor: **Obrigação Fiscal e Social.** Revista Técnica do

Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p.22-35, 2009.

GOUVÊA, Leda Aparecida Vanelli. **As condições de trabalho e o adoecimento de professores na agenda de uma entidade sindical**. Saúde Debate. Rio de Janeiro. V. 40. N 111, p. 206-219, Out-Dez. 2016

HANZELMANN, Renata da Silva. **Ambiente de trabalho versus estresse ocupacional em professores do ensino fundamental I. 2017**. 113 p. Tese (Doutorado em Biociências e Enfermagem) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, Rio de Janeiro.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo de 2010/2017**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 05 mai. 2019.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Avaliação Nacional da Alfabetização**. Distrito Federal. Acesso em 03 de junho de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS – IBGE
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/boa-vista/historico>

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DE RORAIMA - IFRR. Proposta do Campus Zona Oeste de Boa Vista – RR. 2011. Disponível em: http://wilikit.ifrr.edu.br/index.php/publicacoes/doc_download/1061-proposta-do-campus-zona-oeste-boa-vista/. Acesso em 20/12/2016.

LAPO, Flavinês Rebolo; BUENO, Belmira Oliveira. **Professores, desencanto com a profissão e abandono do magistério**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, nº118, p.65-88 Mar. 2007.

LEÃO, A. L. M. et al. **Absenteísmo-doença no serviço público municipal de Goiânia**. Rev. Bras. Epidemiol., v. 18, n. 1, p. 262-77, jan./mar., 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepid/v18n1/1415-790X-rbepid-18-01-00262.pdf>. Acesso em: 27 de mar. 2017.

LEITE, M. P. **Condições do trabalho e suas repercussões na saúde dos professores da educação básica no Brasil – Estado da Arte**. Departamento de Ciências Sociais na Educação / Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2014.

LUCARELLI, E. Pedagogia Universitária e Inovação. In: CUNHA, Maria Isabel (org.). **Reflexões e práticas em pedagogia universitária**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2007.

MACAIA, Amanda Aparecida Silva. FISCHER, Frida Marina. **Retorno ao trabalho de professores após afastamentos por transtornos mentais**. Saúde Soc. São Paulo, v.24, n.3, p.841-852, 2015.

MAHER, Terezinha Machado. **Formação de professores indígenas: uma discussão introdutória**. In: GRUPIONI, Luis Donizete Benzi. Formação de

professores indígenas: repensando trajetórias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MAZON, Gisele. **O processo de desenvolvimento de capacidades dinâmicas em resposta ao ambiente institucional a partir de práticas de governança dinâmica em universidade do sistema acafe**. Tese de Doutorado em Administração (Universidade do Vale do Itajaí), 2017.

MELEIRO, A. M. A. S. O stress do professor. In: **O stress do professor**. Marilda Lipp (org.). 7ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2012, p.15-19.

MENDONÇA, Henrique. **Qualidade de vida no trabalho de professores da Rede Estadual de Educação de Minas Gerais**. Universidade Federal de Lavras, Lavras-MG. 2016

MENESES, A. R.. **GEOGRAFIA DA NOITE: ESPAÇOS DE LAZER NOTURNO EM BOA VISTA- RORAIMA**. Dissertação de Mestrado, UFRR -2017.

MENEZES, I. **Intervenção comunitária: uma perspectiva psicológica**. Porto: Livpsic/ Legis Editora, 2010.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editoria, 2012.

MINAYO, M.C.S,1997. **Violência, direitos humanos e saúde**, pp. 247-260. In AM Canesqui (org). *Ciências sociais e saúde*. Hucitec-Abrasco, São Paulo-Rio de Janeiro.

MINAYO, M. C. S. **Saúde e doença como expressão cultural**. In: AMÂNCIO FILHO, A.; MOREIRA, M. C. G. B. (Orgs.). *Saúde, trabalho e formação profissional*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997. p. 31-9.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz G. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2012.

MORENO, Leonel de Alencar; DIAS, Maria Aparecida Florêncio; SARDÁ JUNIOR, Jamir; DOMINGOS DIAS, Israel. **Prevalência de doenças ocupacionais em professores de uma instituição de ensino superior do Vale do Itajaí-SC**. Revista Brasileira de Tecnologias Sociais, v.3, n.1, 2016: 10.14210/rbts.v3.n1.p3-14.

MOTA, F. G. L. **Contabilidade aplicada ao setor público**: 1. ed. Brasília, 2009.

NACIF, C. V. L. **O desafio dos conselheiros do Fundeb**: hora da mudança do jogo no controle social. 2010. 90 f. Monografia (Especialização em Educação Fiscal e Cidadania) – Escola de Administração Fazendária, Diretoria de Educação, Brasília, DF, 2010.

NASCIMENTO, E. R. **Gestão pública**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

NASCIMENTO, Wendel Juan Figueira do; JÚNIOR, Antônio Carlos Ribeiro Araújo. **Gestão do espaço urbano a partir do plano diretor: uma análise da zona oeste**

de Boa Vista-RR. ACTA Geográfica, Boa Vista, v.10, n.24, set./dez. de 2016. pp.34-52.

NEVES, M. Y. **Trabalho docente e saúde mental: a dor e a delícia de ser (tornar-se) professora**. 1999. Tese - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

OLIVEIRA Dalila Andrade; GONÇALVES, Gustavo Bruno Bicalho; MELO, Savana Diniz Gomes; FARDIN, Vinicius; MILL, Daniel. **Transformação na organização do processo de trabalho docente e suas consequências para os professores**. Trabalho & Educação, Belo Horizonte, n11, p.51-65, jul/dez. 2012.

OLIVEIRA, Adão F. de. **Percalços da escola e desafios da educação**. Goiânia: Editora da UCG, 2007.

OLIVEIRA, Amanda da Silva Dias; PEREIRA, Maristela de Souza; LIMA, Luana Mundim de. **Trabalho, produtivíssimo e adoecimento dos docentes nas universidades públicas brasileiras**. *Psicol. Esc. Educ.*, Maringá, v. 21, n. 3, p. 609-619, dez. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141385572017000300609&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 12 mar. 2019. <https://doi.org/10.1590/2175-353920170213111132>.

OLIVEIRA, D. A. et al. **Transformações na organização do processo de trabalho docente e suas consequências para os professores**. Trabalho & Educação, Belo Horizonte, n. 11, p. 51-65, jul./dez. 2012.

OLIVEIRA, D.A. **Regulação educativa na América Latina: repercussões sobre a identidade dos trabalhadores docentes**. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 44, p. 209-227, 2006.

OLIVEIRA, D.A.; MELO, S.D. **Estudio de los conflictos en los sistemas educativos de la región: agendas, actores, evolución, manejo e desenlaces**. Santiago: LPP; UERJ; OREALC; UNESCO, 2004. (Relatório de estudo de caso do Brasil).

OLIVEIRA, Kelly Almeida de. **A construção cultural da identidade do/a pedagogo/a pelo currículo**. 2011. 70 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011.

OLIVEIRA, MARISE SOUZA DE. **Absenteísmo docente no sistema de educação do Estado do Rio de Janeiro**. 122f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública). Juiz de Fora, 2015.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **A condição dos professores: recomendação Internacional de 1966, um instrumento para a melhoria da condição dos professores**. Genebra: OIT/ Unesco, 1984.

PASSOS, C. **Desenvolvimento profissional do professor que ensina Matemática: uma meta-análise de estudos brasileiros**. Quadrante, Revista teórica e de investigação, Lisboa, v. 15, n. 1-2, p. 93-219, 2012.

PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira. **Pedagogia hospitalar na Pedagogia Social: reflexões teóricas**. In: Proceedings of the 3rd III Congresso Internacional de Pedagogia Social, São Paulo, p. 1-15, 2010.

PEREIRA, E. F. (2013). **Estresse relacionado ao trabalho em professores de Educação Básica**. *Ciência y Trabajo*, 16(51), 206-210. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-24492014000300013>. Acesso em: 13 de mar. de 2019.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005.

PINHEIRO, L. V. R. P. **Fontes ou recursos de informação: categorias e evolução conceitual**. *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia*. Rio de Janeiro, v.1, n.1, 2006.

PINTO, Alfredo A. G. **Gestão de Custos**. 2º ed. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

PMBV - Prefeitura Municipal de Boa Vista. SMEC - Secretaria Municipal de Educação e Cultura. **Dados de Atividade Docente. Dados relativos as faltas ao trabalho escolar**. 4 de fev. de 2019. Disponível em: <https://www.boavista.rr.gov.br/comum/code/MostrarArquivo.php?C=Mjc2OTQ%2C>. Acesso em: 10 jun. de 2019.

PMBV - Prefeitura Municipal de Boa Vista. SMEC – Secretaria Municipal de Educação e Cultura. **Amostra Estatística Educacional - Roraima**. Boa Vista; 2017. Disponível em: <https://www.boavista.rr.gov.br/comum/code/MostrarArquivo.php?C=MTEzOTU%2C>. Acesso em: 10 de jun. de 2018.

PORTO, M. L. S. **História da Educação Brasileira: A Organização Escolar**. 3a. Edição. São Paulo, Editora Moraes, 2011.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2ª ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PROVENZANO, Lúcia Cristina Fernandes Antunes; SAMPAIO, Tânia Maria Marinho. **Prevalência de disfonia em professores do ensino público estadual afastados de sala de aula**. *rev. CEFAC*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 97-108, fev. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rcefac/v12n1/a13v12n1.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2017.

RAMALHO. P.O. **Lugar de Memória: o plano urbanístico de Boa Vista – RR**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Disserta%2B%C2%BA%2B%C3%BAo%20Paulina%20Onofre%20Ramalho.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2019.

REIS, J. F. B. E. **Qualidade de vida de professores do ensino fundamental: uma perspectiva para a promoção da saúde do trabalhador**. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*. p. 23-27, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/jbpsiq/v57n1/v57n1a05>. Acesso em: 20 de maio 2019.

ROCHA, Vera Maria da; FERNANDES, Marcos Henrique. **Qualidade de vida dos professores do ensino fundamental: uma perspectiva para a promoção da saúde do trabalhador**. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, Rio de Janeiro, V. 57, N. 1, p. 23-27, jan/mar. 2008.

ROSA, M. B. **Contabilidade do Setor Público**. São Paulo: Atlas, 2011.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SANTOS, G. B. **As estratégias de fuga e enfrentamento frente às adversidades do trabalho docente**. *Estudos e pesquisas em psicologia*, Rio de Janeiro, ano 6, n. 1, p. 128-133, 2006.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. **Atlas municipal de gestão de pessoas**: edição 2013. São Paulo, 2013. Disponível em: http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fsindsep-sp.org.br%2Fsistema%2Fck%2Ffiles%2FPPT%2520e%2520PDF%2FAtlas_municipal_de_gestao_de_pessoas_2013_v10_1370270158.pdf&ei=qfA_VavMEorcsAWos4CwCA&usq=AFQjCNGtlc2dRcowlz_4eOMi8VqPX0Sw4g&sig2=-MH8RpjK8kAkB3FyK1FI5w&bvm=bv.91665533,d.b2w&cad=rja. Acesso em: 21 jun. 2019.

SAVIANI, Dermeval. **Educação em diálogo**. Campinas: Autores Associados, 2011. (Memória da educação).

SCHUSTER, Marcieli; SCHROEDE, Tania Maria Rechia. **Estresse, dor e lesões músculo-esqueléticas em professores de Cascavel – PR**. *Educere et Educare*. Vol. 12 Número 242 Jan./Abr. 2017.

SCHWALM, P.H. **Meu Gestor Favorito**. 01. ed. Francisco Beltrão – PR: Berzon, 2013. V. 1000. 163p.

SILVA, E. P. (2014). **Adoecimento e sofrimento de professores universitários: dimensões afetivas e ético-políticas**. *Psicologia: teoria e prática*, 17(1), 61- 71. doi: 10.15348/1980-6906.

SILVA, F.J. **A intensificação do trabalho docente na rede municipal de Betim**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SILVA, I. O. **A profissionalização do professor da educação infantil: questões sobre a formação dos profissionais que estão em serviço**. In: MACHADO, M. L. A. (org.). **Encontros e desencontros em educação infantil**. 3ed – São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, L. M. (2000). **Contabilidade governamental: um enfoque administrativo (7a ed.)**. São Paulo: Atlas.

SILVA, P. R. F. **Dinâmica territorial urbana em Roraima - Brasil**. 2007. 329 f. Tese (Doutorado em Geografia – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SILVA, V. L. **A nova contabilidade aplicada ao setor público: uma abordagem prática**. São Paulo: Atlas, 2013.

SINISCALCO, M.T. **Perfil estatístico da profissão docente**. São Paulo: Moderna, 2003.

SOLDATELLI, R. **O Processo de Adoecimento dos Professores do Ensino Fundamental de Florianópolis e suas Possibilidades de Resistência a esse Processo**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

SOUSA, Adriana Modesto de. **O Perfil do Adoecimento Docente na Universidade de Brasília de 2006 a 2011**. Brasília, 2013. 102f. ; 29 cm Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, 2013.

SOUSA, Adriana Modesto de. **O Perfil do Adoecimento Docente na Universidade de Brasília de 2006 a 2011**. Brasília, 2013.102f. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, 2013.

SOUZA, A. M.; LEITE, M. P. **Condições de trabalho e repercussões na saúde dos professores da educação básica no Brasil**. Campinas, v. 32, n. 117, p. 1105-1121, 2011.

SOUZA, C. M. **Os Ecos Da Modernidade No Norte Do Brasil: Boa Vista/Rr Na Década De 1950**. X Encontro Nacional de História Oral: Testemunhos: história e política. Recife, 26 a 30 de Abril de 2010.

SOUZA, Carla Monteiro de. **Boa Vista/RR e as migrações: mudanças, permanências, múltiplos significados**. Boa Vista, Revista Acta Geográfica, ano III, n°5, jan./jun. de 2010. p. 39-62

SOUZA, V., S. S. TAVARES JÚNIOR & J. R. OLIVEIRA, 2010. **Atlas hidrográfico da cidade de Boa Vista, Roraima**: 1-62. UFRR, Boa Vista.

STAEVIE, P. M. **Expansão Urbana E Exclusão Social Em Boa Vista – Roraima**. Oculum Ensaios 13, Campinas. p.68-87 - Janeiro_Junho 2011.

THIELE, Meb, AHLERT, A. **Condições de trabalho docente**: um olhar na perspectiva do acolhimento. 2017.

TOLEDO, Cezar de Alencar Arnaut de; RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano. **Apontamentos sobre o princípio da Gestão Democrática na educação brasileira**. In: LARA, Ângela Mara de Barros et al. (Org.) **Gestão educacional**. Maringá: Eduem, 2011.

TRICOLI, V. A. C. **O papel do professor no manejo do stress do aluno**. 7ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

TROJAN, Rose Meri. **Teoria e prática na formação docente: estudo das políticas educacionais brasileiras e cubanas**.UEPG, v.3, n.1, p. 29-42, jan.- jun. 2008.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Organização didática da aula: um projeto colaborativo de ação imediata**. Campinas: Papirus, 2008. p. 267-298.

VERAS, A. T. R. **A produção do espaço urbano de Boa Vista – Roraima**. 2009. Tese (Programa de Pósgraduação em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

VIEIRA, L. M. F. **Dicionário: Trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

ZANELLI, J.C.; BORGES-ANDRADE, J.E; BASTOS, A.V.B. (Orgs). **Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil**. In: ZANELLI, J.C, BASTOS, A.V. B; RODRIGUES, ANA C.A. **Campo Profissional do Psicólogo em Organizações e no Trabalho**. 2.Ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. cap. 15. Pg. 549 - 576.

ZAPONI, Margareth; VALENÇA, Epifânia. **Política de responsabilização educacional: a experiência de Pernambuco**. Abr. 2009. Disponível em: <www.abave.org.br>

APÊNDICE 1 – Carta de Anuência para Coleta dos dados na Secretária Municipal de Educação.



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP-UNIRIO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO

CARTA DE ANUÊNCIA PARA AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA.

Keila Cinara Tomé, Secretária Municipal de Educação e Cultura -SMEC

Solicitamos autorização Institucional para realizar a coleta de dados da pesquisa intitulada **“O impacto orçamentário gerado pelos afastamentos por doenças dos professores do ensino fundamental I, no município de Boa Vista – Roraima”** coordenada pela pesquisadora **Land Mary Freitas Peres**, do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Biociências – Doutorado (PPGENFBIO/UNIRIO), com o objetivo do levantamento dos prontuários referentes aos professores da educação básica, que se afastaram por motivo de doença, no período compreendido de 2015 a 2018, de acordo com os critérios de inclusão pré-estabelecidos.

Ressaltamos que os dados coletados são de sigilo absoluto, estando em consonância com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) 510/16 que trata da pesquisa envolvendo Seres Humanos. Salientamos ainda que tais dados serão utilizados somente para realização desse estudo e esta instituição se compromete a assegurar a segurança e bem-estar dos participantes em atendimento.

RISCOS: Segundo a CNS 510/116, toda pesquisa envolve riscos e gradações variados. Tratando-se aqui de uma pesquisa que irá realizar levantamento das pasta contendo os prontuários com as licenças médicas referentes aos professores da educação básica, que se afastaram por motivo de doença, no período compreendido de 2015 a 2018, o risco da pesquisa é mínimo, podendo gerar algum constrangimento para o participante. Apesar desses riscos a pesquisadora terá todo cuidado com os dados e privacidade dos pesquisados e manterá confidencialidade e segurança no que se refere a identificação dos participantes.

BENEFÍCIOS: Realizar uma análise orçamentária do impacto dos afastamentos, por motivos de doença, dos professores efetivos do ensino fundamental I, do município de Boa Vista - RR, no período compreendido de 2015 a 2018, e poderá ser utilizado por gestores públicos para elaboração de estratégias relacionadas a tomada de decisão. Além do aprofundamento teórico do tema de orçamento público.

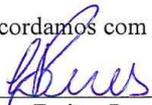


COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP-UNIRIO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO

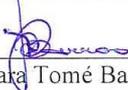
Certos da apreciação e colaboração dessa Secretaria, agradecemos antecipadamente a atenção, ficando à disposição para qualquer esclarecimento que for necessário.

Boa Vista, 14 de fevereiro de 2019

Concordamos com a solicitação


 Land Maky Freitas Peres
 Doutoranda

Não concordamos com a solicitação


 Keila Cinara Tomé Barros, Secretária
 Secretária Municipal de Educação e Cultura

Keila Cinara Tomé Barros
 Secretária Municipal de Educação e Cultura
 Decreto 0010/P de 02/01/2017

APÊNDICE 2 - Carta de Anuência para Coleta de Dados na Secretária de Administração e Gestão de Pessoas



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP-UNIRIO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO

CARTA DE ANUÊNCIA PARA AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA.

Paulo Roberto Bragato, Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas - SMAG

Solicitamos autorização Institucional para realizar a coleta de dados da pesquisa intitulada “**O impacto orçamentário gerado pelos afastamentos por doenças dos professores do ensino fundamental I, no município de Boa Vista – Roraima**” coordenada pela pesquisadora **Land Mary Freitas Peres**, do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Biociências – Doutorado (PPGENFBIO/UNIRIO), com o objetivo do levantamento dos prontuários referentes aos professores da educação básica, que se afastaram por motivo de doença, no período compreendido de 2015 a 2018, de acordo com os critérios de inclusão pré-estabelecidos.

Ressaltamos que os dados coletados são de sigilo absoluto, estando em consonância com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) 510/16 que trata da pesquisa envolvendo Seres Humanos. Salientamos ainda que tais dados serão utilizados somente para realização desse estudo e esta instituição se compromete a assegurar a segurança e bem-estar dos participantes em atendimento.

RISCOS: Segundo a CNS 510/116, toda pesquisa envolve riscos e gradações variados. Tratando-se aqui de uma pesquisa que irá realizar levantamento das pasta contendo os prontuários com as licenças médicas referentes aos professores da educação básica, que se afastaram por motivo de doença, no período compreendido de 2015 a 2018, o risco da pesquisa é mínimo, podendo gerar algum constrangimento para o participante. Apesar desses riscos a pesquisadora terá todo cuidado com os dados e privacidade dos pesquisados e manterá confidencialidade e segurança no que se refere a identificação dos participantes.

BENEFÍCIOS: Realizar uma análise orçamentária do impacto dos afastamentos, por motivos de doença, dos professores efetivos do ensino fundamental I, do município de Boa Vista - RR, no período compreendido de 2015 a 2018, e poderá ser utilizado por gestores públicos para elaboração de estratégias relacionadas a tomada de decisão. Além do aprofundamento teórico do tema de orçamento público.



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP-UNIRIO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO

Certos da apreciação e colaboração dessa Secretaria, agradecemos antecipadamente a atenção, ficando à disposição para qualquer esclarecimento que for necessário.

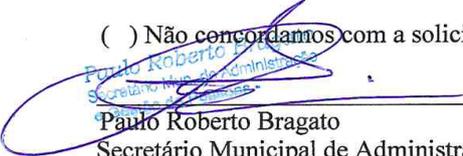
Boa Vista, 22 de fevereiro de 2019

Concordamos com a solicitação



 Land Mary Freitas Peres
 Doutoranda

Não concordamos com a solicitação



 Paulo Roberto Bragato
 Secretário Municipal de Administração e
 Gestão de Pessoas – SMAG

APÊNDICE 3 – Dispensa do Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento (TCLE)



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP-UNIRIO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO

DISPENSA DO TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO (TCL) **EM PESQUISA COM SERES HUMANOS**

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Curso: Doutorado em Enfermagem e Biociência

Título: “ O IMPACTO ORÇAMENTARIO GERADO PELOS AFASTAMENTOS POR DOENÇAS DOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL I, NO MUNÍCIPIO DE BOA VISTA”

Solicito a dispensa da aplicação do Termo de Consentimento livre e esclarecimento do projeto de pesquisa “O IMPACTO ORÇAMENTARIO GERADO PELOS AFASTAMENTOS POR DOENÇAS DOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL I, NO MUNÍCIPIO DE BOA VISTA-RR”, de acordo com a Resolução CNS 510/16.

A presente solicitação se justifica por tratar-se de pesquisa documental, em que a coleta de dados se efetuará junto a fontes secundárias a serem disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas – SMAG, Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC e Divisão de Saúde Ocupacional – Junta Médica Municipal.

Asseguramos que a referida consulta só será iniciada após a devida autorização de uso dos arquivos pelo responsável administrativo Paulo Roberto Bragato Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas – SMAG e Keila Cinara Thomé Barros Secretária Municipal de Educação e Cultura – SMEC. Da mesma forma, me comprometo a tratar os dados coletados observando todos os compromissos quanto ao sigilo e confidencialidade das informações pessoais, de modo que nenhum sujeito seja identificado, durante a execução do estudo ou por ocasião da divulgação científica do mesmo.

Informo que os dados serão utilizados exclusivamente para os fins estabelecidos na presente pesquisa, e após a análise, os registros efetuados para o estudo serão devidamente descartados, em conformidade com o que prevê os termos da Resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

Comitê de Ética em Pesquisa CEP-UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO
Avenida Pasteur, 296 – Urca – Rio de Janeiro – RJ – Cep: 22290-240.
Telefones: 21- 25427796 E-mail: cep.unirio09@gmail.com



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP-UNIRIO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO

Eu Land Mary Freitas Peres declaro que estou ciente das exigências contidas no Art. 16 § 2º e 3º da Resolução CNS Nº 510/16 do Manual Operacional para o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos.

Boa Vista – RR, 04 de Julho de 2019

Nome do Pesquisador Responsável: Land Mary Freitas Peres

Endereço Completo: Rua: Raimundo Acirole Cavalcante, 263, Aparecida

Telefone: (95) 99125-2854

**ANEXO 2 – Dados Sociodemográfico dos Professores do Ensino Fundamental
I do Município de Boa Vista/RR, 2018.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DE GESTÃO DE PESSOAS
COORDENAÇÃO DE FORMAÇÃO CONTINUADA/PROGRAMA SERVIDOR DE VALOR



MEMORANDO nº 11400-SMEC/SUAGEP/CFORM/2019

NUP 075627/2019

Para: Superintendência de Administração de Gestão de Pessoas

De: Coordenação de Formação Continuada

Data: 07/05/2019

Assunto: Atendimento a solicitação de informações.

Senhora Superintendente,

Conforme a solicitação via OFÍCIO Nº 228/19 GAB/REITORIA/UERR, segue abaixo os dados solicitados, sendo entregue à solicitante via físico.

DESCRIÇÃO	RESULTADO	FONTE
Quantitativo de professores efetivos no Município	2679	SUAGEP/RH
Quantitativo de professores seletivados ou temporários	83 64 - indígena 19 - rural	SUAGEP/RH
Quantitativo de escolas 2007 -2018	Resposta anexo	SPE/CENSO/MEC

Atenciosamente,


Jozyanne Chrystinne de Souza Marinho
 Coordenadora de Formação Continuada
 Decreto Nº 098-22/04/2015
 Programa Servidor de Valor



Prefeitura Municipal de Boa Vista
Quantitativo de Professores

Cargo	Ref	Quantidade
GMAG-PROF EDUC BAS DOUTORADO PROFESSOR DE MAGISTERIO-5	GMAG-V-R13	1
GMAG-PROF EDUC BAS DOUTORADO PROFESSOR DE MAGISTERIO-5	GMAG-V-R14	3
GMAG-PROF EDUC BAS DOUTORADO PROFESSOR LICENCIADO-5	GMAG-V-R14	1
GMAG-PROF EDUC BAS ESPECIALIS PROF EDUC BAS ESPECIALISTA	GMAG-III-R04	2
GMAG-PROF EDUC BAS ESPECIALIS PROF EDUC BAS ESPECIALISTA	GMAG-III-R06	9
GMAG-PROF EDUC BAS ESPECIALIS PROF EDUC BAS ESPECIALISTA	GMAG-III-R09	2
GMAG-PROF EDUC BAS ESPECIALIS PROF EDUC BAS ESPECIALISTA	GMAG-III-R10	1
GMAG-PROF EDUC BAS ESPECIALIS PROF EDUC BAS ESPECIALISTA	GMAG-III-R12	1
GMAG-PROF EDUC BAS ESPECIALIS PROF EDUC BAS ESPECIALISTA	GMAG-IV-R06	1
GMAG-PROF EDUC BAS ESPECIALIS PROFESSOR DE MAGISTERIO-3	GMAG-III-R02	4
GMAG-PROF EDUC BAS ESPECIALIS PROFESSOR DE MAGISTERIO-3	GMAG-III-R03	4
GMAG-PROF EDUC BAS ESPECIALIS PROFESSOR DE MAGISTERIO-3	GMAG-III-R04	16
GMAG-PROF EDUC BAS ESPECIALIS PROFESSOR DE MAGISTERIO-3	GMAG-III-R05	50
GMAG-PROF EDUC BAS ESPECIALIS PROFESSOR DE MAGISTERIO-3	GMAG-III-R06	41
GMAG-PROF EDUC BAS ESPECIALIS PROFESSOR DE MAGISTERIO-3	GMAG-III-R07	5
GMAG-PROF EDUC BAS ESPECIALIS PROFESSOR DE MAGISTERIO-3	GMAG-III-R08	3
GMAG-PROF EDUC BAS ESPECIALIS PROFESSOR DE MAGISTERIO-3	GMAG-III-R09	35
GMAG-PROF EDUC BAS ESPECIALIS PROFESSOR DE MAGISTERIO-3	GMAG-III-R10	16
GMAG-PROF EDUC BAS ESPECIALIS PROFESSOR DE MAGISTERIO-3	GMAG-III-R13	5
GMAG-PROF EDUC BAS ESPECIALIS PROFESSOR DE MAGISTERIO-3	GMAG-II-R05	1
GMAG-PROF EDUC BAS ESPECIALIS PROFESSOR DE MAGISTERIO-3	GMAG-IV-R02	1
GMAG-PROF EDUC BAS ESPECIALIS PROFESSOR DE MAGISTERIO-3	GMAG-IV-R04	3
GMAG-PROF EDUC BAS ESPECIALIS PROFESSOR DE MAGISTERIO-3	GMAG-IV-R05	1
GMAG-PROF EDUC BAS ESPECIALIS PROFESSOR DE MAGISTERIO-3	GMAG-IV-R06	3
GMAG-PROF EDUC BAS ESPECIALIS PROFESSOR DE MAGISTERIO-3	GMAG-IV-R07	1
GMAG-PROF EDUC BAS ESPECIALIS PROFESSOR DE MAGISTERIO-3	GMAG-IV-R09	1
GMAG-PROF EDUC BAS ESPECIALIS PROFESSOR LICENCIADO-3	GMAG-III-R08	1
GMAG-PROF EDUC BAS ESPECIALIS PROFESSOR LICENCIADO-3	GMAG-III-R09	2
GMAG-PROF EDUC BAS MEDIO PROF EDUC BAS MEDIO	GMAG-III-R02	1
GMAG-PROF EDUC BAS MEDIO PROF EDUC BAS MEDIO	GMAG-III-R03	1
GMAG-PROF EDUC BAS MEDIO PROF EDUC BAS MEDIO	GMAG-II-R01	1
GMAG-PROF EDUC BAS MEDIO PROF EDUC BAS MEDIO	GMAG-II-R02	18
GMAG-PROF EDUC BAS MEDIO PROF EDUC BAS MEDIO	GMAG-II-R03	1
GMAG-PROF EDUC BAS MEDIO PROF EDUC BAS MEDIO	GMAG-II-R06	1
GMAG-PROF EDUC BAS MEDIO PROFESSOR DE MAGISTERIO-1	GMAG-III-R02	1
GMAG-PROF EDUC BAS MEDIO PROFESSOR DE MAGISTERIO-1	GMAG-III-R03	1
GMAG-PROF EDUC BAS MEDIO PROFESSOR DE MAGISTERIO-1	GMAG-III-R05	3
GMAG-PROF EDUC BAS MEDIO PROFESSOR DE MAGISTERIO-1	GMAG-III-R06	3
GMAG-PROF EDUC BAS MEDIO PROFESSOR DE MAGISTERIO-1	GMAG-III-R09	1
GMAG-PROF EDUC BAS MEDIO PROFESSOR DE MAGISTERIO-1	GMAG-II-R01	2
GMAG-PROF EDUC BAS MEDIO PROFESSOR DE MAGISTERIO-1	GMAG-II-R02	2
GMAG-PROF EDUC BAS MEDIO PROFESSOR DE MAGISTERIO-1	GMAG-II-R03	1
GMAG-PROF EDUC BAS MEDIO PROFESSOR DE MAGISTERIO-1	GMAG-II-R04	1
GMAG-PROF EDUC BAS MEDIO PROFESSOR DE MAGISTERIO-1	GMAG-II-R05	1
GMAG-PROF EDUC BAS MEDIO PROFESSOR DE MAGISTERIO-1	GMAG-II-R06	8
GMAG-PROF EDUC BAS MEDIO PROFESSOR DE MAGISTERIO-1	GMAG-II-R07	1
GMAG-PROF EDUC BAS MEDIO PROFESSOR DE MAGISTERIO-1	GMAG-II-R09	1
GMAG-PROF EDUC BAS MEDIO PROFESSOR DE MAGISTERIO-1	GMAG-II-R11	1
GMAG-PROF EDUC BAS MEDIO PROFESSOR DE MAGISTERIO-1	GMAG-II-R14	1
GMAG-PROF EDUC BAS MEDIO PROFESSOR DE MAGISTERIO-1	GMAG-I-R02	3
GMAG-PROF EDUC BAS MEDIO PROFESSOR DE MAGISTERIO-1	GMAG-I-R03	4
GMAG-PROF EDUC BAS MEDIO PROFESSOR DE MAGISTERIO-1	GMAG-I-R04	3
GMAG-PROF EDUC BAS MEDIO PROFESSOR DE MAGISTERIO-1	GMAG-I-R05	4
GMAG-PROF EDUC BAS MEDIO PROFESSOR DE MAGISTERIO-1	GMAG-I-R06	16

Boa Vista, 11 de Maio de 2023
 Prefeitura Municipal de Boa Vista
 Secretaria Municipal de Educação
 Diretoria de Ensino



Prefeitura Municipal de Boa Vista
Quantitativo de Professores

Cargo	Ref	Quantidade
GMAG-PROF EDUC BAS MEDIO PROFESSOR DE MAGISTERIO-1	GMAG-I-R08	3
GMAG-PROF EDUC BAS MEDIO PROFESSOR DE MAGISTERIO-1	GMAG-I-R09	2
GMAG-PROF EDUC BAS MEDIO PROFESSOR DE MAGISTERIO-1	GMAG-I-R10	2
GMAG-PROF EDUC BAS MEDIO PROFESSOR DE MAGISTERIO-1	GMAG-I-R12	1
GMAG-PROF EDUC BAS MESTRADO PROFESSOR DE MAGISTERIO-4	GMAG-IV-R04	1
GMAG-PROF EDUC BAS MESTRADO PROFESSOR DE MAGISTERIO-4	GMAG-IV-R11	1
GMAG-PROF EDUC BAS MESTRADO PROFESSOR DE MAGISTERIO-4	GMAG-IV-R12	1
GMAG-PROF EDUC BAS MESTRADO PROFESSOR DE MAGISTERIO-4	GMAG-IV-R13	1
GMAG-PROF EDUC BAS MESTRADO PROFESSOR LICENCIADO-4	GMAG-IV-R13	1
GMAG-PROF EDUC BAS SUPERIOR PROF EDUC BAS SUPERIOR	GMAG-III-R01	16
GMAG-PROF EDUC BAS SUPERIOR PROF EDUC BAS SUPERIOR	GMAG-III-R02	292
GMAG-PROF EDUC BAS SUPERIOR PROF EDUC BAS SUPERIOR	GMAG-III-R03	120
GMAG-PROF EDUC BAS SUPERIOR PROF EDUC BAS SUPERIOR	GMAG-III-R04	10
GMAG-PROF EDUC BAS SUPERIOR PROF EDUC BAS SUPERIOR	GMAG-III-R06	1
GMAG-PROF EDUC BAS SUPERIOR PROF EDUC BAS SUPERIOR	GMAG-III-R08	1
GMAG-PROF EDUC BAS SUPERIOR PROF EDUC BAS SUPERIOR	GMAG-II-R01	823
GMAG-PROF EDUC BAS SUPERIOR PROF EDUC BAS SUPERIOR	GMAG-II-R02	561
GMAG-PROF EDUC BAS SUPERIOR PROF EDUC BAS SUPERIOR	GMAG-II-R03	84
GMAG-PROF EDUC BAS SUPERIOR PROF EDUC BAS SUPERIOR	GMAG-II-R04	4
GMAG-PROF EDUC BAS SUPERIOR PROF EDUC BAS SUPERIOR	GMAG-II-R06	3
GMAG-PROF EDUC BAS SUPERIOR PROF EDUC BAS SUPERIOR	GMAG-IV-R02	3
GMAG-PROF EDUC BAS SUPERIOR PROF EDUC BAS SUPERIOR	GMAG-IV-R03	2
GMAG-PROF EDUC BAS SUPERIOR PROFESSOR DE MAGISTERIO-2	GMAG-III-R02	21
GMAG-PROF EDUC BAS SUPERIOR PROFESSOR DE MAGISTERIO-2	GMAG-III-R03	21
GMAG-PROF EDUC BAS SUPERIOR PROFESSOR DE MAGISTERIO-2	GMAG-III-R04	122
GMAG-PROF EDUC BAS SUPERIOR PROFESSOR DE MAGISTERIO-2	GMAG-III-R05	39
GMAG-PROF EDUC BAS SUPERIOR PROFESSOR DE MAGISTERIO-2	GMAG-III-R06	40
GMAG-PROF EDUC BAS SUPERIOR PROFESSOR DE MAGISTERIO-2	GMAG-III-R07	1
GMAG-PROF EDUC BAS SUPERIOR PROFESSOR DE MAGISTERIO-2	GMAG-III-R08	3
GMAG-PROF EDUC BAS SUPERIOR PROFESSOR DE MAGISTERIO-2	GMAG-III-R09	10
GMAG-PROF EDUC BAS SUPERIOR PROFESSOR DE MAGISTERIO-2	GMAG-III-R10	1
GMAG-PROF EDUC BAS SUPERIOR PROFESSOR DE MAGISTERIO-2	GMAG-III-R14	1
GMAG-PROF EDUC BAS SUPERIOR PROFESSOR DE MAGISTERIO-2	GMAG-II-R01	6
GMAG-PROF EDUC BAS SUPERIOR PROFESSOR DE MAGISTERIO-2	GMAG-II-R02	42
GMAG-PROF EDUC BAS SUPERIOR PROFESSOR DE MAGISTERIO-2	GMAG-II-R03	9
GMAG-PROF EDUC BAS SUPERIOR PROFESSOR DE MAGISTERIO-2	GMAG-II-R04	81
GMAG-PROF EDUC BAS SUPERIOR PROFESSOR DE MAGISTERIO-2	GMAG-II-R05	34
GMAG-PROF EDUC BAS SUPERIOR PROFESSOR DE MAGISTERIO-2	GMAG-II-R06	54
GMAG-PROF EDUC BAS SUPERIOR PROFESSOR DE MAGISTERIO-2	GMAG-II-R07	3
GMAG-PROF EDUC BAS SUPERIOR PROFESSOR DE MAGISTERIO-2	GMAG-II-R08	7
GMAG-PROF EDUC BAS SUPERIOR PROFESSOR DE MAGISTERIO-2	GMAG-II-R09	17
GMAG-PROF EDUC BAS SUPERIOR PROFESSOR DE MAGISTERIO-2	GMAG-II-R13	4
GMAG-PROF EDUC BAS SUPERIOR PROFESSOR DE MAGISTERIO-2	GMAG-IV-R04	1
GMAG-PROF EDUC BAS SUPERIOR PROFESSOR DE MAGISTERIO-2	GMAG-IV-R06	1